

Aureliano Biancarelli



Assassinatos de Mulheres em Pernambuco

Violência e resistência em um contexto
de desigualdade, injustiça e machismo

PUBLISHER
BRASIL

INSTITUTO
PATRICIA
GALVÃO

Aureliano Biancarelli

Assassinatos de Mulheres em Pernambuco

Violência e resistência em um contexto
de desigualdade, injustiça e machismo

ISBN 85-85938-43-9



Este livro foi composto em
Adobe Garamond Pro e Agency FB.
Papel do miolo *offset* 75 g.
Impresso na Geográfica Editora,
para a Editora Publisher Brasil
e para o Instituto Patrícia Galvão,
na primavera de 2006.

Aureliano Biancarelli

Assassinatos de Mulheres em Pernambuco

Violência e resistência em um contexto
de desigualdade, injustiça e machismo

Parcerias



 **SOS CORPO**^{25^o ano}
Instituto Feminista
pela Democracia

Apoio

FORD FOUNDATION

Realização



1^a edição
São Paulo, 2006

PUBLISHER
BRASIL

Parcerias	
Editor Renato Roval	SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia
Projeto gráfico e capa Carmem Machado	Fórum de Mulheres de Pernambuco
Editoração eletrônica Amanda Fazano	Apolo Fundação Ford
Foto da capa Claudia Rangel	Coordenação geral Jacira Vieira de Melo
Revisão Maurício Ayer	Preparação do original Marisa Sanematsu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Biancarelli, Aureliano

Assassinatos de mulheres em Pernambuco : violência e resistência em um contexto de desigualdade, injustiça e machismo / Aureliano Biancarelli. – 1. ed. – São Paulo : Publisher Brasil : Instituto Patrícia Galvão, 2006.

ISBN 978-85-85938-43-7

Bibliografia.

1. Assassinatos - Pernambuco 2. Mulheres - Abuso - Pernambuco 3. Mulheres - Condições sociais - Pernambuco 4. Mortes violentas - Pernambuco
I. Título.

06-8743

CDD-364.1524082098134

Índices para catálogo sistemático:

1. Assassinatos de mulheres : Pernambuco : Problemas sociais 364.1524082098134
2. Pernambuco : Assassinatos de mulheres : Problemas sociais 364.1524082098134

São Paulo, novembro de 2006

EDITORA PUBLISHER BRASIL LTDA.

Rua Bruno Simoni, 170

05424-030 – Pinheiros – São Paulo (SP)

Tel/fax: 55 11 3813 1836

livros@publisherbrasil.com.br

www.publisherbrasil.com.br

Realização

**INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO –
COMUNICAÇÃO E MÍDIA**

Av. Bríg. Luiz Antonio, 2050 – q. 141B

01318-002 – São Paulo (SP)

Tel.: (11) 3266 5434 – Tel/fax: (11) 3285 4951

ipgalvao@uol.com.br

<http://www.patriciagalvao.org.br>

<http://www.violenciaemulher.org.br>

Sumário

Apresentação	11
---------------------------	-----------

Prefácio	13
-----------------------	-----------

Introdução	19
-------------------------	-----------

Vigília pelas mulheres mortas

Com militantes nas ruas, números nas mãos e a cobertura da mídia, grupos feministas levaram o governo do estado a reconhecer que não tem políticas para enfrentar a violência contra as mulheres	25
--	-----------

O novo cenário da violência

Vítimas da violência doméstica e sexista, as mulheres vêm se transformando no alvo mais frágil e mais exposto dentro de uma criminalidade crescente	33
---	-----------

Cabo de Santo Agostinho

Relatos de "sobreviventes" no Centro das Mulheres do Cabo, principal organização feminista de defesa dos direitos humanos numa região violenta que se estende até a Zona da Mata Sul	40
--	-----------

Noite de domingo no Jardim São Paulo

Violência e festa no bairro cortado pelo esgoto a céu aberto que nasce no presídio, atravessa o cemitério e invade a casa dos moradores	45
---	-----------

Por uma lição de casa

A universitária Kety Simone foi morta pelo ex-sogro, um ex-policial que exigia para o neto – o filho de Kety– uma "educação policial" que ela se recusava a dar	51
---	-----------

Desiguais também na violência

Pernambuco, o terceiro estado com mais homicídios de mulheres no país, tem quatro delegacias da mulher. O estado de São Paulo, que ocupa a 11ª posição no ranking dos assassinatos femininos, tem 126 –ou quase um terço das 392 delegacias da mulher que existem no país	57
---	-----------

Mulheres do Córrego do Euclides

Tarde de segunda-feira com as mulheres do grupo Cidadania Feminina, em que o apito passou a ser uma forma de denunciar violências 61

Tristeza na rua do Hospício

O sábado em que o Brasil perdeu a Copa, visto pelo telão do Caldeirão do Henrique, bar do centro do Recife, e a festa de São João no bairro do apitaço 66

Oficina para homens agressores

Homens que agredem mulheres passam por "escolinha" da polícia, uma "reflexão de homem para homem" que pretende ensiná-los a "desconstruir" o machismo 70

Mulheres mortas na Mata Sul

Moradores falam da violência e do assassinato de mulheres nesta região de canais da Zona da Mata, a menos de duas horas do Recife 74

Gana, política e poder

Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco reproduzem em escala menor a saga de muitas cidades brasileiras, onde a cultura autoriza o machismo e o dinheiro facilita a corrupção dos poderes públicos 82

No ar, o programa Rádio Mulher

Transmitido pela Rádio Quilombo e realizado pelos Centros das Mulheres do Cabo e da Mata Sul, o programa é um dos mais ouvidos na região de Palmares e norte de Alagoas 85

Agressão e silêncio na Zona da Mata

Nessa região, 37% das mulheres já sofreram violência doméstica e 24% nunca haviam contado a alguém, segundo pesquisa da Organização Mundial da Saúde 87

Olinda sem "beijos roubados"

A cidade foi a primeira do país a ter uma Ouvidoria da Mulher e conseguiu limitar o "corredor do beijo", prática de Carnaval em que jovens são beijadas à força 90

A morte da rainha preta e pobre

Até final de outubro de 2006, o Inquérito policial sobre a morte de Cristiane de Lima dos Santos ainda não tinha sido concluído. Cristiane foi a rainha do Carnaval do Cabo em 2002 e assassinada em abril do ano seguinte

94

A chacina de Maranguape

Neide Santana dos Santos, mãe de uma das três mulheres assassinadas em 2003, fala da saúde e da revolta pela impunidade. Os assassinos confessos estão presos, mas o julgamento continua sendo adiado.

98

Quem ouve o grito do Sertão?

Numa região onde a casa mais próxima pode estar a quilômetros de distância, "não tem quem veja, nem denuncie" a violência contra a mulher, o idoso e a criança

103

Prostituta apanha em casa e na rua

A história de Laudénice, 37 anos, 13 nas ruas de Boa Viagem. "Quando ele dormia apontando o revólver para mim, eu podia matá-lo, mas ajeitava ele no sofá e cobria com o mosquitoire."

106

Quando morte de mulher é notícia

Ao informar e numerar cada morte de mulher no estado, a imprensa passou a dar à violência contra as mulheres uma visibilidade inédita. Com essa preocupação, a mídia e o Fórum de Mulheres de Pernambuco se tornaram parceiros informais e cotidianos

112

Um Fórum feminista e político

Criado em 1988, o Fórum de Mulheres de Pernambuco vem atuando como um mecanismo de fortalecimento, dando visibilidade e capacitação aos grupos, especialmente os menores e mais populares

116

A morte contada pelos jornais

O assassinato de mulheres em Pernambuco, de janeiro a agosto de 2006, pelo olhar e pelo registro de repórteres dos três principais jornais do estado

121

Anexo

Estado de Pernambuco e Região Metropolitana do Recife – mapas

124

Apresentação

As histórias das mulheres deste livro são reais. Elas são personagens principais de um fenômeno social importante: os Assassinatos de Mulheres em Pernambuco. Embora o tema principal seja o homicídio, este livro também dedica significativo espaço às mulheres que sofrem violências em seu cotidiano. São relatos de insegurança, medo, busca de ajuda, avanços, retrocessos, persistência, solidão e solidariedade.

Este livro contém o registro de uma experiência política inovadora do movimento de mulheres brasileiro. Uma memória do presente que precisa ser compartilhada pela leitura e a reflexão. Trata-se de um contexto em que os sujeitos sociais e políticos enfrentam a violência contra a mulher com coragem, obstinação e criatividade.

O Instituto Patrícia Galvão, uma organização que busca promover a qualidade da informação na mídia sobre temas críticos da condição das mulheres no país, entende como vital o registro dos acontecimentos de Pernambuco, como um exemplo da extensão e do impacto da violência sobre as mulheres no Brasil. São narrativas elaboradas a partir das vozes de familiares de mulheres assassinadas, de mulheres que vivenciam a violência doméstica, de ativistas feministas que se mobilizam e de pesquisadoras do Observatório da Violência contra a Mulher.

Como se realizam a opressão e a violência contra a mulher? De múltiplas maneiras, algumas explicitamente cruéis. Este livro conta histórias de vidas dilaceradas, ao mesmo tempo em que relata a ação incansável

do Fórum de Mulheres de Pernambuco em suas Vigílias pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Ao procurar saídas para o problema dos assassinatos de mulheres, o Fórum ultrapassa o terreno da indignação e da denúncia, envolvendo a sociedade e a mídia na cobrança de soluções imediatas do Estado. Ao quantificar, caracterizar e analisar o contexto de cada assassinato, o Observatório lança uma luz inédita sobre a relação entre violência social e violência contra a mulher.

Neste livro enfrenta-se o desafio de ligar o assassinato particular de cada mulher ao estado de desassistência, injustiça e desigualdade social e de gênero. O jornalista Aureliano Biancarelli constrói este elo sem perder a história de cada mulher assassinada; ao contrário, ao trazer as lembranças e relatos de parentes e amigos das vítimas, resgata as vozes silenciadas pela violência.

E aqui, é importante dizer: convidamos para escrever este livro um jornalista experiente e reconhecido, capaz de observar a realidade e escrever suas reportagens como um cronista –aquele que com sensibilidade profissional crê que tudo é importante e merece ser contado. Em sua busca de conhecer em profundidade essas histórias de violência, Aureliano percorreu diversos municípios de Pernambuco entre o final de junho e início de julho. Todos os dados apresentados no livro foram atualizados até setembro de 2006.

Queremos expressar nossos mais profundos agradecimentos ao Fórum de Mulheres de Pernambuco e ao SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia pela parceria na realização deste trabalho. Não podemos também deixar de lembrar o papel fundamental de todas e de todos os entrevistados que contribuíram para a construção deste livro-reportagem.

Jacira Vieira de Melo
Diretora do Instituto Patrícia Galvão

Prefácio

Jacqueline Pitanguy*

A arquitetura perversa da pobreza e da exclusão emerge dos relatos de cotidianos vividos na carência material, no desemprego frente ao Estado, na sensação de humilhação que acompanha a restrição permanente dos gestos, dos sonhos. Entretanto, esta arquitetura é apenas o pano de fundo deste livro que nos traz, de forma direta e coloquial, a violência como dimensão maior da existência de mulheres e homens, que vivem relações de "proximidade" calcadas na agressão, no ódio, na destruição do outro, ou enfrentam-se no universo fechado da transgressão e da criminalidade, no qual dívidas se pagam com a própria vida. Há, entretanto, uma direção neste universo de violência: via de regra os homens matam e as mulheres morrem.

Ao defrontar-me com a brutalidade dos homens que derrubam portas, esfaqueiam vidas, atiram, espancam, queimam, torturam, ofendem, veio-me à mente a indagação central da Filosofia: o que é o ser humano, o único animal capaz de refletir sobre si mesmo? E temo mergulhar nos subterrâneos emocionais dos personagens masculinos que emergem dos relatos, marcados por relações despóticas de autoridade e poder entre homens e mulheres, relações contaminadoras e poluentes que afetam a vítima direta, os familiares, as crianças e a comunidade.

Mas há também vida, resistência e beleza nas páginas deste livro, que resgata nos apitaços, nas vigílias, no arrastão da cidadania, nos fóruns, no Observatório da Violência, nas associações, no rádio as vozes das mulhe-

res de Pernambuco, que tecem identidades coletivas e tornam a solidariedade um instrumento de defesa, de ação política e de transformação social. Creio que Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*, exprime, em poucas palavras, a mensagem de esperança presente na ação destas mulheres:

“Mire: veja: o mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas –mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam.”

Não só as pessoas vão mudando, mas os próprios conceitos de violência, de crime e de castigo ainda não foram terminados, porque estão ancorados na História e respondem a processos sociais e políticos, a conjunturas nacionais e internacionais e à ação de atores políticos, como as mulheres organizadas de Pernambuco. Mudanças na legislação, como a atual Lei Maria da Penha, novas políticas públicas e mudanças culturais reconfiguram o campo da violência, afetando a sua percepção social e a forma como o Estado lida com esta questão.

A idéia de que existe uma igualdade essencial entre todos os seres humanos –“todos os homens nascem livres e iguais em direitos”–, expressa na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, é recente e, infelizmente, ainda tímida. A maior parte das sociedades se estrutura ainda em cidadãos de primeira e de segunda categoria. Neste sentido, se fizemos uma análise do que, na história de nosso país, tem sido reconhecido como violência e punido como crime veremos que a configuração do caráter delituoso de uma ação e de sua punibilidade é influenciada por fatores ligados à classe social, sexo, orientação sexual, raça e etnia das vítimas e agressores.

Assim é que durante séculos a violência doméstica e o assassinato de mulheres por seus maridos não eram tratados como um crime passível de punição. Argumentos do tipo “legítima defesa da honra”, aliados à construção de uma identidade transgressora da mulher, invertiam os papéis de vítimas e agressores. As mulheres brasileiras lutaram contra esta inversão de papéis que ocorria nos Tribunais do Juri, garantindo a impunibilidade de assassinos confessos. Hoje este tipo de argumento, rejeitado formalmente pelo Superior Tribunal de Justiça em 1991, é menos aceito em nossas cortes. Avançamos.

Mas retrocedemos com relação às agressões, espancamentos e ameaças ocorridos no âmbito doméstico que, não resultando em lesões corporais graves ou em mortes, eram, segundo a Lei nº 9.099/95, encaixados aos juizados especiais, posto que considerados como crimes de menor potencial ofensivo. Ali, onde o preço de espancamentos e ameaças equivalia ao de uma cesta básica, as mulheres se sentiam ainda mais vulneráveis, após terem vencido o medo de denunciar o agressor. A nova legislação de violência familiar (Lei nº 11.340/06), voltada para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, afasta a aplicação da Lei nº 9.099 por considerar que, independentemente da pena, a violência contra a mulher é uma violação de direitos humanos. Avançamos porque dispomos de uma lei calçada na matriz dos direitos humanos. Enfrentamos, no entanto, ainda grandes resistências e desafios no sentido de dar a conhecer esta lei e implementá-la.

Da leitura dos relatos aqui apresentados emergem duas matrizes da violência que não se desenvolvem paralelamente, posto que apresentam inúmeras interseções. Por um lado, a matriz da violência doméstica ou, na linguagem local, dos crimes de proximidade, praticados por maridos, companheiros, ex-próximos: Maria das Graças Silva foi queimada pelo marido e Rejane é recebida à bala quando volta do curso noturno; Kery Simone é assassinada pelo ex-sogro; há dez mulheres mortas por "próximos" enterradas no cemitério de Água Preta; há mulheres torturadas por maridos evangélicos de terno e Bíblia na mão; ex-companheiros vigiam as mulheres como corvos prestes a bicar; e mulheres sobreviventes chegam diariamente aos Institutos Médicos Legais com hematomas pelo corpo. Entretanto, a maioria das vítimas deste tipo de violência ainda apanha calada, enclausurada em sua condição de esposa, companheira, parente ou "ex-de-alguém", invisível dentro dos muros de casa.

Por outro lado, encontramos também os relatos sobre as mortes de mulheres vítimas da violência por balas perdidas, por ajuste de contas da bandidagem ou porque elas próprias transgrediram e morreram na luta. Elas não se situam no universo de vítimas da violência doméstica no sentido mais estrito e engrossam as estatísticas de mortalidade por causas externas de padrão eminentemente masculino e jovem. O Brasil tem o mais elevado índice de mortalidade juvenil da América Latina e 70% das

mortes de nossos jovens são por causas externas a problemas de saúde, sendo o homicídio a razão principal.

Estas mulheres vivem em zonas de guerra, expostas à agressão cotidiana da ausência de regras e parâmetros, em conflitos cujo campo de batalha são as famílias, as moradias, as escolas, as unidades de saúde, o transporte público, as ruas e as praças da cidade, sobretudo em seus bairros periféricos. São vítimas dos conflitos armados e da insegurança que caracterizam o Brasil, e onde Pernambuco se destaca.

As situações descritas neste livro, e vivenciadas em outras cidades do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, nos obrigam a enfrentar a difícil equação do que fazer nestes contextos desta guerra não formal, caótica, anômica, na qual a população civil está totalmente desprotegida e vulnerável diante dos enfrentamentos armados constantes, que deixam um saldo assustador de vítimas diretas, mortos ou lesionados por ferimentos de bala, e de vítimas indiretas, familiares e amigos, lidando individual e silenciosamente com suas perdas e traumas.

Este livro é importante porque dá visibilidade à violência doméstica, mas não pára aí, trazendo para o debate público esta situação de guerra sem fronteiras definidas, sem sirenes para anunciar os ataques, sem abrigos subterrâneos, sem forças de paz, sem zonas neutras, sem o olhar atento da imprensa internacional, nem das organizações de direitos humanos, sem ter acesso à ajuda humanitária ou a tribunais penais da ONU.

Não temos voluntários da Cruz Vermelha que cuidem das vítimas dos exércitos de policiais e traficantes, aventurando-se em comunidades carentes de serviços essenciais de saúde e segurança. Tampouco contamos com uma política de apoio para os milhares de refugiados desta guerra, mulheres, famílias e indivíduos obrigados a deixarem suas casas de um momento para outro, pressionados pelos bandidos, sem proteção da polícia, deixando para trás sua moradia, seus vínculos, sua história. Nem sabemos quantos são, nem onde estão, vagando por aí, vivendo de favor na casa de alguém, ou dormindo nas ruas, vítimas indiretas e invisíveis de nossa guerra informal, e vítimas diretas da violência doméstica, mulheres expulsas por seus companheiros, e que também constituem um contingente importante de refugiadas das guerras do lar.

Faltam abrigos, faltam delegacias da mulher. Falta a implantação de

políticas de segurança pública com perspectiva de gênero. Porque é fundamental articular as violências individuais e contextuais, aprofundando os nexos entre violência armada e violência contra a mulher e incorporando o conceito de vítimas indiretas da violência, em que mulheres e crianças constituem o contingente majoritário.

Mas já se tecem parcerias com a imprensa, com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com instâncias de governos estaduais e municipais. E os grupos reunidos no Fórum de Mulheres de Pernambuco enfrentam estas questões, questionam a incompetência das autoridades responsáveis pela segurança, seu descaso frente à população mais vulnerável à violência, denunciam a fragilidade das polícias, militares ou civis, e a corrupção. Reconhecem também aos que, desde o Estado, querem escutar, e agir. Buscam o diálogo sem cooptação.

Este livro traz esperança. No curto prazo, o reconhecimento de que a violência contra a mulher atingiu níveis insustentáveis; no longo prazo, quando o sertão virar mar, os "cabras-machos" não terão na agressão contra a mulher a prova de sua masculinidade. Neste interim, uma ação vigorosa das mulheres organizadas, a multiplicação da solidariedade e da auto-estima, transformando vítimas em agentes de mudança, e uma resposta adequada e competente do governo, definindo e implementando estratégias articuladas de políticas de segurança pública com perspectiva de gênero.

*Diretora da CEPIA – Cidadania, Estudo,
Pesquisa, Informação e Ação

Introdução

Maria Vanda da Silva foi morta pelo ex-marido enquanto rezava o terço com o novo companheiro. Everaldo Amaro matou a ex-mulher Osana Maria enquanto ela velava o corpo da amiga Robevânia, morta na manhã do mesmo dia, também pelo ex-marido. As duas foram enterradas no mesmo horário, no mesmo cemitério de Caruaru. Marcondes matou a sobrinha Fabíola porque ela "não queria deixar as drogas". Cristiane de Lima, rainha do Carnaval do Calão, foi morta porque supostamente recusou um caso com o patrão do motel onde trabalhava. Fia foi fuzilada diante da mãe e do filho de dois anos porque se recusou a informar a gangues rivais onde o companheiro se escondia.

Pernambuco é o terceiro estado do país onde os homens mais matam mulheres. Foram 40 assassinatos só no mês de janeiro de 2006, números oficiais. Na média dos últimos quatro anos, as mortes vêm seguindo quase o ritmo do calendário: uma mulher assassinada a cada dia.

Mas Pernambuco não está sozinho. Ele reproduz o cenário de um país onde XXX foram assassinadas em 2004. A escolha deste estado se deve à existência de uma reação particular: a organização de uma bem-sucedida rede de solidariedade e mobilização, um modelo para ser reproduzido em outros estados.

Entre os casos de mulheres mortas em Pernambuco nos seis primeiros meses de 2006, 60% foram classificados como de "proximidade",

segundo avaliação da polícia. Estimativas do Fórum de Mulheres de Pernambuco elevam esse número para cerca de 85%.

“Proximidade” é o termo empregado para designar assassinos cometidos por pessoas que conheciam, convivem ou conviveram com a vítima. Na maioria das vezes, moravam sob o mesmo teto ou já tinham dividido a mesma cama. Foi assim com Maria Vanda da Silva, 37 anos, assassinada pelo ex-marido Pedro João de Oliveira, 33 anos, enquanto rezava o terço ao lado do novo companheiro, em julho de 2006. Como em muitos outros casos, Pedro não aceitou que Maria o trocasse por outro.

Crimes com outros perfis também se enquadram no leque amplo de violência contra as mulheres. Como o caso do ex-policial Adalberto Pereira de Lima que, em abril de 2006, matou sua ex-nora Kery Simone porque não concordava com a educação que ela vinha dando ao neto.

Zumbi do Pacheco

As mulheres estão morrendo também por constituírem o grupo mais exposto num ciclo que começa com o revólver ao alcance da mão, a falta de políticas públicas, passa pela ineficácia da polícia e termina com a impunidade. Muitas morrem porque estão sendo empurradas para uma criminalidade que cresce ao seu redor, envolve os familiares e muitas vezes elas próprias. Em janeiro de 2006, no bairro Zumbi do Pacheco, na Grande Recife, Ana Cristina Lima, 24 anos, foi morta em casa por dois homens que estariam cobrando uma dívida de R\$ 60. É outra forma de manifestação da cultura machista que as autoridades tentam negar, atribuindo as mortes ao aumento da criminalidade.

Também no *ranking* dos assassinatos masculinos, Pernambuco está na frente, desta vez em primeiro lugar. No país todo, em média, são cerca de 11 mulheres mortas para cada cem homens. Uma diferença que contribui para desviar ainda mais o olhar dos governos da crescente violência contra as mulheres. Ainda são poucos os estudos e poucas as instituições que se preocupam em desvendar o que há por trás dessas mortes femininas.

Pernambuco está mudando esse cenário. Não por acaso, é o estado que conta com uma das redes mais atuantes na defesa da cidadania e dos direitos da mulher. São 67 grupos reunidos no Fórum de Mulheres de Pernambuco, desde os mais fortalecidos como o SOS Corpo – Instituto

feminista para a Democracia, fundado há 25 anos, e o Centro das Mulheres do Cabo, que atua desde 1984, até os grupos mais frágeis e dispersos, como as associações que reúnem as prostitutas e domésticas. Juntos, formam uma entidade com visibilidade e poder de cobrança, respeitada pela população e reconhecida pelos governos.

Com o apoio técnico do SOS Corpo, o Fórum de Mulheres passou a numerar cada assassinato de mulher, expondo nas suas ações e na mídia um cenário de violência até então considerado pelas políticas públicas e ignorado pela própria população.

Desde 2005, o SOS Corpo mantém o Observatório da Violência contra a Mulher, monitorando cada um dos assassinatos. E desde janeiro de 2006 uma manifestação percorre as ruas do centro do Recife lembrando as mulheres mortas naquele mês e os homicídios que continuam impunes. A vigília acontece na última terça-feira de cada mês e é uma iniciativa do Fórum de Mulheres.

As políticas públicas estão apenas começando a mudar, mas "a violência contra as mulheres já passou a ser vista como um problema de toda a sociedade", diz Ana Paula Portella, psicóloga, 45 anos, um filho, coordenadora de pesquisa do SOS Corpo.

Mortes anunciadas

A morte, no caso, é o desfecho final de uma trajetória longa de desrespeito e violência doméstica. Um percurso muitas vezes iniciado lá atrás, com os pais e os avós, e que já vinha se repetindo por anos no convívio do casal. "Não existe mulher que levou um tiro do companheiro ou ex-companheiro sem saber que isso ia acontecer", diz Maria Carmelita Maia e Silva, 48 anos, três filhos, médica legista do IML, o Instituto Médico Legal do Recife, e epidemiologista do serviço municipal de saúde.

De seu posto de observadora, e a partir de suas vivências, Maria Carmelita chama a atenção para o crescimento dessa violência. Entre as cerca de cem perícias por agressões e acidentes de trânsito que o IML do Recife faz por dia, 30 são em mulheres que sofreram violência física doméstica, por companheiro ou alguém da família. Outras 20 têm a ver com disputas entre mulheres, vizinhos e conhecidos, sempre com o viés do machismo. Cinco anos atrás, as perícias não chegavam a 40 por dia, diz a médica.

Antes de entrar no IML, as vítimas passam por uma delegacia especializada da mulher, ou recorrem a uma delegacia comum. Em 2005, segundo dados da Secretaria de Defesa Social, 9.886 mulheres registraram queixas nas quatro únicas delegacias da mulher de Pernambuco.

Maria Carmelita estima que, para cada mulher que procura uma delegacia, outras 20 sofrem violência e se calam. Nesse cálculo, seriam pelo menos 200 mil mulheres agredidas por companheiros, ex-companheiros, parentes ou vizinhos, a cada ano, em Pernambuco. Aqui não são contadas as queixas prestadas nas 300 delegacias comuns que se espalham pelo estado.

Também não são consideradas as mulheres agredidas que procuram os hospitais ou os ambulatórios, que segundo a médica formam um contingente ainda maior e desconhecido. Igualmente não se contabilizam as seqüelas que as agressões e mortes de mulheres provocam no seu entorno, os danos físicos e mentais causados aos familiares, especialmente às crianças. Nem os prejuízos físicos e mentais que a violência provoca em suas vítimas. Estima-se que mulheres que sofrem agressões correm três vezes mais risco de morte, por suicídio e outros transtornos físicos decorrentes da depressão, do medo e da própria agressão.

Casos de violência contra crianças, idosos e mulheres já são de notificação compulsória, quer dizer, hospitais e ambulatórios devem informar ao Ministério da Saúde cada caso que dá entrada. "Mas na correria de um grande hospital não se faz isso", diz Maria Carmelita. Desde setembro de 2006, a Secretaria de Saúde do Recife vem implantando um sistema de registro para monitorar a violência contra a mulher. Uma detalhada ficha preenchida por funcionários treinados vai permitir, entre outras coisas, "que se inicie um processo de análise dos comportamentos violentos por parte do agressor", diz a médica.

É o resultado de uma transformação lenta. Só a partir dos anos de 1980 é que a violência contra a mulher deixou de ser um caso de menor importância nas prioridades da polícia para ser incorporada como questão de saúde.

Sobreviventes por acaso

Diante de tantos casos de violência contra a mulher, as cerca de 350 mortes registradas anualmente são apenas a ponta de um iceberg.

Milhares de mulheres são sobreviventes ao acaso. “A bala ainda não acertou aquela mulher, mas um dia acerta”, diz Rejane Maria Pereira da Silva, 43 anos, graduada em História e uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres. Rejane não está falando de uma personagem fictícia, mas de uma vizinha moradora do Córrego do Euclides, zona norte do Recife, que mais de uma vez escondeu-se dos tiros do marido quando chegava em casa.

“Quando as ameaças passam do tapa a uma arma na mão, a violência acaba em morte”, diz a médica Carmelita Maia e Silva. “Mas é apenas quando a ameaça atinge os filhos que essa mulher vai procurar ajuda.”

A maioria das mulheres ainda não encontrou coragem ou apoio para denunciar o companheiro. Porque não quiseram, ou não puderam. Muitas nunca farão isso. Outras já morreram ou irão morrer por essa razão.

Uma das propostas deste livro é relatar como se deram as mortes de algumas dessas mulheres, o desamparo das famílias e o sentimento de revolta provocado pela impunidade. A outra é tentar compreender por que muitas convivem com tanta violência por tanto tempo, às vezes pela vida toda. Tentar entender por que denunciar alguém com quem se vive é tão difícil, doloroso e perigoso –às vezes impossível. Como relata Laudénice Iraci, 37 anos, há 13 prostituta em Boa Viagem, bairro de classe média do Recife: “Eu chegava a ficar imóvel durante horas diante da mira do revólver dele. Quando ele caía no sono, eu podia matá-lo, mas o cobria com o mosquiteiro para que pudesse dormir”, relata. “É preciso que uma mulher recupere sua auto-estima antes de criar coragem para dizer que sofre violência e denunciar esse alguém”, diz Rejane.

Triângulo de canaviais

As polícias públicas e as instituições –como centros de referência da mulher, casas-abrigo, defensorias–, uma polícia diligente e respeitosa e um Judiciário atuante muito contribuiriam para devolver essa auto-estima. O controle das armas de fogo também é fundamental. Do total de crimes contra mulheres pernambucanas no período de 2002 a 2004, 68% foram cometidos com arma de fogo.

O resultado seria uma redução na base desta pirâmide da violência, que sempre termina num vértice de morte.

A terceira proposta que levou à construção deste livro foi relatar a organização e o fortalecimento dos grupos de mulheres e entidades que têm a questão de gênero entre suas prioridades. Em especial a pronta resposta que esses grupos, consolidados no Fórum de Mulheres de Pernambuco, deram e vêm dando diante da violência e das mortes femininas. A vigília mensal, que leva para as ruas os nomes das mulheres mortas, e o Observatório da Violência, que monitora a violência no estado, são iniciativas para serem aprendidas.

Os relatos que seguem são resultado de 15 dias de trabalho de campo no final de junho e início de julho de 2006, período animado pelas festas de São João e pelas expectativas e frustrações da Copa do Mundo de Futebol. Datas apenas coincidentes, mas que ilustram cenários de algumas histórias. Três dias desse período foram dedicados à Zona da Mata Sul, ao triângulo de canaviais formado pelos municípios de Palmares, Joaquim Nabuco e Água Preta. A região foi escolhida porque ali as organizações de mulheres são bastante ativas. E porque também ali a cultura machista e a violência contra a mulher estão muito presentes, embora faltem números e estudos.

Pela complexidade e delicadeza do tema, esta publicação é apenas um olhar de superfície. Procura trazer informações, denúncias e reflexões das mulheres que lideram os movimentos. E transcreve os relatos de mulheres que já saíram do ciclo do medo e de mulheres que ainda convivem com ele.

Vigília pelas mulheres mortas

Com militantes nas ruas, números nas mãos e a cobertura da mídia, grupos feministas levaram o governo do estado a reconhecer que não tem políticas para enfrentar a violência contra as mulheres

No final da tarde as pessoas começam a se reunir na praça da Independência, a praça do Diário, diante da igreja de Santo Antônio, no centro do Recife. São mulheres, na sua maioria, carregando faixas que lembram seus grupos: Flor de Mandacari, Loucas de Pedra Lilás, SOS Corpo, Mulheres de Maranguape, Fórum de Mulheres de Pernambuco. Uma faixa maior informa que se trata da Vigília pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, uma marcha que percorre as ruas centrais do Recife toda última terça-feira de cada mês.

Cartazes em forma de pirulito mostram o nome e a idade de cada mulher morta naquele mês e informam sobre os balanços dos últimos anos. A primeira vigília aconteceu no dia 31 de janeiro, quando o número de mulheres assassinadas chegou a 40. No dia 29 de agosto, quando foi realizada a oitava vigília, os cartazes revelavam a extensão da violência: 263 mulheres mortas em 2003, 320 em 2004 e 323 em 2005. São dados do Fórum de Mulheres com base em números do governo estadual e informações da mídia. Nos primeiros oito meses de 2006, segundo dados oficiais, foram 220 mortes. Os números reais devem elevar em pelo menos 20% estas estatísticas.

A marcha começa ainda com a luz do dia e segue devagar pela avenida Guararapes, atravessando a ponte da Boa Vista sobre um dos braços do Capibaribe e tomando a rua da Aurora, à direita. Arravessa depois a ponte Princesa Isabel, de onde se pode ver a cúpula da Assembleia Legislativa e o Teatro de Santa Isabel, até terminar diante da praça da República. À medida que escurece, as manifestantes e os manifestantes acendem suas velas. As pessoas que estão nas paradas dos ônibus, aquelas que caminham pelas calçadas ou olham pelas janelas dos coletivos já sabem que se trata da marcha pelas mulheres assassinadas.

Duas filas de palmeiras imperiais, que atravessam a praça da República, separam de um lado o Palácio da Justiça e, de outro, o Palácio do Governo. Não por acaso, os manifestantes, homens e mulheres, se juntam diante do Palácio da Justiça, dando as costas para a sede do governo.

“Vamos continuar na rua até a violência acabar, até que o governo saia dessa inércia e nos dê uma resposta”, diz em voz alta uma das mulheres. Depois, uma participante lê o nome de cada mulher morta ao longo daquele mês, e a cada nome citado as pessoas respondem: “justiça”. “Enquanto estamos nas ruas pedindo justiça, elas estão entre nós”, diz uma manifestante.

A Vigília pelo Fim da Violência Contra as Mulheres transformou-se no gesto público mais visível do inconformismo e da cobrança dos grupos diante da cifra emblemática de uma mulher morta a cada dia.

Relógio das mortes

A marcha mensal e as manchetes nos jornais, quantificando cada morte de mulher, transformaram-se num enorme painel público da violência em Pernambuco. Uma espécie de relógio a céu aberto cujo avançar do ponteiro indica mais uma morte de mulher. Diante de tanta visibilidade, as autoridades tentaram explicações recorrendo à tese de que as mulheres vêm se envolvendo na criminalidade, por isso estariam morrendo mais. Ou estariam se expondo mais ao saírem às ruas —como se não fosse o próprio governo o responsável pela segurança de todas as pessoas.

Acenou-se com ações às pressas, como a promoção de encontros que chegaram a reunir governo federal, Ministério Público e grupos de mulheres. As feministas abandonaram a mesa depois de constatar que vinham sendo usadas para validar ações do estado diante da opinião pública. E que

o estado estava atribuindo a elas uma função técnica, quando seu papel –segundo os grupos de mulheres– seria o de proposição e acompanhamento crítico de políticas públicas, a partir do lugar da sociedade civil e não do governo.

Os primeiros oito meses de 2006 foram um dos períodos de maior mobilização e certamente de maior “enfrentamento” do Fórum de Mulheres de Pernambuco. No Fórum estão 67 organizações feministas, grupos populares, ONGs, núcleos universitários, secretarias de partidos políticos, grupos integrantes de uma rede que, de alguma forma, prioriza e privilegia as questões de gênero. Em janeiro de 2006, quando o mês terminou com 40 mulheres assassinadas e os grupos decidiram sair às ruas na primeira vigília, o Fórum divulgou uma carta aberta “cobrando dos governos a responsabilidade constitucional para com a garantia e proteção da vida e da segurança da população”. “A omissão do estado é mais uma violação aos direitos humanos das mulheres”, dizia a carta.

Com os números na mão, espaço na mídia e os movimentos nas ruas, o Fórum levou o governo a anunciar providências. Um Grupo Integrado de Segurança da Mulher foi criado em fevereiro e o Fórum, convidado a fazer parte. Era o resultado de um movimento iniciado ainda em 2003, quando o Fórum havia proposto a criação de uma comissão emergencial, com representantes do governo e da sociedade. Agora, a criação de um grupo integrado, anunciado pelo governo do estado, surgia principalmente pela iniciativa e pressão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo federal.

As mulheres recusaram. Em “nota pública”, o Fórum lamentava que a tentativa de diálogo com os movimentos sociais só ocorria depois de muita pressão, inclusive do governo federal. A iniciativa, segundo a nota, era “mais uma tentativa do governo do estado de se desresponsabilizar frente ao problema, transferindo para os movimentos sociais um dever constitucional que lhe pertence: a execução das políticas públicas”.

Notícias do jornal

Ainda em 2004, o SOS Corpo, no âmbito do Projeto Vivência de Direitos no Cotidiano, iniciou a produção dos boletins *Dados e Análises*, informando e comentando sobre o perfil das mortes. Em 2005 foi criado o Ob-

servatório da Violência Contra a Mulher em Pernambuco. Na falta de dados confiáveis dos órgãos públicos, o Observatório passou a contabilizar e a informar sobre os assassinatos também a partir das notícias dos três jornais do Recife. Mais ágeis, e certamente mais interessados, os repórteres relatavam os casos e somavam os números antes que as autoridades policiais informassem as cifras e as circunstâncias das mortes. Os dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social eram então comparados, analisados e divulgados.

Essa coleta e esse filtro de informações permitiram que o boletim ampliasse suas possibilidades de denunciar e analisar os dados. A proposta desse informativo, que tinha previsto a divulgação de seu quinto número até o final de 2006, é "difundir estatísticas e informações sobre diferentes temas no contexto da cidadania e dos direitos, com análises atualizadas a partir da perspectiva feminista". A primeira edição, de maio-julho de 2004, trouxe um número que viria a provocar perplexidade e chamar a atenção de Pernambuco e de todo o país para a dramática situação da violência: em 2002, segundo números oficiais, tinham sido assassinadas 369 mulheres, uma para cada dia do calendário.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, de 1980 a 2000 o número de assassinato de mulheres passou de 120 para 310 por ano. A taxa de homicídios por 100 mil mulheres no estado saltou de 3,8 para 6,5, de 1980 a 2004, um crescimento de quase 100%, que também se repete para o Brasil como um todo: de 2,3 mulheres mortas por 100 mil para 4,3, no mesmo período.

O salto nos índices se acentuou a partir de 1995, quando se verifica um agravamento da violência letal para a população em geral do estado de Pernambuco. Mas foi em 2003 que os números e o perfil das mortes começaram a chamar a atenção de todo o país.

Um outro perfil de morte

Foi uma sucessão de mortes com características muito diferentes ocorridas em 2003 que fez os grupos de mulheres acenderem a luz vermelha e saírem em busca de resposta. "Em três casos, num espaço de semanas, dez mulheres foram assassinadas", diz Ana Paula Portella, coordenadora de pesquisa do SOS Corpo. "Chamavam a atenção porque fugiam à regra do conflito entre companheiros, não tinham o perfil do crime passional,

cometido por impulso. Nós desconhecíamos esse quadro. Foi então que o Fórum de Mulheres decidiu ir às ruas.”

No dia 3 de maio de 2003, duas jovens de classe média desapareceram quando viajavam com amigos para Serrambi, praia na região de Porto de Galinhas, litoral sul do estado. Dez dias depois, os corpos de Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão, as duas com 16 anos, foram encontrados em meio a um canavial. Até hoje, ninguém foi condenado pelos crimes. Trocou-se de delegado, o Ministério Público devolveu o inquérito mais de uma vez, convocou-se a Polícia Federal. Autoridades e grupos de Direitos Humanos cobraram respostas, peritos de São Paulo exumaram os corpos.

Até agora, não há julgamento previsto, porque não há sequer indício do para julgar. De acordo com centenas de reportagens dedicadas ao caso pelos jornais ao longo desses anos, o crime já envolveu interesses políticos, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e toda sorte de disputa de poder. Nas suspeitas, os envolvidos são homens. As vítimas foram duas mulheres. Nem mesmo a influência dos pais, empresários, ajudou a desvendar o caso. A notícia continua na mídia, mas ninguém sabe ainda por que e por quem Maria Eduarda e Tarsila foram mortas.

Na madrugada do dia 10 de maio, um sábado, quando Maria Eduarda e Tarsila ainda estavam sendo procuradas, cinco mulheres de uma mesma família foram assassinadas na casa onde viviam, no Alto Santo Aleixo, uma área pobre em Jaboatão dos Guararapes, município da Região Metropolitana do Recife. Um rapaz encapuzado executou a mãe e as filhas com tiros na cabeça enquanto dormiam. O assassino poupou um bebê e um adolescente sobreviveu escondendo-se debaixo da cama. A notícia saiu no jornal porque se tratava de uma chacina. E porque o governo do estado não tinha condições de dar proteção ao menino que testemunhou os assassinatos. Depois, não se falou mais nisso.

Na noite de 29 de junho daquele ano, festa de São Pedro, Verônica Maria, então com 41 anos, a filha Priscila, de 13, e a sobrinha Andréa, de 28, desapareceram enquanto voltavam caminhando da casa de um parente, no município de Paulista, também no Grande Recife. Seus corpos foram encontrados jogados na mata com múltiplos sinais de violência. Os acusados estão presos, mas o julgamento ainda não tem data marcada. A polícia acha que os assassinos queriam se vingar do marido de Andréa, supostamente envolvido

com drogas. "Mataram as mulheres porque era mais fácil, e porque sabiam que a dor seria maior para todos nós", diz a mãe de Andréa, Neide dos Santos, na varanda de sua casa em Maranguape 2. "A vida aqui se acabou." [A *chicota de Maranguape é relatada em um dos capítulos deste livro.*]

Sem compromisso com a vida

Os casos de Serrambi, Santo Aleixo e Maranguape não correspondiam ao perfil dos assassinatos de "proximidade", quando o criminoso é alguém próximo da vítima —marido, companheiro, namorado, vizinho. Os grupos feministas começavam a lidar e interpretar um tipo de violência contra as mulheres que saía das paredes da casa e avançava para o espaço público, e que envolvia mais de uma vítima e mais de um agressor —muitas vezes desconhecidos.

O Fórum de Mulheres decidiu então fazer uma grande mobilização, diz Ana Paula. A partir daí, a violência passou a ocupar um grau de "urgência urgentíssima". "Enviamos documentos para o Judiciário, o Ministério Público, o Legislativo e o Executivo, com dados sobre a situação e alertando para sua gravidade. O documento também trazia um conjunto de propostas de políticas e ações para o enfrentamento da violência pelos governos."

Era o primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres acabava de ser criada. "Chegamos a realizar várias audiências com autoridades estaduais e fizemos a primeira, e até agora única, audiência pública com a presença de três ministros —da Saúde, de Políticas para as Mulheres e da Igualdade Racial", diz Ana Paula. Participaram representantes do governo do estado, os prefeitos do Recife e Olinda, o procurador geral do Ministério Público, um representante do Tribunal de Justiça e a cúpula da Secretaria de Defesa Social.

Era agosto de 2003 e a audiência teve muita repercussão; depois outras se seguiram. "Tudo parecia andar bem, mas as reuniões aconteciam e as medidas não eram tomadas", diz Ana Paula. Desde o início, o Fórum de Mulheres vinha propondo a formação de um grupo integrado que tratasse da questão da violência contra a mulher e a criação de um Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Mais tarde o conselho foi criado por decreto do Executivo e aprova-

do na Assembléia Legislativa, mas nunca foi implantado. "A proposta do grupo integrado só foi retomada em 2006, mas ficou claro que o governo apenas queria o nosso aval. E pretendia que atuássemos como técnicas, função que não era a nossa. Então nos afastamos."

Assim que o número de mortes disparou, em janeiro de 2006, e os grupos saíram às ruas na primeira vigília, a gravidade da situação chamou a atenção da mídia e passou a incomodar Brasília e o governo de Pernambuco. Em fevereiro, a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, foi ao Recife e se reuniu com os grupos de mulheres e depois com representantes do governo do estado e dos vários poderes.

Em 17 de fevereiro, a Secretaria de Defesa Social já tinha anunciado a criação do grupo, que viria a se chamar Câmara de Ação Integrada de Segurança da Mulher, como uma "pronta resposta" à situação de violência no estado. Em 30 de março, depois de analisar a proposta do governo, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Articulação Negra de Pernambuco e o Movimento de Direitos Humanos divulgaram uma "nota pública" anunciando sua retirada da Câmara Integrada.

A proposta apresentada "é frágil, descomprometida e reveladora do precário empenho dispensado pelos órgãos do governo em pensar seu papel e ações integradas no enfrentamento do problema". Se não é omissão, é desconhecimento, diz a nota. O que "denuncia o descompromisso com a vida e a segurança das mulheres, sobretudo das mulheres negras e pobres de nosso estado, mais atingidas pela violência."

Lei Maria da Penha

Com a saída das mulheres, criou-se uma câmara técnica integrada na qual participavam, até agosto de 2006, além de todos os órgãos de segurança do estado, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Tribunal de Justiça. Uma das propostas era agilizar os processos, cobrando empenho dos delegados de polícia e do Instituto de Criminalística e acompanhando, com o Ministério Público, o andamento dos processos até o Judiciário.

"Estamos vendo caso por caso", diz a delegada Claudia Molina, 35 anos, dois filhos, chefe da Unidade Policial contra as Desigualdades. "Eu mesma estou solicitando a todos os delegados que, sempre que se tratar de

morte de mulher, se peça a prisão preventiva, mesmo que o acusado seja primário. Estou tomando isso como uma política, pois é preciso que se crie uma política de punição", diz.

"Depois disso não tivemos mais notícia da câmara integrada", disse Joana Santos Pereira, 44 anos, educadora do SOS Corpo e uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres. "Já tínhamos informado a Secretaria de Políticas para as Mulheres que a câmara não passava de uma ação de campanha do governo que buscava credibilidade nos grupos de mulheres", diz.

Ouvida em setembro de 2006, a subsecretária de programas da Secretaria para as Mulheres, Aparecida Gonçalves, disse que ao se afastar da câmara integrada o Fórum de Mulheres tomou "uma posição madura". "A estrutura do Estado impõe limites; o Fórum está cumprindo sua função ao exigir e questionar."

"Fizemos nossa parte", diz Ana Paula. "Se o governo realmente tiver interesse em resolver o problema, que procure o Fórum de Mulheres."

Novas perspectivas estão se abrindo com a entrada em vigor em 22 de setembro de 2006 da Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher. "O Fórum já se reuniu com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça para agilizar a implantação da legislação no estado", diz Joana. No mesmo mês de setembro de 2006, o Tribunal de Justiça já tinha se comprometido com a criação de uma vara especializada para questões relativas à violência doméstica e familiar, como prevê a lei. A esperança –segundo o Fórum de Mulheres– é que uma vara especial agilize os processos e que outras sejam criadas no estado, o que deve passar pela aprovação da Assembleia Legislativa.

Maria Betânia Serrano, 44 anos, fisioterapeuta, feminista autônoma e uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres, diz que a implantação da Lei Maria da Penha dependerá de pressões. "A lei está aí. Vamos cobrar para que seja colocada em prática."

O novo cenário da violência

Vítimas da violência doméstica e sexista, as mulheres vêm se transformando no alvo mais frágil e mais exposto dentro de uma criminalidade crescente

Uma nova configuração no cenário do crime está levando autoridades de segurança pública a atribuir o aumento da violência contra as mulheres ao crescimento da criminalidade em geral. Um discurso que tenta eximir o estado de suas responsabilidades, desqualifica e culpabiliza as vítimas e dificulta as ações de luta contra a violência às mulheres.

Esse novo cenário envolvendo "a mulher que sai de casa" estaria sendo criado pelo aumento da violência comumente chamada de "criminalidade", assassinatos em assaltos, seqüestros, disputa por pontos de droga, cobrança de dívidas e "queima de arquivo". São tantas as vítimas, e tão majoritariamente masculinas, que essa criminalidade vem se banalizando. Segundo o Fórum de Mulheres de Pernambuco, o aumento das mortes femininas está sendo atribuído à criminalidade em geral, como se o governo nada tivesse a ver com essa violência. "O estado agora diz que as mulheres estão morrendo porque estão saindo mais de casa", diz Maria Betânia Sereno, do Fórum de Mulheres. O estado age como se essa morte não fosse também resultado de uma questão de gênero.

Estabeleceu-se, historicamente, que homens morriam na rua, em bares, em praça pública, ou eram assassinados por inimigos em encruzilhadas ou quando invadiam suas casas a cavalo ou em motocicleta, hoje encapuzados dos capacetes. Mulheres apanhavam e morriam em casa, geralmente agredidas ou assassinadas por alguém próximo, com quem tinham convivido ou conviviam. Eram vítimas isoladas, e a violência, na grande maioria das vezes, perpetrada por um só agressor.

Esse cenário estaria se modificando. Pelos números da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, 54% dos casos hoje se enquadraram nesse perfil de morte por "proximidade", envolvendo parceiros e conhecidos – segundo o Fórum de Mulheres, seriam 85%. Outros 13%, de acordo com a secretaria, teriam a ver com envolvimento no tráfico de drogas e cerca de 23% seriam de causas desconhecidas.

O Fórum questiona esses números. Primeiro, porque a classificação das motivações – o contexto e as relações entre vítima e agressor – depende de investigação e do andamento dos inquéritos. De acordo com o Fórum, um dos principais problemas de Pernambuco é justamente a morosidade das investigações policiais, que quando andam têm baixíssima qualidade e pouca confiabilidade. Os casos resolvidos são poucos e quase nada confiáveis. Para o Fórum, se o estado tivesse as informações que diz ter, deveria vir a público e informar se os acusados foram presos, se o julgamento aconteceu, e se estão cumprindo pena.

Joana Santos, do SOS Corpo e do Fórum de Mulheres, diz que o governo "generaliza, querendo forçar um dado que não é verdadeiro, dando a entender que as mulheres estão morrendo porque estão se envolvendo com o tráfico". Na verdade, as mortes continuariam aumentando porque elas são mulheres. "Elas estão se tornando duplamente vulneráveis: morrem em decorrência da violência sexista e doméstica e morrem em consequência da ação do crime nas áreas pobres de nosso estado", diz um dos textos do boletim nº 1 do Observatório da Violência, publicado em 2004.

Um tiro no baile

Uma sequência de apenas três mortes, pinçadas entre as 32 registradas pela polícia em julho de 2006, mostra que a mulher morre também porque está num meio violento ou porque era o alvo mais fácil. No dia 5 de junho

de 2006, Cristiana Maria Barbosa de Lima, 33 anos, foi morta com três disparos quando dançava numa casa de *shows* na BR-101 norte. Segundo a polícia, o assassino queria matar o rapaz que dançava com Cristiana. O tiro na penumbra do salão matou Cristiana.

Dezoito dias depois, em Goiânia, na Zona da Mata Norte, a dona de casa Maria José Rodrigues foi morta com tiros, de madrugada, enquanto dormia. Segundo a polícia, o assassino entrou na casa para matar um dos filhos de Maria. Não encontrando, matou a mãe.

Dois dias mais tarde, na Ilha Joana Bezerra, região central do Recife, Maria Auxiliadora Silva, 50 anos, foi morta com cinco tiros por dois homens encapuzados. Ao marido, eles disseram que mataram Maria porque seria “avião” (fazia entregas de droga) para um dos traficantes da favela.

Um dos crimes que mais chocou o Recife, ainda em junho de 2003, foi a “chacina de Maranguape”: três mulheres de uma mesma família foram brutalmente assassinadas porque os matadores não encontraram o marido de uma delas, supostamente envolvido com drogas.

Envolvidas ou não com drogas ou ações criminosas de seus companheiros, as mulheres são sempre o alvo mais fácil, lembram as coordenadoras do Fórum. “O que importa para nós é que as mulheres estão sendo assassinadas e que é preciso reverter esse raciocínio que olha antes para as vítimas e não para os agressores, como se as vítimas fossem culpadas de sua própria morte”, diz Ana Paula Portella, do SOS Corpo. “Para nós, importa olhar para o crime, em primeiro lugar, e para os agressores, e não para o comportamento daquela que perdeu a vida. Esse é o novo cenário que estamos vivendo, no qual a mulher é exposta duplamente.”

Sem lugar para se esconder

O caldo de cultura da violência –que mistura o acesso às armas, o desemprego, a falta de políticas públicas e a corrupção policial– transforma a mulher na presa mais fácil. Não por acaso, a concentração da violência, e especialmente da violência contra as mulheres, vem se dando nas áreas mais abandonadas e esquecidas pelo estado. De acordo com levantamentos do boletim *Dados e Análises*, do Observatório da Violência, os bairros do Iburu, Nova Descoberta, Imbiribeira, Iputinga, Santo Amaro e Casa Amarela, todos do Recife, foram aqueles que registraram maior número de

mortes de mulheres entre 2002 e 2005. São também aqueles em que vivem as populações menos assistidas e que mais carecem dos serviços públicos. São moradias precárias, sem água nem esgoto, com difícil acesso a escolas e postos de saúde. Também se concentra nessas regiões um grande número de famílias desestruturadas.

A falta de serviços públicos, aliada à fragilidade das moradias decorrente da pobreza, torna a mulher ainda mais exposta. Além da vulnerabilidade física, há também a do espaço em que vive, que retira dela qualquer possibilidade de defesa. Muias não têm uma casa capaz de protegê-las. Em Ponte dos Carvalhos, bairro pobre da periferia do Cabo de Santo Agostinho, Maria José da Silva, 44 anos, conta que o marido, um policial militar, entra em casa derrubando a porta com um chute. "Não tenho como impedir que ele entre, que me ameace e me bata quando quiser", diz.

Lucileide Maria Soares, 28 anos, moradora de Pirapama, outro bairro pobre do Cabo, diz que o ex-companheiro arromba a porta com um empurrão quando quer voltar. "A cada vez que aparece, eu troco o cadeado." Na última, ele conseguiu entrar e bateu muito, até que Lucileide conseguiu acertá-lo com um chute. "Agarrei o bebê, as chupetas, fui gritando para as crianças me seguirem." Na manhã seguinte, Lucileide pedia ajuda ao Centro das Mulheres do Cabo. Se voltasse para casa —ela dizia—, o ex-companheiro estaria dentro da casa, mesmo depois de a polícia ter sido chamada.

"Vítima não pode ser culpada"

"As condições estão favorecendo a violência contra as mulheres", diz Ana Paula. "Elas morrem quando alguém quer se vingar de um filho, do marido. E a execução é facilitada pela arma disponível, pela droga, pelo acobertamento, pela corrupção policial."

Nesse contexto, as feministas observam que muitas das políticas voltadas para a violência doméstica estão reduzindo a importância da violência geral contra as mulheres.

"Em nenhuma situação você pode dizer que uma vítima é culpada", afirma Ana Paula. "As mulheres são assassinadas porque vivem num lugar onde este tipo de morte é permitido."

Não há como justificar a morte de mulheres pelo suposto envolvimento com drogas, diz Joana Santos. "Muitas estão nesse meio porque o

companheiro está envolvido, outras para ganhar a vida; é um espaço de sobrevivência. A falta do que comer não justifica esse envolvimento, mas nada autoriza o assassinato dessas mulheres."

A Secretaria de Defesa Social reforça com números sua tese de que mais mulheres estariam se envolvendo na criminalidade. Nos primeiros cinco meses de 2006, aumentou em 46% o percentual de mulheres que se envolveram em algum tipo de crime, comparando com o mesmo período do ano anterior. A Delegacia de Repressão ao Narcotráfico deteve 36 mulheres entre abril de 2004 e abril de 2005. No mesmo período de 2005-2006, o número subiu para 70. Nos dois presídios femininos, de Bom Pastor e Garanhuns, a população carcerária aumentou 127% entre 2000 e 2005. No mesmo período, a população masculina nos presídios do estado aumentou 75%. Na Colônia Penal Feminina de Garanhuns, 41% das mulheres foram condenadas por tráfico de drogas.

A delegada Claudia Molina, chefe da Unidade Policial Contra as Desigualdades, é quem representa o governo quando a questão envolve a segurança das mulheres. Nos seus discursos e entrevistas, ela tem lembrado o crescimento do número de mulheres envolvidas no crime, mas cuida de ressaltar que esse fato não justifica o aumento no número de mulheres mortas. "É preciso tomar cuidado, pois é muito fácil dizer que a mulher está errada", ela diz. "Não se pode esquecer que a maioria das mulheres é morta por conta do machismo."

"Tem que morrer"

O fato é que a mistura da dependência de drogas, que é um problema de saúde pública, com a violência do tráfico e da polícia tende a transformar as mortes em soluções aceitáveis pelas autoridades e parte da população. Aos olhos de muitos, pouco importa se quem matou foi a polícia ou um traficante. "Muitas mortes de jovens estão sendo banalizadas, atribuindo-as ao envolvimento com drogas", diz a epidemiologista e médica do IML, Carmelita Maia e Silva. "No mínimo, se desvaloriza a vida das pessoas. Quando a vítima tem envolvimento com a criminalidade, a opinião pública até aplaude a truculência da polícia e dos matadores."

A médica diz que, neste cenário, é natural que o número de mulheres envolvidas de alguma forma com o crime venha crescendo também. "A mu-

lher está virando administradora do dinheiro do marido, ela está tocando o negócio dele, muitas vezes criando um negócio próprio." De todo modo, diz a médica, os números mostram que "a morte passional ainda predomina". "O homem ainda se sente proprietário de sua companheira."

No interior do estado, o pensamento machista, somado ao moralismo e à desinformação, faz com que a mulher vítima de violência seja sempre culpabilizada. "Na Zona da Mata, as pessoas pensam que as mulheres estão sendo assassinadas porque têm envolvimento com drogas", diz Eliane Nascimento, 24 anos, do colegiado do Fórum de Mulheres. "Se a mulher tem algum envolvimento com droga, mesmo que seja dependente ou por que seu companheiro está ligado ao tráfico, aí as pessoas acham que deve morrer mesmo."

Por uma segurança feminista

Nesse contexto de aumento da criminalidade, o homem também é vítima da ausência do Estado. A cada mulher morta, dez homens, em média, são assassinados. A diferença é que os agressores e matadores são homens.

Também eles poderiam fazer suas vigílias, carregando faixas pelas ruas e citando o nome de cada um dos cerca de 300 a 400 mortos no estado, a cada mês, dizem as feministas. Certamente contribuiriam para que a violência contra a mulher também diminuísse.

"É preciso que o governo responda por que Pernambuco tem taxas de homicídio semelhantes às de países em guerra", diz Ana Paula. "A taxa de homicídio na Inglaterra é de 0,4 por 100 mil habitantes, na Austrália é de 0,6. Em Pernambuco são 50,9 mortes por 100 mil moradores." Para as lideranças do Fórum de Mulheres, o governo deveria vir a público e dizer que falhou na sua função de oferecer segurança à população. "Deveria circular livremente, porque as mulheres estão sendo assassinadas", diz Ana Paula. Em lugar disso, procura-se desqualificar a vítima, ou encontrar justificativas para aquela violência.

Nesse novo cenário, o grande desafio do movimento de mulheres hoje está na definição de uma política feminista voltada para a segurança pública e os direitos humanos. "Qual seria uma perspectiva feminista de segurança pública cidadã?", pergunta Ana Paula.

Quem está morrendo

As mulheres de Pernambuco estão morrendo mais nas noites e madrugadas dos domingos e segundas, a maioria delas tem entre 18 e 30 anos, e em 74,5% dos casos foram assassinadas a tiros. As mortes por arma de fogo aumentaram em 77,4% em quatro anos. A maior parte das mulheres foi ferida no rosto ou na cabeça e em 13% houve violência sexual explícita.

Os dados são do período de 2002 a 2005 e foram compilados pelo Banco de Dados do Observatório da Violência. Além das fontes oficiais, o Banco de Dados recorreu às notícias publicadas pelos três principais jornais do estado.

O fato novo que levou os grupos feministas a repensarem e ampliarem suas ações foi a mudança do perfil dos crimes, constatada ainda em 2003. O boletim *Dados e Análises* publicado em setembro de 2005 chama a atenção para essa mudança e faz comparações entre o perfil dos homicídios de mulheres aceitos historicamente e as características que vêm assumindo em Pernambuco.

Historicamente, a grande maioria dos homens que matam a mulher o fa por questões passionais. Em Pernambuco, 52,7% dos agressores – nesse período de 2002 a 2005 – não se relacionavam amorosamente com as vítimas. Do total de agressões, que historicamente acontecem no espaço doméstico familiar, 56,4% ocorreram em espaço público. Um indicador de que a polícia não está presente e de que os agressores estão certos da impunidade, observam as mulheres.

Ainda considerando parâmetros das últimas décadas, a grande maioria dos homicídios é cometida por um único agressor. Em Pernambuco, 47,6% das mortes foram praticadas por grupos de homens. Em 13% das ocorrências, mais de uma mulher foi morta no mesmo ataque.

Outros dados chamam a atenção. A violência doméstica sempre foi tida como um mal que atinge mulheres de todas as classes sociais. No Recife, 57% das mortes se concentram em dez bairros de classe média e de classe baixa e baixa. Em 70% dos casos os agressores são familiares, incluindo parceiros e ex-parceiros, e em 14,6%, conhecidos da vítima. Entre esses agressores familiares e conhecidos, 55,9% eram parceiros ou ex-parceiros.

Cabo de Santo Agostinho

Relatos de "sobreviventes" no Centro das Mulheres do Cabo, principal organização feminista de defesa dos direitos humanos numa região violenta que se estende até a Zona da Mata Sul

Lucileide Maria Soares, 28 anos, tem escoriações e manchas roxas pelo rosto e no pescoço. Naquela manhã de quinta-feira, 29 de junho de 2006, ela aguardava a Kombi do Centro das Mulheres do Cabo, que a levará ao Instituto Médico Legal do Recife. Lucileide é uma das cerca de 40 mulheres que todos os dias são atendidas no IML central, vítimas de violência.

Cabo de Santo Agostinho fica a menos de uma hora do centro do Recife e costuma ser lembrado por suas praias. O Centro das Mulheres do Cabo concentra suas ações nos bairros periféricos, pobres e violentos. Atende em duas casas na área central do Cabo e em outros seis núcleos espalhados pelos bairros. Uma equipe multidisciplinar, com assistente social, psicólogo, advogado e educador social, recebe as mulheres e meninas.

O Centro foi fundado em 1984, já esteve na coordenação do Fórum de Mulheres de Pernambuco e é hoje a principal organização feminista do Cabo e da Zona da Mata Sul.

"A primeira preocupação é com a violência, proteger a vida. Depois, é fortalecer esta mulher, mostrar que ela não está só, que é possível reconstruir sua vida com dignidade", diz Hyldiane Lima, psicóloga do Centro, 31 anos, dois filhos.

No momento, Lucileide só quer escapar com vida e levar seus três filhos pequenos para algum lugar protegido. A ameaça vem do ex-maio, que um ano atrás passou a viver com outra e que agora quer voltar. "Vive dizendo que vai pôr fogo na casa, matar as crianças queimadas, só está esperando um deslize meu."

Lucileide conta que, por várias vezes, ele derrubou a porta e ficou dentro de casa com um revólver na mão. Mais de uma vez ela prestou queixa na delegacia. "Ele entra aqui e diz: 'pode chamar a polícia, que eu mato você e esses policiais com quem você anda saindo'."

No dia anterior, 28 de junho, ele tinha feito a mesma coisa, mas "fugiu quando a polícia chegou". "Quando escureceu, eu estava trocando o cadeado da porta e ele voltou, agora com uma faca na mão. Me agarrou pelos cabelos, me jogou na parede, chutava os filhos, até que dei uma joelhada na barriga dele, agarrei o bebê, as chupetas, fui gritando para as crianças me seguirem. Os filhos ficaram com uma tia. Os vizinhos disseram que ele passou a noite na beira da casa, com revólver na mão."

Lucileide conta que já teve um primeiro marido: "ele me batia sempre que bebia". "Esse outro é evangélico, não bebe, me bate sem motivo algum." Assim que passar pelo médico legista do IML, Lucileide terá em mãos um laudo provando que sofreu violências e que será juntado a mais um boletim de ocorrência na delegacia. Ela ainda não sabe o que fazer. "Ele já mandou dizer: 'se você fugir, eu pego alguém da sua família'."

Expulsa de casa

A professora de educação infantil Vera Lúcia Martins de Arruda, 31 anos, dois filhos, aguarda numa das salas do Centro das Mulheres do Cabo para falar com a assistente social. Vera foi obrigada a deixar a casa pelo próprio companheiro com quem viveu por quase dez anos. Já tentou a reconciliação várias vezes, já fez dois TCOs (Termo Circunstancial de Ocorrência), mas o procedimento, em lugar de agilizar a ação, acabou tornando-a mais lenta.

"A atitude dele é me matar; por onde ele anda, ele diz que vai me matar", conta Vera. "Eu cuidei deste homem, levei ao médico, mas de repente alguma coisa acontece e ele fica violento. Já me agrediu até no culto da igreja. Às vezes ele saía com uma bíblia, dizia que era um missionário. Quando parava em casa, de madrugada, ligava o som bem alto, com hi-

nos religiosos, para incomodar todo mundo. A gente já estava separado quando ele chegou para mim e disse: 'ou você deixa a minha casa ou vou esquartejar você viva'. Agora que já deixei a casa, ele mandou avisar: 'se você continuar no Cabo, eu mato você'."

A sede do Centro das Mulheres do Cabo fica na rua Padre Antonio Alves, no centro movimentado da cidade. Quem vê seus muros grafitados, com rostos coloridos e expressivos de mulheres, não imagina que aquele lugar é um refúgio de mulheres sobreviventes. Muitas das que passam por ali — neste ano, são quase três por dia — já estiveram ou estão com a vida por um fio.

Bar da Maria

Maria José da Silva, 44 anos, duas filhas, dois netos, é outra das sobreviventes que naquela manhã de quinta-feira era recebida pela equipe do Centro das Mulheres do Cabo. Maria viveu por sete anos com um soldado lotado no 17º Batalhão da Polícia Militar. "Foram sete anos de violência. Ele batia nos meus netos, nas minhas filhas — uma delas tem problemas mentais. Chegava de farda e colocava o revólver na minha cabeça. Dizia assim: 'vou fazer com você o que já fiz com a outra, e você nem família tem para te proteger'."

Maria diz que entregou ao ex-companheiro tudo o que conseguiu ao longo dos anos que tocou o Bar da Maria, na beira da BR; em troca, só pedia que ele a deixasse em paz. "Levou até as galinhas que tinha no quintal e o Palio preto que ainda estou pagando, mas não desapareceu. Mudei de endereço, mas ele me achava, aparecia de madrugada, com chave falsa, eu fugia pela porta dos fundos. Uma noite ele voltou para buscar uma 12 [*espingarda calibre 12*] que tinha escondido na casa. Pegou a arma e deixou a peixeira espetada na mesa, como um aviso. Às vezes me ligam de madrugada, vozes estranhas, fazendo ameaças. Gente de moto, com capacete, passava no bar, bem devagar. Abandonei o bar. Cada vez que vejo um carro preto, fico com muito medo."

Em março passado, Maria registrou um boletim de ocorrência na delegacia de polícia do bairro Ponte dos Carvalhos, onde vive, dizendo-se ameaçada de morte, e denunciou o caso na Ouvidoria da Secretaria de Defesa Social, já que o ex-companheiro é um policial militar. O policial continua na ativa, fardado e armado. Maria continua correndo risco de morte.

"Com o fato de não poder contar com o apoio da família, as mulheres se sentem mais fragilizadas e ameaçadas", observa a advogada Lucidivalva Nascimento, 47 anos, um filho, coordenadora do Programa de Direitos, Feminismo e Política do Centro das Mulheres do Cabo. "Quando elas procuram o Centro, percebem que não estão sozinhas, que podem contar com ajuda de profissionais e com a solidariedade de todas nós. Então se sentem encorajadas a denunciar a violência que estão sofrendo."

Belmira morreu antes

Belmira Maria da Silva, 53 anos, morreu antes de ganhar coragem para pedir ajuda. Durante 25 anos, ela viveu com David, que a agredia sempre que bebia e com quem teve 11 filhos.

Cristiane da Silva Colaço, assistente social do Centro, acompanhou a história de Belmira. "Ela trabalhou muito tempo na minha casa, e por anos eu tentei convencê-la a procurar o Centro, buscar ajuda para se sentir mais forte, mais protegida, saber dos seus direitos. Mas ela achava que a culpa era da bebida e nunca quis denunciar o marido."

Em setembro do ano passado, 2005, David passou um mês sem beber, como tinha prometido à mulher, mas adquiriu comportamentos estranhos, o olhar parado, não falava. "Belmira achava que ele iria matá-la, ela mesma dizia isso, mas não queria denunciá-lo", conta Cristiane. "Passou a esconder as facas e garfos da casa, só pegava na hora de comer."

A família não pensou na marreta esquecida sob o armário e foi com ela que David acertou Belmira enquanto dormia. A mulher passou 12 dias na UTT antes de morrer. O marido quase foi linchado pelos moradores do Utinga de Cima, bairro da área rural onde moravam.

□ mesmo perfil

De janeiro a dezembro de 2005, 326 mulheres procuraram o Centro das Mulheres do Cabo. De janeiro a maio de 2006, foram 366 atendimentos, uma média quase três vezes maior que a do ano anterior. As coordenadoras do Centro atribuem esse aumento às vigílias que o Fórum de Mulheres de Pernambuco vem realizando desde o último janeiro. E à visibilidade que a mídia vem dando à questão da violência contra a mulher. "Quando as mulheres percebem que outras estão denunciando, quando descobrem

que elas têm direitos e que podem contar com orientação, elas começam a procurar ajuda e a falar", observa a vereadora Ana Selma Santos, que fez parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal do Cabo.

Com a experiência de quem conhece o cenário da região desde 1984, as Mulheres do Cabo se tornaram ponto de referência e local de abrigo para as mulheres em situação de violência. Embora a procura venha crescendo muito, o perfil das mulheres não mudou. A cada três, duas têm entre 22 e 40 anos. As negras e pardas representam 75%. E só um terço do total trabalha fora de casa.

Os lugares onde moram são cenários comuns a quase todas. Elas vêm de periferias populosas, sem saneamento básico, onde faltam serviços de saúde, escolas e áreas de lazer. Os índices de violência e de desemprego estão entre os mais altos de Pernambuco. Segundo levantamento do Centro, cerca de 70% das mulheres que buscam ajuda estão envolvidas em conflitos familiares, se queixam de violência física, sexual e psicológica, com ameaças e calúnias.

"O Centro é um local onde as mulheres verbalizam a violência sofrida", diz Lucidalva. "A violência fere o corpo e machuca a alma das mulheres. São pequenos assassinatos diários que muitas vezes terminam em morte." Como advogada e uma das coordenadoras do Centro, numa região onde muitos casos de morte de mulheres continuam sem esclarecimento ou julgamento, Lucidalva diz que a "impunidade vem fortalecendo a violência contra a mulher". "Muitos casos são denunciados, mas o poder público, através dos órgãos de Segurança e Justiça, não responde com a sua parte. É preciso que o estado, com o Ministério Público e o Poder Judiciário, restaure o crédito e o respeito dessas instituições frente à sociedade."

Noite de domingo no Jardim São Paulo

Violência e festa no bairro cortado pelo esgoto a céu aberto que nasce no presídio, atravessa o cemitério e invade a casa dos moradores

Os sofás e a mesa de centro da sala de Joseleide estão suspensos sobre caixas de plástico. Quando chove, o esgoto a céu aberto que transborda do canal na rua entra casa adentro. É sempre assim no inverno, quando chove pesado e seguido.

O esgoto aberto que entra pela porta de Joseleide começa alguns quilômetros antes, junto do presídio Aníbal Bruno, um dos maiores do país, com quatro mil detentos lembrados por sucessivas rebeliões e violências. A água preta do esgoto aberto atravessa o cemitério Parque das Flores, passa sob a avenida Liberdade, corta o bairro Planeta dos Macacos 1 e segue exposto junto da avenida Piracicaba, até cair no canal de Guarulhos. É uma cicatriz escura no extenso Jardim São Paulo, dividido pela BR-101, na zona norte do Recife.

Joseleide quer ir embora dali, voltar para Patos, na Paraíba, de onde veio. Não por causa do esgoto que nasce no presídio e atravessa o cemitério antes de entrar em sua casa, mas por causa do ex-marido. Essa “vontade de morrer” começou quando soube que o então marido era

amante de Roberta, a empregada que dormia em sua própria casa, no quarto da filha.

"Faz um ano e cinco meses que as brigas começaram", ela lembra. "Conhecidas já tinham falado, 'abra os olhos', mas eu não acreditava. Até que um dia o celular dele tocou, ele estava no chuveiro, eu atendi, era a voz dela falando coisas apaixonadas, pensava que era ele."

Roberta (o nome é fictício), a empregada de 17 anos, também veio do Sítio Lagoa do Padre, em Sapé, na Paraíba, onde Joseleide nasceu e onde moram seus pais. Depois do episódio do celular, Roberta foi embotada, mas voltou para trabalhar na casa ao lado. Um dos irmãos do ex-marido ocupa o primeiro piso do sobrado onde Joseleide vive; o outro mora na casa em frente. O ex-marido vive a três quadras dali, agora com uma segunda mulher.

"Ando vigiada, vivo com medo. A família dele tem raiva de mim. Todo mundo aqui no bairro sabe que sou uma mulher sozinha. A casa não é segura."

Batom na camisa

Quase não há luzes na pequena rua ainda tomada por poças do esgoto, mas se podem ver varais de bandeirinhas vermelhas, azuis, amarelas e verdes, lembrando o São João e a Seleção.

A casa é fechada com duas grades e na garagem estão sacos de fécula de mandioca e a caminhonete com a qual Joseleide carrega a chapa para fazer tapiocas. É com a barraca no centro de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife, que ganha a vida.

O ex-marido sempre negou o caso com a empregada, mas desde o episódio do celular as brigas se tornaram violentas. Ele passava dias fora, não dava explicação. "Esta casa é minha, saio e entro quando quero", dizia. Um dia ela negou-se a entregar a chave da caminhonete, ele empurrou-a com força e mordeu-lhe o braço, deixando "marcas por muitos dias".

Ainda assim, Joseleide achava que tudo ia melhorar. Os dois chegaram a participar de encontros de casais na paróquia do bairro.

No dia 8 de abril, Joseleide voltou da barraca de tapioca e encontrou os armários abertos, sem as roupas de José Antonio. "Eu chorava sem parar, caí em depressão, não comia, não dormia, parei de trabalhar. Até que me

levaram para a Casa Clarice Lispector." A casa, um centro de referência, acolhe mulheres em situação de violência

"Aos poucos fui levantando a cabeça. Ouvia as histórias das mulheres, uma mais doída que a outra. Via que não era só eu. Eu achava normal lavar a camisa dele suja de batom, cozinhar para um homem que só voltava quando queria, ouvir que a casa era dele. Agora já não acho assim." Mas diz que ainda vai chorar por muito tempo.

Joseleide, 35 anos, tem um menino de 13 e uma menina de 12. Na sala, um quadro mostra a foto dos filhos com a frase: "Papai, liga para mim, que eu só me ligo em você".

Laranjas no chão

O ex-marido vende inhame e batata-doce no Cêsa. De qualquer ponto do bairro, é possível ver o clarão das luzes dos pavilhões da central de abastecimento, junto da BR-101. Centenas de moradores dos bairros no entorno trabalham ali, vendendo, comprando, empurrando carrinhos, guardando barracas, carregando sacos, catando restos, se prostituindo com caminhoneiros que chegam de todo o estado.

O Cêsa do Recife ganhou triste fama quando a prostituição e o trabalho infantil que proliferavam ali ao longo da noite viraram notícia no país inteiro. Já não é assim, mas algumas práticas continuam.

"Os homens jogam laranjas no chão só para ver as meninas se abaixarem e eles olharem suas calcinhas. Às vezes pedem direto, 'vem cá, abaixa essa calcinha e você ganha essa fruta'. Muitas mães vendem café aqui à noite e entregam as filhas para os caminhoneiros. Os homens vão vendo essas coisas e perdendo o respeito pelas mulheres."

O relato é feito pela enfermeira Eleonora Pereira, 42 anos, três filhos e dois netos. Depois de cuidar de doentes terminais em UTIs, muitos deles vítimas de violência, Eleonora optou por trabalhar com jovens, antes que a violência os levasse para o hospital e para a morte. Por mais de duas décadas, Eleonora trabalhou com crianças e adolescentes nos entornos do Cêsa e ainda faz parte da Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual. Hoje é educadora da Casa de Passagem, uma das instituições que fazem parte do Fórum de Mulheres. Lá, ela trabalha com meninas de rua em situação de exploração sexual.

Encontros na paróquia

Naquele início de noite de domingo, 25 de junho, Eleonora era a anfitriã pelas ruas pouco iluminadas do Jardim São Paulo —um dos maiores e mais violentos bairros do Recife. A primeira visita é para Joseleide, a quatro quadras dali. Eleonora percorre ruas escuras e esburacadas, onde as calçadas estão tomadas por entulho. O canal de esgoto aberto segue ao lado. “Mesmo no escuro, todo mundo conhece. Nenhuma criança caiu aqui.”

Com olhar de enfermeira e cuidadora, Eleonora observa que onde a miséria é maior, onde não há áreas de lazer e o poder público está ausente, a violência também é maior. E as mulheres são sempre as primeiras vítimas. Como esperar um clima de respeito quando o esgoto entra debaixo de sua cama?

Seguindo pela rua de Joseleide, chega-se à avenida Piracicaba, iluminada e movimentada, onde à esquerda vive seu ex-marido. À direita, umas quadras adiante, Eleonora mostra uma casa fechada. “Todo final de semana o marido vai com a amante para Caruaru. Para não vê-los retornar no domingo à noite, a mulher deixa a casa e vai dormir com a filha. A amante mora na casa da frente.”

Mais próximo do final da Piracicaba moravam Suzana e José do Tormate, conhecido assim porque vendia tomates no Ceasa. Os dois andavam de mãos dadas e freqüentavam o encontro de casais na paróquia, conta Eleonora. “Um dia Suzana foi encontrada morta; tinha tomado uma mistura de remédios e veneno de ratos. A mãe contou depois que o marido a espancava, sem que ela nunca fizesse uma queixa.”

Planeta dos Macacos

Depois de 25 anos trabalhando no bairro, Eleonora é capaz de apontar cada casa onde há um homem que bate na mulher. “Na maioria delas, reina o silêncio.” O culto na igreja evangélica da rua terminou e as mulheres de cabelos e vestidos longos seguem atrás de seus maridos de paletós. “São as que mais se queixam, mas sempre às escondidas. Na igreja são ensinadas que a violência em casa é uma provação do senhor.”

Entre os azeitos, Eleonora encontra João e pergunta pelo casamento. “Tô fora”, ele diz, brincalhão, apontando a cicatriz na barriga. Um mês antes, a namorada tentou matá-lo a facadas, enciumada porque João, 22 anos, “tinha muitos amigos e passava tempo demais no trabalho”.

Um dos lados da rua Jundiá, uma travessa da Piracicaba logo à frente, foi fechado para o arraial de São João. O "palhoção", antes um espaço re-dondo coberto de palhas, agora é de lona sintética. As quadrilhas são cheias de energia e de cores, os moradores não são muitos e nem parecem animados naquela noite de domingo, entrecortada por pancadas de chuva. Nem milho nem canjiquinha, mas espetinhos de lingüiça e de frango, cerveja e "pitu". Os vazamentos na lona provocam gotearas sobre a chapa quente, esfriando as lingüiças; mas a "dona" parece não se incomodar.

"As pessoas aqui são tranqüilas, mas as gangues violentas de jovens estão por toda parte, ameaçam e matam", diz Elconora. "Eles me observam por onde ando, mas me respeitam." O Inferninho, o Parasita, o Planeta dos Macacos 1, o Planeta dos Macacos 2, todas essas áreas têm suas gangues. Os bairros Planeta dos Macacos têm esse nome porque nasceram de ocupações na época em que o filme com Charlton Heston fazia sucesso, no final dos anos 1960. No filme, os macacos dominam um planeta onde os humanos são escravizados.

Capricho Nordestino

"Foi numa dessas brigas de gangues que a Fia morreu", conta Eleonora. Fia, de 21 anos, vivia com Washington, um dos "thundercats", heróis de desenho animado dos anos 1980 que as gangues copiaram no nome. As moças são as "cheetaras", lembrando a heroína do desenho. Por causa de ciúmes e dívidas de droga, Washington matou Peta e fugiu. Fia se negou a dizer onde o namorado se escondia e foi morta. "Ela estava na porta de casa, brincando com o filho de dois anos, quando um grupo chegou em motos e a matou com seis tiros, na frente da criança e da mãe. No dia seguinte, o grupo obrigou os comerciantes a distribuírem cerveja e carne para um churrasco na rua." O caso aconteceu a poucas quadras do "palhoção", às vésperas do Carnaval de 2006.

Outra vítima das gangues foi Inês, uma história que começou ali, no "palhoção", exatamente um ano atrás, na noite de São João. Inês tinha 13 anos e teve um caso com Igor, que namorava Rose. Igor era dos "thundercats", Rose era "cheetara". Igor trocou Rose por Inês e a disputa começou. Rose venceu. No São João de 2005, Igor marcou encontro com Inês no "palhoção" e convidou-a para fumar *crack* junto do viaduto da BR-101, ali

próximo. Um dos moradores mostra as ruas escuras que os dois percorreram, saindo da rua Jundial e seguindo pela Alvenópolis, cercadas de terrenos baldios. "Inês foi encontrada morta no dia seguinte, uma pedra afundou sua cabeça. A polícia disse que passou a noite agonizando", diz o morador.

A família de Inês executou Igor e nos dois casos ninguém foi preso. Os parentes de Fia e de Inês não querem falar sobre as mortes. "Eles pedem pelo amor de Deus que nenhum estranho sequer passe pela rua, porque são vigiados e podem ser mortos pelos grupos."

Eleonora se despede e segue pela rua pouco iluminada em direção à sua casa, até desaparecer na esquina.

No "palhoção" já se apresentaram três quadrilhas e outras três ainda são esperadas, mesmo com chuva e o público acanhado. A última delas é o Capricho Nordestino, de Jaboatão dos Guararapes.

Por uma lição de casa

A universitária Kety Simone foi morta pelo ex-sogro, um ex-policial que exigia para o neto – o filho de Kety – uma "educação policial" que ela se recusava a dar

A universitária e técnica de enfermagem Kety Simone dos Santos Silva, 31 anos, foi assassinada com três tiros no portão de sua casa no início da noite de 21 de abril de 2006. Era sexta-feira, feriado de Tiradentes, e Kety estava saindo com o namorado para o culto na Igreja Batista do bairro.

O assassino puxou-a pelo braço e acertou o primeiro tiro no rosto. O segundo atingiu o peito e o terceiro, a cabeça, quando já estava caída.

O assassino confesso é seu ex-sogro Adalberto Pereira de Lima, 55 anos, ex-policial civil afastado por extorsão e que prestava serviços à Guarda Municipal de Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife.

Adalberto tinha ido à casa de Kety encontrar o neto, de nove anos, com quem pretendia passar o feriado e o final de semana. A mãe não autorizou a saída do menino, alegando que estava de castigo por não fazer as lições de casa da escola. Adalberto passou o dia rondando a casa, carregando uma arma, até que Kety saiu pelo portão e ele a matou.

Na delegacia, e nas vezes seguintes em que foi ouvido, Adalberto repetiu que matou Kety porque amava demais o neto e só buscava o seu bem.

"Matei porque não suportava ver a forma como a mãe estava educando o menino." Policiais de profissão, avô e pai queriam o mesmo para o menino. A mãe desejava que o filho estudasse e fizesse faculdade. De um lado, uma família de mulheres: Kety, a mãe, a irmã e a tia. De outro, avô e pai. A disputa foi resolvida pelo avô, com três tiros.

O assassinato foi presenciado pelo sobrinho de Kety, de 11 anos. Na sala, ao ouvir os tiros, o filho de Kety e neto do assassino tapou os ouvidos e escondeu-se num canto.

Desvios da Justiça

Enquanto Kety era levada ao hospital, o ex-marido —o policial militar Adriano Pereira de Lima— passou pela casa e levou o menino. Cinco dias depois telefonou para a mãe de Kety informando que a guarda definitiva já estava com ele. Ela, com quem o menino viveu desde bebê, só poderia vê-lo a cada 15 dias. "Num único dia, perdi minha filha e meu neto", diz a avó, a auxiliar de enfermagem Hosana Olindina dos Santos, 50 anos.

Com o pai quase sempre ausente, o menino passará a viver com o avô assim que ganhar o regime de semiliberdade. "No final das contas, o assassino vai receber o que ele mais queria, ter o neto para ele", diz o bacharel em Direito Wilson Barros de Araújo Júnior, 45 anos, quatro filhos, que advoga em nome da família de Kety.

Por ter a guarda da criança, a pensão a que a família tem direito pelo emprego de Kety em dois hospitais está ficando com o ex-marido. "Com esse dinheiro, ele está pagando as regalias do pai no presídio", diz Wilson. "É um caso revoltante."

Kety foi assassinada no portão da casa onde morava com a mãe, no Ibura, um dos bairros mais violentos do Recife, localizado na zona oeste. Sua morte ainda revolta os moradores e familiares, que saíram às ruas em passeata, vestindo camisetas com o rosto de Kety. Desde que foi morta, amigos, vizinhos e a família participam da Vigília pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, caminhada que o Fórum de Mulheres de Pernambuco realiza a cada mês lembrando as mulheres mortas.

O assassinato de Kety traz todos os componentes embutidos em muitas das violências contra as mulheres: a intolerância de gênero, o sentimento de impunidade, o poder que a arma confere, o autoritarismo e a

violência “ensinados” e aceitos no meio policial, o sentimento de posse e poder sobre a mulher cultivado entre os homens. E os desvios da justiça por aqueles que deveriam praticá-la.

Vila das Aeromoças

Kety Simone e Adriano Pereira de Lima se casaram cerca de nove anos atrás e viveram uma relação conturbada e violenta por quase dois anos. “Ela se separou num dia em que apanhou muito”, conta a mãe de Kety. “O menino tinha pouco mais de um ano.”

Kety ficou com a guarda do filho, o pai raramente o visitava. “Era o avô que vinha buscar o menino nas saídas de final de semana.”

Naquela sexta-feira, Adalberto ligou dizendo que passaria para pegar o menino e Kety o informou que o filho estava de castigo e que ficaria assim até o final do feriado. “Logo em seguida ele chegou, furioso, pediu de volta os presentes que tinha dado ao neto, um *walkie-talkie*, um CD, um videogame e um celular. O menino foi entregar chorando.”

A casa da mãe de Kety fica na rua Antonio Gonçalves da Cruz, na Unidade Residencial 5 (UR) do Ibura, próximo ao bairro Sítio Zumbi e da Vila das Aeromoças, quase na divisa com Jaboatão dos Guararapes..

A casa branca tem uma pequena varanda e um muro chapiscado de cimento com portão cinza. “Quando Kety saiu com o namorado para ir ao culto, umas sete da noite, Adalberto abordou-a bem próximo da casa”, diz a mãe. Ela chegou a pedir que o avô conversasse com o menino sobre as lições da escola que não vinha fazendo. Quando ela entrou para chamar o filho, ele deu o primeiro tiro. Ela caiu no portão, a cabeça tombada no lado da calçada.”

Kety foi levada no carro do namorado ao Hospital Otávio de Freitas, no bairro de Tejipió, onde ela trabalhava como técnica em enfermagem, mas morreu no caminho.

Fotos com o neto

No tempo que passou rondando a casa de Kety, o ex-sogro chegou a mostrar a arma e a comentar com moradores que tinha chegado o “seu dia”. Para vigiar a família, disse a um vizinho que pretendia alugar a casa ao lado e subiu no terraço, de onde avistava o quintal de Kety.

"Estou convicto de que esse homem matou a Kery para que seu filho retomasse a guarda do menino, e dessa forma ficasse próximo a ele", diz o advogado. Adalberto já tinha tentado na Justiça tirar a guarda da mãe, alegando que ela maltratava o menino. Kery já havia registrado queixas na Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente, informando que sofria ameaças do ex-sogro, que teria um comportamento compulsivo com relação ao garoto.

Em agosto de 2006, o advogado entrou com petição para que a guarda do menino venha a ser revista. "Primeiro, porque o pai é ausente e o avô, assassino. Não será saudável a uma criança conviver nesse ambiente. Segundo, porque o caso da guarda deveria ter sido apreciado no Recife —onde o casal se divorciou e onde Kery obteve a guarda do filho. E, terceiro, porque deveria estar sendo julgado por juiz da Vara da Infância e da Adolescência, não por juiz da Família. Trata-se de uma falha processual. Vamos solicitar ao juiz de Jaboatão que desconsidere essa sentença."

O caso —segundo o advogado— "só foi parar no fórum de Jaboatão porque o pai da criança tem contatos como policial militar naquele município". "Foi por isso que conseguiu a guarda definitiva do menino no prazo recorde de uma semana."

O advogado Wilson também pretende responsabilizar a prefeitura de Jaboatão pelo fato de contratar, em sua guarda municipal, os serviços de um "ex-policial expulso por extorsão".

"O assassino era conhecido por sua violência, chegou a tirar foto de revólver na mão, junto do neto", diz Wilson. Há oito anos era presidente da Associação de Moradores da UR-11, de Ibura, onde morava. "Se alguém falava em disputar o cargo, ele já ameaçava", diz Hosana.

Adalberto está preso no Aníbal Bruno, o maior presídio do país. As testemunhas de acusação foram ouvidas em junho e as de defesa, em agosto. O promotor Eli Gomes diz que Adalberto deverá ir a júri popular em 2007.

Família de mulheres

Algumas semanas depois do crime, Hosana e a família deixaram o bairro do Ibura e se mudaram para o Conjunto Habitacional Dom Helder Câmara, em Piedade, município de Jaboatão. A Justiça considerou que não seria saudável para uma criança visitar a avó na casa onde sua mãe tinha sido assassinada.

"Viermos para cá para poder ver o menino a cada 15 dias", diz Hosana. A rua Frago de Medeiros, que atravessa os blocos do conjunto D. Felder, está animada sob o sol do meio-dia do sábado, primeiro de julho. É dia de jogo da Seleção e os mercadinhos e açougues da rua têm filas na porta. Todos se preparam para o churrasco.

No apartamento 201, enquanto o menino que viu a morte da tia assiste a TV, Hosana estende sobre o sofá recortes de jornais, os cartazes e a camiseta com a foto de Kety, sorridente. "Mais uma mãe é brutalmente afastada de seu filho e familiares", se lê na parte da frente. No verso está escrito, "Basta de violência contra a mulher. A sociedade pede justiça".

A avó acredita que a Justiça condenará esse homem, mas acha que em breve ele ganhará liberdade condicional e passará a conviver com o menino. "Meu neto viverá com o assassino de sua própria mãe", ela diz.

Hosana não esconde as lágrimas quando diz que o pai coloca o menino ao telefone para falar com o avô no presídio. "Ele diz a meu neto que o tiro foi um acidente e que lá do céu a mãe está olhando por ele."

Para a avó, sua filha foi assassinada porque queria para o filho uma educação diferente daquela pregada pelo avô e pelo pai. "O avô dizia ao menino que não precisava estudar tanto, que nem ele nem o pai tinham estudado e que estavam bem na vida. Eles queriam que fosse um policial, a mãe queria que estudasse e que mais tarde escolhesse uma profissão - médico, ela queria."

Sem a guarda do menino, o avô não tinha poderes para impor sua maneira de pensar. "Ele estava perdendo para uma família de mulheres, e não aceitava isso", diz Kelen Cristiane dos Santos, 33 anos, irmã de Kety e também técnica em enfermagem. O "equilíbrio" foi restabelecido pelo revólver.

Vigília por Kety

Por todos esses ingredientes e pela coragem da família em sair às ruas, o assassinato de Kety teve grande destaque na mídia e chamou ainda mais a atenção para a violência praticada contra as mulheres.

Nos últimos anos, o Fórum de Mulheres de Pernambuco vinha denunciando e cobrando do governo ações concretas para reduzir o número de mulheres mortas. Ao longo do primeiro semestre de 2006, a realização de vigílias a cada mês transformou a estratégia de mobilização. Protestos

verbais foram reforçados por caminhadas que mobilizam o centro da cidade e por números que chamam a atenção da mídia, questionam especialistas e encurralam o governo. Kety não era mais uma mulher morta – era a 116ª mulher assassinada em Pernambuco nos primeiros quatro meses de 2006. No mesmo período do ano anterior, tinham sido 82.

Em todas as vigílias, desde sua morte, a mãe, a irmã e a tia de Kety se juntam aos participantes, carregando retratos, pedindo justiça e a volta do menino “levado” pelo pai.

Na mesma noite em que Kety foi morta, duas outras mulheres foram baleadas no bairro de Sapucaia, em Olinda, e internadas no Hospital da Restauração. Uma foi atingida por estranhos. A outra recebeu dois tiros numa discussão com o marido.

Desiguais também na violência

Pernambuco, o terceiro estado com mais homicídios de mulheres no país, tem quatro delegacias da mulher.

O estado de São Paulo, que ocupa a 11ª posição no *ranking* dos assassinatos femininos, tem 126 – ou quase um terço das 392 delegacias da mulher que existem no país.

Na noite do dia 1º de janeiro de 2006, no Grande Recife, a contradora Maria das Graças Silva, 56 anos, teve 75% de seu corpo queimado com fogo de querosene. O marido, com quem vivia há 20 anos, foi preso como suspeito.

Maria morreu 11 dias depois na UTI do Hospital da Restauração, a principal porta de entrada dos casos de violência da Região Metropolitana.

Sua morte foi uma das 40 ocorridas entre as mulheres ao longo do mês de janeiro de 2006, segundo dados oficiais. De janeiro até o final de agosto, foram 220 mulheres mortas por agressão no estado de Pernambuco.

Os números do período ainda devem subir por conta de notificações atrasadas e investigações em andamento – e especialmente por causa da subnotificação resultante da qualidade dos registros, que deve elevar as contas em mais de 20%.

Pernambuco tem 8.161.828 habitantes, de acordo com o Censo 2000.

São 3,94 milhões de homens e 4,22 milhões de mulheres. Quando se consideram as mortes por agressão entre os homens, Pernambuco ocupa o primeiro lugar no país, com 98,7 assassinatos por 100 mil homens. Ganha de outros estados comandados pelo crime organizado, como o Espírito Santo, com taxa de 88,7. No Estado de São Paulo, o índice é quase a metade do de Pernambuco, 50,8 homicídios a cada 100 mil homens. Os dados são de 2004, os últimos compilados e fechados pelo Ministério da Saúde.

Entre os estados onde mais mulheres são mortas, Pernambuco “subiu” do 5º lugar em 2003 para o 3º em 2004, embora a taxa permaneça em 6,5 assassinatos para cada 100 mil mulheres. É quase o dobro do conjunto do Nordeste, que tem índice de 3,4. Com a mesma cultura e cenários geográficos e econômicos semelhantes, o Rio Grande do Norte tem taxa de 1,4; Piauí, de 1,7; Maranhão, de 1,8; Bahia, de 2,8; Paraíba, de 3,2. Nesse *ranking* de homicídios de mulheres, Pernambuco só perde para o Espírito Santo e Mato Grosso, com 8,2 e 7,6 mortes a cada 100 mil mulheres, respectivamente.

No Brasil como um todo, a taxa de mortalidade de mulheres era de 4,1 por 100 mil mulheres, em 2004. E embora os indicadores do Ministério da Saúde sejam os mais confiáveis por se valerem do atestado de óbito, a subnotificação e a notificação incorreta ainda têm um grande peso em estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “As regiões do Nordeste que aparecem com as menores taxas são também aquelas com a pior qualidade de notificação”, diz a médica epidemiologista Maria Carmelita Maia e Silva, do IML (Instituto Médico Legal) do Recife. Significa que os baixos números dos estados vizinhos podem estar apenas escondendo a precariedade dos registros.

Uma violência ainda não revelada que estaria também ocorrendo em áreas rurais de Pernambuco. “Em regiões distantes, como o Sertão Central, mulheres assassinadas são enterradas como se fossem vítimas de morte natural”, diz Vanete Almeida, que coordena organizações de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco.

Menos para quem precisa mais

No país todo existem 392 DEAMs, Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, segundo dados de setembro de 2006. Isso corresponde a uma delegacia da mulher para cerca de 450 mil habitantes. Deste total de

delegacias, 126 delas, ou 32%, ficam no estado de São Paulo, o que corresponde a uma delegacia especializada para cerca de 305 mil moradores.

Pernambuco tem quatro delegacias da mulher, uma para cada grupo de 2,1 milhões de habitantes. Para se aproximar da mesma proporção de São Paulo, Pernambuco precisaria de quase 30 delegacias especializadas. Em São Paulo, 4,2 mulheres são mortas por ano para cada grupo de 100 mil mulheres. Em Pernambuco essa taxa é de 6,5 mortes.

Faltam delegacias especializadas em todo o país. Em Pernambuco, o número é insignificante. Um dos pedidos mais frequentes feitos pelas ouvintes do programa Rádio Mulher, de Palmares, na Zona da Mata, é que se abra uma delegacia especializada na região.

Um dos estados mais violentos e que por isso mesmo mais precisa de atenção, Pernambuco também está entre aqueles mais carentes em serviços públicos de atenção às mulheres vítimas de violência.

Uma das intenções do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado pelo governo federal em 2004, é dobrar o número de delegacias da mulher até 2007. Chegariam a pelo menos 700. A criação dessas delegacias, no entanto, cabe às secretarias que se ocupam da segurança pública em cada estado —no caso de Pernambuco é a SDS, Secretaria de Defesa Social. Nem o Ministério da Justiça nem a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres podem decidir ou determinar a criação dessas delegacias. Restam então a política do convencimento e a pressão dos grupos de mulheres.

Mas mesmo se os números dobrassem, as delegacias da mulher em Pernambuco passariam de quatro para oito, muito aquém das necessidades mínimas. No Sertão Central, por exemplo, uma mulher das zonas rurais afastadas que dependa da frequência do transporte público pode levar de quatro a cinco dias para chegar a Petrolina ou Caruaru, as cidades mais próximas onde há delegacias da mulher.

Da mesma forma faltam IMLs no estado. São quatro no total, cada um deles próximo a uma das delegacias especializadas. Foram construídos assim para facilitar o percurso da mulher agredida: primeiro presta queixa na delegacia, depois o legista verifica as possíveis marcas da violência sofrida.

A delegacia da mulher e o IML Central de Pernambuco ficam em Santo Amaro, região central do Recife. A outra delegacia e IML estão em Prazeres, no município de Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana-

na. As duas outras delegacias e IMLs estão no interior, em Caruaru, no Agreste, e em Petrolina, na região do São Francisco, divisa com a Bahia.

"Procurados"

Nas quatro delegacias da mulher foram registrados cerca de dez mil boletins de ocorrência em 2005. Até julho de 2006 foram 5.265, número que deve chegar a 11 mil até o final do ano. São cerca de 30 mulheres por dia que tomam a coragem de denunciar seus maridos ou companheiros.

Para cada uma dessas mulheres que assume denunciar, pelo menos 20 outras ficam caladas, estima a médica epidemiologista Maria Carmelita Maia e Silva, do IML Central no Recife. Considerando apenas os dados das delegacias especializadas, seriam quase 200 mil casos de violência por ano.

Os números não consideram as queixas feitas nas cerca de 300 delegacias comuns que se espalham por Pernambuco, número também insuficiente para os 184 municípios do estado.

Segundo a Secretaria de Defesa Social, a Polícia Civil tem 4.493 homens e os 28 batalhões da Polícia Militar, um efetivo de 17 mil.

No dia 23 de julho de 2006, quando uma dona de casa e duas filhas adolescentes foram assassinadas em Brejo da Madre de Deus, no Agreste, nenhum delegado esteve no local, apenas policiais civis e militares. A delegacia da cidade informou que nos finais de semana e nas segundas-feiras um único delegado se ocupa de 11 municípios da região. A Associação dos Delegados de Polícia de Pernambuco disse à imprensa que 30 cidades estão sem delegados e que em todo o estado faltam 80 profissionais. Uma deficiência que, segundo grupos feministas, leva à impunidade e incentiva a prática de violências, especialmente contra a mulher.

Numa tentativa de reduzir a impunidade e as próprias deficiências, a Polícia Civil e a ONG Disque Denúncia lançaram uma campanha divulgação de fotos de assassinos de mulheres. Ofereciam R\$ 2.000 por informação que levasse à prisão dos suspeitos. No dia 23 de agosto, o acusado pela chacina de Brejo da Madre de Deus, o carpinteiro Fernando Alves Bezerra, 55 anos, que aparecia em um dos cartazes, foi preso em Itui, no interior do estado de São Paulo. Fernando é acusado de matar a facadas e pauladas a dona de casa Rosineide Santos Valentim de Souza, 40 anos, e suas filhas Kátia Flávia, 18, e Cláudia Valentim, 16. Fernando vivia com Rosineide havia seis meses.

Mulheres do Córrego do Euclides

Tarde de segunda-feira com as mulheres do grupo Cidadania Feminina, em que o apito passou a ser uma forma de denunciar violências

A rua Córrego do Euclides é chamada assim porque anos atrás por ali passava um riacho que tinha esse nome, homenagem a um amigo morador. A rua fica entre duas encostas de casas cujo acesso só é possível por escadarias em ziguezague. O Morro da Conceição e o bairro Alto do José Bonifácio, que abrange toda essa área na zona norte do Recife, está entre os dez mais pobres e violentos da Região Metropolitana.

De três anos para cá, o Euclides ficou famoso por outro motivo, virou o “bairro das mulheres do apitão”. “Quando uma mulher sabe ou vê outra sofrendo violência, ela começa a apitar. E outras que escutam fazem a mesma coisa. Nesse tempo, pelo menos 12 de nós conseguimos denunciar uma violência que estava acontecendo. E muitas outras foram evitadas porque os homens já sabem disso e não querem ser denunciados pelo apito.”

Quem relata é Rejane Maria Pereira, 43 anos, formada em História, pós-graduada em políticas públicas e uma das coordenadoras do Fórum de Mulheres de Pernambuco. É uma das fundadoras do Grupo de Mulheres Cidadania Feminina, ONG que trabalha com crianças, adolescentes e mulheres

em risco ou não de violência. Foi esse grupo que iniciou o apitão. O espaço que ocupa no número 672 da rua Córrego do Euclides, logo "depois do Rei da Picanha", é pequeno para tantas atividades e tanta gente que passa.

Nas suas falas, as coordenadoras dizem que o objetivo do grupo é "fortalecer a elevação da auto-estima das mulheres através do incentivo à participação nos espaços públicos e privados", de forma que tenham voz na sociedade, que recuperem sua identidade racial, que possam voltar à sala de aula e que tenham consciência dos seus direitos sexuais e reprodutivos. A Cidadania também reúne grupos de jovens, de idosos, tem um espaço cultural e uma biblioteca comunitária.

Um dia a bala pega

Nessa tarde de segunda-feira, 26 de junho, em meio aos meninos que comem, desenhavam e gritam, estão algumas das 79 mulheres que hoje fazem parte da Cidadania Feminina. Quase todas vestem uma camiseta onde se lê: "Apitão, mulheres enfrentando a violência". Preferem dizer apenas o primeiro nome. "Aqui estão mulheres que sofreram violência e outras que ainda sofrem, mas que ainda não se sentem fortalecidas para contar sua história", diz Líliana Barros, 40 anos, um filho, socióloga e uma das coordenadoras da Cidadania Feminina.

O grupo considera que cabe à mulher tomar a decisão de denunciar ou não seu marido ou companheiro. "Nós aqui tentamos fazer com que ela descubra seus direitos, se sinta forte, estimulada, perceba que não está sozinha", diz Rejane. "Só depois é que começará a falar, e só depois, quem sabe, se sentirá com coragem para denunciar ou deixar este homem."

É o que vem acontecendo com uma jovem que participa do grupo, mãe de três filhos e que há anos vive sob a ameaça do marido. Naquela tarde, ela não se encontra na roda; as mulheres contam sua história cuidando para não identificá-la. "Duas semanas atrás ela saiu para o curso noturno sem avisar o marido e na volta ele a esperava no alto da escadaria. Foi logo atirando. Alguém ainda apitou, ele disse, 'essa eu mato também'. No dia seguinte, disse que não se lembrava de nada. Já fez isso muitas vezes."

As mulheres relataram que esse homem já foi denunciado pela comunidade, que todo mundo sabe o que ele faz, que já foi preso, mas logo solto - "a gente sabe que foi solto por dinheiro". "Essa mulher dorme com o

inimigo", diz Rejane. "Vai morrer um dia desses, a bala ainda não pegou ela, mas um dia pega. Mas enquanto essa mulher não disser, 'esse homem eu não quero mais', nós só podemos estar do seu lado, informando, fortalecendo. No início, ela vinha aqui e não dizia nada. Agora está começando a falar. Para nós é uma vitória."

Cemitério ou casa de campo

As mulheres fazem comentários entre si e uma lembra a frase segundo a qual "há mulheres que gostam de apanhar". Líliana intervém. "Se dizem que a mulher apanha porque gosta, porque merece, porque provoca, não cabe a nós julgar. Porque a primeira coisa que a violência traz é o isolamento dessa mulher, a tendência dela será a de calar a boca. Falar, denunciar, é um processo doloroso, lento. Se alguém de nós passou anos apanhando e hoje não apanha mais, ótimo. Se ainda continua apanhando, nós estamos aqui para nos fortalecer, para nos dar a mão. A mulher apanha por causa dos filhos, da sobrevivência, porque imagina que o casamento é assim mesmo..." As vezes não vai embora porque "está apegada a seus bens, o fogão, as panelas, a casa..."

O Alto do José Bonifácio não tem áreas de lazer, os meninos jogam bola na rua movimentada, as calçadas são atravancadas de entulho. Os ônibus das linhas Beberibe, Alto do Bonifácio e Derby passam por ali em velocidade, ameaçadores. A localidade é uma espécie de rota da violência sobre a qual ninguém fala. "Quando chegamos aqui, cinco anos atrás, pensávamos que a violência não existia", lembra Líliana. "Aos poucos ela foi mostrando a cara." Hoje, não tem mais como esconder.

"Nas classes médias e ricas, a violência termina no advogado, com a divisão da casa de campo e da piscina", diz Rejane. "Aqui termina na delegacia ou no cemitério."

"Aqui toda mulher apanha"

No caso da Maria do Alto da Foice, hoje Alto da Fátima, terminou no cemitério. Maria, empregada doméstica, 49 anos, vivia com Doca, que consertava ventilador na feira da Rodinha. "Aqui todo mundo se conhece por apelidos." O relato é parecido a tantos outros: Doca era violento, agredia Maria e os três filhos e não aceitou a separação quando a mulher

quis ir embora. Em janeiro de 2006, Doca voltou para casa falando alto, segurou a mulher pelo braço e a matou com um tiro no pescoço. O filho Wellington, revoltado, abriu um botijão de gás e pôs fogo nos barracos. O rapaz trabalhava nos circos da periferia fazendo o papel da gorila Monga, vestindo uma roupa quente e pesada. Os vizinhos dizem que Wellington foi morto semanas depois numa briga por drogas e o assassino da mãe estaria no Rio de Janeiro, "protegido pelo Comando Vermelho". Ninguém soube mais dele.

"Eu ouvi a discussão e depois o tiro", conta uma das vizinhas, 37 anos, que tentou socorrer Maria e que também se apresenta com um apelido, Vera do Conceição. Da rua do Euclides, que passa lá embaixo, até o barraco onde Doca matou Maria, são 153 degraus de escadas. A vizinha também tem sua história: aponta o marido, acenando do portão, amistosamente. "Hoje ele está quietinho", diz a mulher. "Mas já apanhei de corrente e no Natal levei facada na cabeça. Lavo e passo para manter os seis filhos. Aqui no Alto não tem mulher que não apanha."

No mesmo Alto, também neste ano de 2006, morreu Léo, adolescente de 16 anos confundido em disputas por pontos de droga quando levava uma garota para casa. Outro Léo foi executado na frente de algumas mulheres do grupo. "Os matadores ainda pediram para que se afastassem daquelas que não quisessem assistir à execução", conta Rejane.

Na roda da tarde de segunda também está Roseli, 26 anos, que há pouco tempo conheceu o grupo, trazida pela mãe. A história é parecida: o ex-marido, que a espancava e a ameaçava com um revólver, batia nos dois filhos pequenos e quebrava a casa. Roseli fugiu, mas o pai não a recebeu. De volta para casa, o marido espancou-a, quebrou seu braço e tentou matá-la. Só então ela procurou a delegacia da mulher e se separou, isso um ano e três meses atrás. "Ele mandou dizer à minha mãe que caso eu não volte, estou morta. Os filhos ficarão para ela cuidar." Roseli já está vivendo com outro companheiro. "Já avisei a esse que, se me bater, começo a apitar."

Lena, 46 anos, é uma sobrevivente do acaso. Vai mostrando as marcas pelo corpo, "este dente eu perdi com um soco, esta marca na barriga é uma facada, aqui no braço tem duas outras...". "Já fui abandonada pela família, apanhei em cadeia, abortei na cela, tudo porque não ouvi o conselho de minha mãe: 'deixa esse homem, minha filha'."

Apito verde-amarelo

Lena é daquelas mulheres que não acreditam no apito, nem em denúncia. "As mulheres depois voltam atrás, a gente fica com cara de boba." Todo mundo ali sabe a história de alguém que chamou a polícia pensando em ajudar e, quando os policiais chegaram - "horas depois" - a mulher negou tudo. "Eu segurei o braço de um homem que ia abrir a cabeça da mulher com um machado, ela com a cara ensanguentada. Na delegacia, ela negou tudo. Disse que eu não devia me meter. Foi lá uns seis meses, aqui na rua."

Dione Soares Lira Silva, 56 anos, sete filhos, é a cozinheira voluntária no espaço da Comunidade Feminina. Ali sempre tem gente comendo, rindo e conversando. Como nos fins de tarde de sexta-feira, quando as mulheres se reúnem ali para a "Filosofia do Saber", um momento em que se encontram para falar do que quiserem: as crianças, a escola, o trato com o marido, a novela, os vizinhos. Como historiadora e especialista em políticas públicas, Rejane faz questão de definir esses encontros das tardes de sexta: "A Filosofia do Saber é um momento de leitura e discussão sobre assuntos da atualidade definidos pelas mulheres. Depois jantamos e abrimos para assuntos diversos." Em outras palavras, ela mesma resume, "a Filosofia do Saber é quando as mulheres falam sobre o que elas têm vontade de falar".

Dione, a cozinheira, já perdeu um filho e a nora assassinados, presenciou estupro em casa, diz que apanhou por muitos anos do companheiro. Está com novo marido, "em paz". Dione já denunciou dois casos de violência no bairro, apitando quando homens estavam batendo nas companheiras. As mulheres envolvidas nessas situações são convidadas para participar do grupo e, quando desejam, são encaminhadas ao Clarice Lispector, um centro de referência da mulher da prefeitura onde recebem cuidados psicológicos e sociais.

"Aqui, o apito é nosso grito", diz Rejane. Algumas abrem a bolsa para mostrar o seu, de diferentes cores. Regina Maria da Conceição, 60 anos, exhibe o seu, guardado no sutiã. "É verde-amarelo, por causa da Seleção". No sábado seguinte, o Brasil perderia para a França e deixaria a Copa do Mundo de Futebol.

Tristeza na rua do Hospício

O sábado em que o Brasil perdeu a Copa, visto pelo telão do Caldinho do Henrique, bar do centro do Recife, e a festa de São

João no bairro do apitãoço

O Caldinho do Henrique, no centro do Recife, sempre fecha aos sábados à tarde, mas naquele 1º de julho ajeitou mesinhas e cadeiras na calçada e instalou ali um telão. Às cinco da tarde o Brasil estaria jogando a semifinal com a França.

O Henrique fica na rua do Hospício, conhecida pelo Museu de Arqueologia e pelo Teatro do Parque. A rua começa junto do largo Treze de Maio, passa pela praça da Faculdade de Direito e vai terminar na Imperatriz Tereza Cristina, que depois segue até a ponte Boa Vista, sobre o Capibaribe. Era junto à Faculdade de Direito que começavam os corsos, cortejos de caminhões e carros abertos que desfilavam nos carnavais ainda na primeira metade do século passado.

A rua do Hospício tem esse nome por causa da proximidade com uma casa de repouso de freiras católicas que existiu ali ainda no século 19.

Naquela tarde de sábado, o Caldinho do Henrique e a rua do Hospício abrigavam moradores de rua, ocupantes de pensões e sobrados velhos do centro da cidade, vigias e empregados do comércio que não chegariam

a suas casas com tempo de ver o jogo. Quase todos eram "excluídos" de alguma forma.

Quando o jogo terminou, alguns choravam com a cabeça tombada na mesa. Um deles, em pé, perguntava quem pagaria "pela tristeza do povo". "É o país da impunidade", discursava. "Esses milionários da bola riram de nós, correram menos que os garis que recolhem nosso lixo e não têm de prestar conta a ninguém. Eu quero uma CPI da Copa."

Sem ninguém para ouvi-lo, o "militante de rua" terminou sugerindo que os craques retornassem ao país e "desfilassem almeados em cima do carro dos bombeiros, com o Parreira na frente".

Afora o protesto solitário, não houve briga, nem se quebrou nada. As pessoas foram saindo aos poucos, debaixo da chuva, enquanto o Caladinho do Henrique baixava as portas. Alguns meninos explodiram bombas de São João nas lixeiras ali perto. As barraquinhas que vendiam bandeirinhas e bandanas verde-amarelas tinham desaparecido.

Arrastão no bairro do apitão

Assim que o jogo acabou, começou no Morro da Conceição, zona norte da cidade, o Arrastão da Cidadania, a festa de São João das mulheres do Córrego do Euclides. A festa é organizada pela Cidadania Feminina, o mesmo grupo do "apitão", mulheres que adoraram o apito para denunciar quando uma moradora está correndo risco ou sofrendo violência.

A derrota dos "canarinhos" não acabou com a festa, mas provocou baixas e alterações de comportamento. A banda do bairro de Tijipió, reconhecida pelo seu desempenho no forró pé-de-serra, não apareceu "de tristeza". E só "de raiva", os integrantes do forróvioca terminaram a noite embriagados de cerveja e cachaça, numa festa em que a bebida é o cafezinho e o refrigerante.

O Arrastão da Cidadania das mulheres do Córrego do Euclides começa dois dias antes, quando a comunidade participa de oficinas para aprender a fazer doces típicos desta época e pequenos artesanatos que podem vender no sábado. São dezenas de barraquinhas espalhadas pelo apertado Largo do Euclides, que funciona também como terminal de ônibus. As mulheres vendem canjica, pamonha, munguzá, bolo de tapioca, doce de batata-doce, arroz doce, milho cozido, milho assado, cafezinho, refrigerante.

A festa começa com o forróvioca —prática e nome "roubados" da fre-

vioca—, no qual músicos tocam e cantam no interior de um antigo bonde aberto. O “arrastão” sai do número 672 da rua do Côrego do Euclides, onde fica a sede da Cidadania Feminina, segue até o Largo da Rodinha, um quilômetro adiante, e retorna ao Largo do Euclides.

Dentro do bonde, três a cinco integrantes, zabumba, triângulo e sanfona —às vezes uma viola— animam o povo com o “pé-de-serra”, o forró tradicional, forró de raiz, que tem em Luiz Gonzaga o seu rei e como seus poetas Catulo da Paixão Cearense, Patativa do Assaré, Lourival Batista...

Na festa do Euclides, o pé-de-serra se intercala e se anima com as pessoas dançando cirandas de roda e cantando as modinhas de São João, conhecidas ou improvisadas, sempre puxadas por um homem e uma mulher. Depois seguem as quadrilhas do Morro da Conceição, uma dança que no Recife todo reúne centenas de grupos.

A festa do Largo do Euclides termina pela meia-noite, com o “acorda povo”, em que se misturam dança do coco de roda, ciranda, arrasta-pé. É uma espécie de procissão com muita folia, colorida pela estrela e pela bandeira de São João.

Na multidão, muitos casais, mas também muitas mulheres dançando com mulheres, se abraçando. “Antes, elas nem dançavam; quando vinham, ficavam olhando”, diz Rejane Maria Pereira da Silva, da direção da Cidadania Feminina e do colegiado do Fórum de Mulheres de Pernambuco. O grupo chegou a contar o número de presentes, “cerca de 400 mulheres adultas, uns 200 homens e 120 adolescentes”.

Ao longo do “arrastão”, o apresentador da festa fala da violência contra as mulheres, cita o trabalho da Cidadania e vai agradecendo a todos, da prefeitura aos comerciantes que colaboraram de alguma forma para a noite. Nenhuma mulher apita. “Falamos que o apito é o nosso grito, mas na festa não fazemos o ‘apiraço’”. É uma espécie de trégua.

Fogueiras de São João

Menos numerosos que os amantes do forró pé-de-serra são os seguidores de simpatias para a noite de São João, que sobrevivem mais no interior. Para os solteiros, tem a simpatia da bananeira. Na noite de São João, rapaz ou moça deve fincar uma faca nunca usada no caule de uma bananeira. Na manhã seguinte, aparecerá nela uma letra indicando o nome do futuro

companheiro ou companheira. Para os casais, a simpatia é mais dramática. O casal deve pegar na fogueira dois carvões de tamanhos diferentes e colocá-los numa bacia com água. Se os dois boiarem, o casal terá vida longa. Se o maior afundar, o marido morrerá antes. Se for o menor, a mulher irá primeiro. E se os dois afundarem, o casal morrerá na mesma época.

A figura feminina, a maternidade e a sorte dos casais estão presentes nos santos e nas fogueiras juninas. Santo Antonio é santo casamenteiro, São João é o padroeiro das mulheres grávidas e São Pedro, protetor dos pecadores. A Igreja Católica tem uma explicação para o costume de se acenderem fogueiras no dia de São João. Isabel, prima de Maria, mãe de Jesus, estava grávida daquele que seria João, e a prima foi visitá-la nas montanhas de Judá. Como ficaria meses distante, Maria combinou com José, então seu noivo, que o avisaria quando o filho de Isabel nascesse, acendendo uma fogueira nas montanhas, diante da casa. Acredita-se que por este motivo se acendem tantas fogueiras nesta época.

No agarradinho do forró

Como no largo do Córrego do Euclides, centenas de festas se repetem neste que é o último final de semana de São João no Recife e em todo Pernambuco. As festas maiores e mais tradicionais atravessam a noite na praça do Arsenal, na rua Tomasina, no Pátio São Pedro e no Sítio da Trindade. Dezenas de grupos e artistas, como Nando Cordel, Arlindo 8 Baixos, Chiquinha Gonzaga, Edmilson do Pífano, Santana, se revezam de um cenário a outro.

O forró pé-de-serra ainda predomina, mas cresce o número de bandas como Sharp Attack, Profiterolis e DJs, que adotam os chamados forró cearense, o eletrônico, o universitário.

O forró é um gênero musical que agrupa ritmos como baião, xote e xaxado, entre outros. É talvez a dança em que os parceiros mais se tocam e têm seus movimentos mais ajustados. No início, forró era o nome do local onde se dançava, e a dança era chamada popularmente de forrobodança ou forrobodó, pela sua rusticidade e por ser um baile sem etiqueta. No agarradinho do arrasta-pé do forró, do xote ou xaxado, os movimentos são conduzidos principalmente pelas mulheres. Um respeito e um reconhecimento dos homens às habilidades femininas, práticas que poderiam se estender ao convívio cotidiano, dizem as mulheres.

Oficina para homens agressores

Homens que agredem mulheres passam por "escolinha" da polícia, uma "reflexão de homem para homem" que pretende ensiná-los a "desconstruir" o machismo

A cada 15 dias, homens que agrediram mulheres se reúnem numa das salas da Delegacia da Mulher de Santo Amaro, região central do Recife, para uma espécie de "aula antinachismo". Todos ali foram "condenados" com base na Lei nº 9099/95, que classificava a agressão contra a mulher como um crime de menor potencial ofensivo.

Participar dessa "escolinha" –ou "oficina de homens", como é chamada– era uma das penas que o agressor deveria cumprir. Coin a nova Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340 de 2006, a violência contra a mulher passa a ser punida de forma bem mais severa.

Mesmo diante de um novo cenário legal, a "escolinha para homens" levanta algumas questões que dividem opiniões: a necessidade ou não de se trabalhar com o homem agressor; e a prioridade e importância que devem ser dadas a essa política. Há um consenso entre a maioria dos grupos feministas de que, para se reduzir a violência contra as mulheres, é necessário que o agressor seja abordado.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco considera que as prioridades

são proteger a mulher e fazer com que o agressor seja punido. "Queremos, sim, uma legislação apropriada, a modernização do sistema penal e direitos humanos para o presidiário", diz Ana Paula Portella, do SOS Corpo. "Mas quem agide a mulher não pode ser tratado como alguém que te assulta na rua. Esse assaltante rouba você e sai correndo, você não o vê mais. O sujeito que te bate, você acorda com ele todos os dias. A violência é muito maior." Por isso mesmo, lembram as feministas, na Inglaterra a violência contra a mulher e contra a criança é tida como um prejuízo à sociedade –mesmo que a mulher não queira, o agressor será julgado, para que o crime não seja legitimado.

De homem para homem

Em Pernambuco, a Secretaria de Defesa Social criou a "escolinha para homens", ainda em agosto de 2002. Até julho de 2006, cerca de 200 oficinas tinham sido realizadas, com a participação de pouco mais de 2 mil "alunos".

Segundo a secretária, "não se trata de um curso, e sim de um trabalho que busca fazer uma reflexão sobre formas de reagir aos conflitos, sem o uso da violência". Uma aula sobre como "desconstruir o machismo, principal causa da agressão à mulher", combatendo "o predomínio de um gênero sobre outro".

A delegada Claudia Molina, chefe da Unidade Policial contra as Desigualdades, é uma defensora das oficinas. "É uma conversa de homem para homem, uma reflexão de uma hora e meia", diz ela. "Não é um psicólogo, é um policial; homens conversando sobre os prós e os contras das suas atitudes."

A delegada apresenta resultados de uma pesquisa feita com 80 agressores que participaram dos "cursinhos" entre janeiro e junho de 2006. Cerca de 38% deles tinham entre 29 e 38 anos, 70% estavam trabalhando e 52% tinham o primeiro grau incompleto.

"De cada dez homens, nove achavam que a mulher é que tinha provocado", diz Claudia Molina. "No final da oficina, 70% mudaram a cabeça; não que passaram a achar que a mulher é santinha, mas que poderiam ter mediado o conflito de outra forma. Os outros 30% continuaram achando que estavam certos mesmo."

Na avaliação da delegada, “80% dos homens que vão à delegacia da mulher são cidadãos culturalmente mal educados, 20% precisam de tratamento médico —desses, 14% necessitam de uma terapia, os outros 6% são doídos de verdade”. “Então, a gente tem que batalhar esses 80% para ver se eles mudam um pouco.”

O promotor Westei Conde, 40 anos, uma filha, coordenador do Centro de Apoio às Promotorias de Defesa da Cidadania, considera institucionais as oficinas para homens da forma como são feitas em Pernambuco. “Esta não é uma função da Polícia Civil, que deve se dedicar à apuração das infrações penais.” Conde se diz favorável a que se dê uma atenção aos agressores, mas que a ação seja de outra secretaria —da Saúde, da Assistência Social, por exemplo. “Além de se tratar de uma função que não compete a ela, a polícia não está preparada para isso. A polícia já daria uma contribuição importante na questão da violência contra a mulher se fizesse bem feito os boletins de ocorrência e os inquéritos. Da forma como são feitos, telegráfica e preguiçosamente, não ajudam na compreensão dos fatos e na identificação do agressor.”

Preguiça e sexismo

Até a entrada em vigor da Lei Maria da Penha, em 22 de setembro de 2006, a grande maioria dos casos de violência contra a mulher era resolvida por meio do TCO, o Termo Circunstancial de Ocorrência, que dispensa o boletim de ocorrência e sempre objetiva um acordo entre as partes. “O BO dá mais trabalho. Por uma mistura de preguiça e sexismo, tudo virava TCO. A mulher era conduzida a fazer um acordo”, diz Conde. *[A entrevista com o promotor foi feita no dia 4 de julho de 2006, antes portanto de a Lei Maria da Penha ser sancionada pelo presidente Lula, em 7 de agosto.]*

Mesmo discordando das oficinas, Westei Conde acha que só mudanças culturais irão modificar o tratamento dado à mulher. “A violência é um aprendizado, os homens são socializados para ter a violência como uma forma de resolução dos conflitos. As mulheres não, a começar pelas brincadeiras entre meninos e meninas.”

Esse processo de aprendizagem deveria fazer parte da educação formal, “um educar na perspectiva de gênero, de respeito às diferenças, para que a gente pudesse entender como se dão as relações entre homens e mulheres”.

Ao contrário disso, o que se vê é a família e a escola repetindo os estereótipos, reforçando as posições opostas, contrapondo um sexo a outro. "Aré que um dia, esses dois seres tão antagônicos decidem viver sob o mesmo teto."

A questão da "oficina para homens" traz à tona outro tema polêmico: a "patologização" do agressor. O homem que bate ou mata a mulher seria um doente e precisaria de tratamento, não de castigo, assim como o alcoolismo explicaria essa violência. "Discordo dessa tendência de tornar o agressor um doente", diz o promotor. "Isso para mim é um mito, assim como dizer que a violência se dá na pobreza ou que a questão está na bebida." No entender de Westei Conde, "a bebida potencializa o crime, mas a violência é algo que a pessoa já traz incrustada". "O homem tem sido seletivo na utilização dessa agressividade. Porque mesmo o homem que bebe no barzinho com os amigos não sai agredindo esses amigos; ele agride aqueles que ele percebe como sendo sua propriedade, agride a mulher, os filhos."

A presença frequente da bebida nos casos de violência doméstica leva a outro tema igualmente polêmico: a adoção de leis obrigando o fechamento de bares a partir de determinado horário. A chamada "lei seca" já foi aprovada para todo Pernambuco e adotada em dezenas de municípios de vários estados. "A crítica que se faz à lei seca é a sua seletividade, quer dizer, ela faz distinção, ela é aplicada basicamente em bairros pobres", diz o promotor. "E aí, a relação que se faz entre violência, criminalidade e pobreza não é necessariamente verdadeira. Especialmente num país de 50 milhões de pobres."

Mulheres mortas na Mata Sul

Moradores falam da violência e do assassinato de mulheres nesta região de canaviais da Zona da Mata, a menos de duas horas do Recife

Da varanda da casa de Severina, no alto da rua, dá para ver os canaviais ao longe e, bem perto, o muro caiado de branco do cemitério de Água Preta. Ninguém sabe falar com certeza, mas os moradores dizem que ali estão enterradas pelo menos dez mulheres mortas por seus companheiros, ex-companheiros, namorados ou amantes.

Água Preta, assim como suas vizinhas Palmares e Joaquim Nabuco, são cidades sitiadas por canaviais, como acontece com quase todos os municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

Sandra, a filha de Severina, foi morta pelo amante porque queria se afastar dele. Duas quadras abaixo, uma história parecida: Roberto matou Gilcélia, que queria abandoná-lo depois de já ter deixado um primeiro marido. Na rua de cima, um ano atrás, um homem matou a mulher por suspeitar que saía com outro. O homem está em "prisão vigiada", os sete filhos ficaram com parentes.

Na rua que dá fundos para o rio Una, na parte de baixo da cidade, todos sabem um pedaço da história do "caso da ilha". Na manhã do Primeiro

de Ano de 2006, um militar reformado do Recife matou a amante e depois se matou. Dizem que naquela manhã ele contou a ela que era casado, e ela contou a ele que estava grávida. Sobre ela só sabem que era Maria e que morava no Engenho da Solidão.

A professora Magal da Silva, 41 anos, uma filha de 14, é a coordenadora da Associação de Mulheres de Água Preta. Em quase todas as ruas Magal conhece alguma mulher que sofre violência do companheiro, "violência física, com risco de vida". A grande maioria não denuncia; são os vizinhos que ouvem as brigas e comentam, ou apenas assistem às agressões nos quintais e nas ruas.

Na mesma cadeia

Na casa com a varanda apertada no alto da rua do cemitério moram Severina Maria da Silva, 62 anos, e José Paulo da Silva Filho, 67.

A filha Sandra Maria da Silva, quatro filhos, foi assassinada pelo então companheiro em 19 de dezembro de 2003. Sandra tinha 29 anos. "Ela era casada e se envolveu com um homem bem mais velho, mas com o tempo deixou de gostar dele, queria ir embora. Ele então passou a persegui-la e um dia o bandido esbagaçou ela com 20 facadas", relata o pai, cheio de ódio. "Depois do crime, quando ninguém sabia ainda quem tinha matado, ele se sentou aqui nesta varanda, na mesma cadeia onde está o senhor, chorou por ela, disse que iria pegar quem matou minha filha."

Logo encontraram um facão com sangue embrulhado com a bermuda de Moacir, o suspeito assassino, bem próximo do córrego onde o corpo de Sandra tinha sido encontrado, no Engenho do Espírito Santo. Na manhã do crime, os filhos de Sandra viram quando ele passou para buscá-la, como já havia feito outros dias. Desta vez, ele convidou-a para tomar vinho. "Ele matou depois que fez ela beber muito", diz o pai. "Ele é desses bandidos que chutam em cima do corpo da vítima e ainda dizem que vão matar o outro culpado."

O assassino suspeito está preso em Palmares, "ainda nem julgado foi", diz José Paulo. A mulher de Moacir continua morando na rua ao lado da casa de Severina, "os filhos jogados por aí". "Vou vender esta casa e sair daqui", diz o pai. "Logo vão soltar esse monstro e ele vai subir por esta rua. Até hoje nunca levantei a mão para um filho meu, não fiz violência, não

entrei em delegacia. Mas isso não vou suportar, ver esse homem subindo aqui. Tenho que ir para longe...”

Vinganças

Da cadeia, o “matador” continua mandando avisos que um dia sairá para se vingar de quem supostamente matou Sandra, e que matará um segundo homem, com quem ela “se engraçou”, e que matará também o marido viúvo. “Esse bandido passava por aqui armado, mas o marido tinha medo, e homem que é homem não deve temer outro homem.”

Nas conversas na cidade, diz-se que Moacir já teria matado outra mulher, desta vez no Sítio Chapéu de Couro, próximo ao trevo de Palmares.

Violência, morte, impunidade, troca de favores, tudo se mistura. O pai contra que Moacir chegou a ser candidato a vereador e que é protegido do prefeito. “Dizem que continua recebendo R\$ 400 por mês. Por aqui, todo mundo conhece os advogados que defendem bandido. Para mim, homem que mata criança, mulher e bêbado, que são gente indefesa, tem que ser queimado. Aquele monstro matou minha filha só para ela não ser de mais ninguém.”

José Paulo e Severina têm dez filhos e oito netos. Da cadeia na varanda, José continua olhando a rua que passa ao lado do cemitério.

Gilcélia queria ir embora

No mesmo ano de 2003, alguns meses antes da morte de Sandra, Gilcélia Maria de França Silva, então com 39 anos, também morreu a facadas. Morava a umas seis quadras da família de Sandra, mas foi viver quase na mesma rua quando se separou do marido e se juntou com Roberto. “Os dois brigavam muito, em todo lugar, e a vontade dela era ir embora, mas ele não deixava.” Quem conta é o ex-marido José Itamar da Silva, 55 anos. Ele se separou de Gilcélia em 1999 e ficou com os filhos na casa em que o casal vivia.

“Eu gostava dela, mas ela gostava de outro. Fui tolerando, tolerando, até me conseguir coragem para separar.”

Itamar trabalhava com linhas de transmissão de alta tensão, viajava com a firma para o país inteiro, ficava três, quatro meses fora de casa. “Depois, mais tarde, vim saber que esse homem já tinha furado outra mulher,

e que guardava dinamite e gasolina para queimar minha casa e matar meus filhos quando eu estivesse longe."

Itamar conta que um dia, depois de uma discussão com Gilcelia, Roberto saiu procurando uma arma. A mulher estava nadando e limpando galinhas para vender quando ele retornou com uma faca. Ela ainda correu para a casa de uma vizinha, mas foi alcançada e morta na rua.

"Eu nunca tinha visto esse homem, mas pedi ao agente da delegacia que me deixasse ver a cara dele, os olhos dele. Por ela eu não sinto muito, porque ela procurou também. Meu ódio era por causa dos meus filhos." As duas filhas mais velhas se casaram e foram embora. Itamar adotou um casal de meninos.

Os outros dois filhos, Rafael, de 18 anos, e Edison, de 15, ouvem o relato do pai sem fazer comentários. O mais novo vai buscar o retrato da mãe para mostrar como era bonita. "Ia completar 42 anos agora no dia 10 de julho", diz Itamar. "Eu vivi com ela muitos anos e ela cuidou muito bem das crianças. Eles ainda choram muito. Na hora do desquite, o juiz perguntou se eu não queria a reconciliação, eu disse que não, ela já tinha me feito sofrer muito."

Itamar diz que não teve mais notícias do assassino.

Maria da Solidão

Bem junto de Água Preta, o rio Una se abre em dois braços e forma a pequena ilha dos Costas. Em época de pouca chuva se pode chegar até ela atravessando sobre as pedras. Desde o *Réveillon* de 2006, o lugar de umas poucas casas ficou conhecido pelo "caso da morte na ilha". Hercílio matou Maria com dois tiros e depois se matou.

As casas ao longo da rua que ladeia um dos braços do rio dão fundos para a ilha, de forma que de suas janelas e quintais se podem ver, bem perto, as poucas moradias, os cajueiros e mangueiras.

A moradora Sandra Marques, que naquela manhã de Ano Novo varria a frente da casa, conta que não estranhou quando Hercílio passou de mãos dadas com Maria e os dois atravessaram o rio numa balsa improvisada. Costumavam passar por ali, e ficavam horas na casinha branca de pau a pique bem no meio da ilha.

As pessoas em Água Preta dizem que Hercílio, de 56 anos, era comer-

ciante e militar reformado do Recife e que Maria, uma negra bonita, cerca de 35 anos, vinha do Engenho da Solidão. Eram amantes.

Por volta das 11h30 daquele Primeiro de Ano, as pessoas deste lado do rio ouviram um tiro e ainda viram Maria correndo, até que um segundo tiro a derrubou quase junto do cajueiro. “Depois ele voltou para dentro da casa e se matou com outro tiro”, relata um dos vizinhos.

Os moradores acreditam que, naquela manhã, ela teria anunciado a ele que estava grávida, e ele teria dito a ela que era casado.

A polícia ainda encontrou Hercílio com vida, mas dizem que morreu pouco depois e foi levado e enterrado no Recife, com nome e sobrenome. Maria até hoje é lembrada apenas como a amante que vinha do Engenho da Solidão, um arrombamento de casas pobres no meio do canavial, a alguns quilômetros dali.

Pousada dos Poetas

Quase junto da entrada principal de Palmares, do outro lado da BR-101, fica a Pousada dos Poetas. O pernoite para casal, com café da manhã, está a R\$ 25, mas os clientes, na maioria vendedores viajantes, costumam passar a noite sozinhos.

O nome da pousada vem da história de Palmares, conhecida como a “terra dos poetas”. Ascenso Ferreira, Hermíllo Borba, entre outros, nasceram ali.

Girlaine Carlos Saturnino, 34 anos, trabalha na recepção da Pousada dos Poetas, onde a filha Josinalda Saturnino da Silva, 16 anos, também atendia em alguns períodos. Josinalda tinha terminado com Geovani, um vigia noturno de 21 anos, de família conhecida, “sem vícios”, “que não bebia, não fumava, um rapaz de respeito”. “De repente, foi ficando ciumento, cada vez mais ciumento, não deixava mais ela sair, conversar com os outros. Minha filha não agüentou mais e largou dele. Dez dias depois ele deu dois tiros nela e depois se matou”, conta a mãe, Girlaine. O namoro durou um ano e quatro meses.

Foi no dia 24 de janeiro deste 2006, e seis meses depois Girlaine ainda se pergunta o que aconteceu com um “amor que era tão novo e parecia tão bonito”. “O Geovani se sentava nessa muretinha aí fora e ficava chorando, pedindo que eu falasse com minha filha, que ela voltasse para ele.”

Contam que, depois de terminado o namoro, "os amigos tiravam uma com a cara dele", porque vivia revoltado e chorava muito.

No dia das mortes, Josinalda tinha saído com a prima Jaize, 22 anos, e juntas foram à casa de dois amigos. Geovani foi atrás, bateu à porta, chamou e procurando pela ex-namorada. Josinalda ainda se escondia num quarto de cima, mas Geovani, com um revólver na mão, obrigou os amigos a dizer onde ela estava.

A prima conta que Geovani fechou o quarto e gritava para que Josinalda não o deixasse, que ele a levaria para onde quisesse, que fosse embora com ele, até que se ouviu um tiro. "Tinha aceriado no braço, acho que ele não queria matá-la", conta a mãe. "Mas aí a polícia chegou, ficou falando com ele. Dizem que não tinham colete à prova de bala, por isso não podiam entrar. Até que se ouviu outro tiro, e ficou tudo quieto, e aí outro tiro. Então os policiais atombaram a porta e os dois estavam no chão."

Dois bilhetes

Na casa de Geovani, no quarto fechado, foi encontrada uma mala arrumada, como se ele estivesse pronto para uma viagem. Duas cartas foram deixadas ao lado. Uma, endereçada a Josinalda, dizia que a amava tanto que sem ela não queria mais viver. A outra era endereçada aos pais, pedindo perdão por tudo o que tinha acontecido.

Os familiares de Josinalda acham que Geovani tinha planejado todos os detalhes, com duas possibilidades: ou fugiria com ela, e para isso a mala já estava pronta, ou se mataria diante dela, por isso os bilhetes de despedida já estavam escritos. Alguma razão, que não se conhece, levou-o a matá-la primeiro.

"Hoje, quando me dizem que tal rapaz é um santo, que não tem vícios nem nada, eu fujo dele", conta a mãe. "Só depois da morte soube que ele batia no rosto de Josinalda, bastava ela olhar de lado na rua."

Josinalda e Geovani estão enterrados no Cemitério das Palmeiras. Até hoje não se descobriu onde ele conseguiu o revólver, mas todos dizem que essa é uma tarefa fácil na região. Josinalda foi morta no primeiro andar da casa acanhada de tijolo à vista na travessa de terra da rua R-07, a poucas quadras de onde Geovani morava. Nilton Carneiro, o nome do bairro, é

conhecido como um lugar violento, com altos índices de mortes, de prostituição e de trabalho infantil.

Da BR-101, pouco antes da entrada para Palmares, dá para se ver as encostas feias do bairro, tão íngremes que não há ruas, apenas escadarias separando as casas e as quadras.

Tiro na noite

A morte de Creusa Maria dos Santos, mãe de cinco filhos, aconteceu 12 anos atrás, no dia 3 de dezembro de 1994. Ela tinha 40 anos. Apesar de tanto tempo passado, o assassinato continua lembrado na galeria dos mais emblemáticos de Joaquim Nabuco. A morte de Creusa envolve questões de gênero, interesses políticos, desvios na Justiça e impunidade.

A família diz que na época o assassinato provocou tanto escândalo que o secretário da Segurança Pública chegou a acompanhar o caso e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal esteve na cidade.

Creusa era presidente da Associação dos Moradores do Bairro Cuiabá e uma das mais ativas militantes políticas da região. Seu desafio conhecido no bairro era o pistoleiro Nelson Cândido, que defendia abertamente políticos contrários a Creusa, mas não tinha o apoio dos moradores. "Ela queria a desapropriação e a divisão das terras onde moravam os colonos do bairro Cuiabá, mas muita gente de poder não queria", conta a irmã Ângela Maria dos Santos, 40 anos.

Numa noite de dezembro de 1994, Creusa ouviu um tiro e saiu no quintal para saber se não roubavam as galinhas. Foi então que um segundo tiro a matou. "O pistoleiro atirou de trás de uma bananeira e desapareceu. Todo mundo sabia que era o Nelson Cândido, pois Creusa já tinha sido ameaçada várias vezes por ele e feito queixa na delegacia", diz a irmã.

No dia seguinte, um deputado conhecido na região, de quem o pistoleiro seria cabo eleitoral, mandou advogados para acompanhar o caso. "O deputado garantiu ao juiz que o justiceiro seria entregue quando a Justiça determinasse; chegou a dizer na rádio que a Creusa falava demais e que metecia isso mesmo."

A irmã afirma que o justiceiro nunca foi julgado, que mora numa fazenda próxima e que ele e a família continuam protegidos pelo deputado. "De vez em quando ainda é visto por aqui, na cidade, disfarçado."

Um outro homem, conhecido apenas por Moco, teria acompanhado Nelson Cândido na noite do crime. Teria recebido por isso dois quilos de feijão e R\$ 10. "Esse nem arma tinha, nem sabia o que o outro lá fazia, mas foi julgado e condenado, pegou 18 anos. Dizem que já se acabou numa prisão do Recife."

Na noite do crime, a filha mais velha, Kátia Fernanda, 17 anos, se parava para o baile na Usina Pumaty. Com a morte da mãe, foi trabalhar na usina para sustentar os irmãos. "Se Creusa fosse homem, e se não fosse pobre, se os filhos fossem maiores, não teriam matado ela", diz Ângela. "Todo mundo aqui sabe o que aconteceu, mas só um inocente foi condenado. Justiça, para mim, só se vier do céu."

O caso do canavial

Numa noite do final de abril de 2006, policiais rodoviários viram na beira da BR-101, entre o asfalto e o canavial, uma mulher nua pedindo ajuda. Era uma garota de programa de 17 anos. Na delegacia de Palmares, ela contou que saiu com seu cliente em uma moto para um "programa" fora da cidade, mas que ele se recusara a pagar o combinado. Como ela reagiu, ele arrancou suas roupas, a violentou e a espancou. Na briga, ela conseguiu fugir com a chave da motocicleta e na rodovia foi socorrida pelos policiais.

O agressor foi preso naquela noite, mas se descobriu logo que se tratava do motorista do prefeito de uma cidade vizinha. "No dia seguinte, a família da menina recebeu muitas visitas, de advogados, de pistoleiros, de gente importante", relata Eliane Nascimento, do Centro de Mulheres da Mata Sul. "O pai retirou a queixa e, mesmo sendo um sábado, o juiz determinou que o acusado fosse solto. Os amigos comemoraram com um churrasco."

O episódio ficou conhecido como o "caso do canavial".

Cana, política e poder

Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco reproduzem em escala menor a saga de muitas cidades brasileiras, onde a cultura autoriza o machismo e o dinheiro facilita a corrupção dos poderes públicos

Água Preta tem cerca de 30 mil habitantes, tem feira no sábado e vive da cana-de-açúcar. Está a 130 km do Recife, seguindo pela BR-101 em direção a Maceió.

A cidade é cercada por uma vastidão de canaviais, enquanto seus moradores se apertam em poucas ruas e quase nenhuma área de lazer. É assim em quase toda a região, como se a cana ao longo dos séculos fosse promovendo um cerco aos habitantes.

Água Preta, Palmares e Joaquim Nabuco não são diferentes de centenas de outras cidades pobres, pequenas e médias do Nordeste. Da mesma forma, lembram muitas do interior de muitos estados do país.

Água Preta é a mais antiga das três. Tornou-se vila ainda em 1846 e ficou conhecida em todo o país pela chamada Revolta Praieira, cujos insurgentes travaram ali a última batalha, na metade do século 19. Não era uma revolta de pobres cortadores de cana, mas de liberais recifenses abastados que lutavam por seus interesses. Acreditavam que Pernambuco tinha dois

inimigos, os portugueses que monopolizavam o comércio das cidades e os senhores de engenho que monopolizavam a terra [Joaquim Nabuco, em Um Estradista do Império]. Um terço dos engenhos de açúcar, que faziam de Pernambuco uma das províncias mais ricas, pertencia a uma só família.

Genealogia do poder

O cenário não mudou muito. No triângulo formado pelos municípios de Palmares, Água Preta e Joaquim Nabuco, os moradores dependem de emprego nas prefeituras e no corte da cana. São R\$ 3 por tonelada cortada, pouco mais de um salário mínimo mensal para os mais fortes e mais hábeis, ao longo de seis meses de safra.

Hoje o poder e o mando dos usineiros, dos donos de terra, dos empresários e políticos se entrelaçam, interferindo na autonomia da polícia, do Executivo e do Judiciário. A maioria dos municípios da Mata Sul não possui jornal e nem tem acesso aos programas gerados pelas TVs regionais de Caruaru e Recife. "Só sabem das notícias do Sudeste e do Sul, que chegam via satélite das geradoras de São Paulo e Rio", diz Eliane Nascimento, da Associação de Mulheres de Joaquim Nabuco e representante da Mata Sul no Fórum de Mulheres de Pernambuco. Os moradores sabem mais dos ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) e das greves de ônibus em São Paulo que do assassinato ocorrido na rua de cima ou das arbitrariedades na delegacia ou na Câmara Municipal da cidade. "A região da Mata Sul é conhecida por 'máfia sul'", diz Eliane.

Poucos comentam sobre essa árvore genealógica do poder, que certamente é mais frondosa e encorpada do que se sabe. Perto de tantas outras que se ramificam pelo país, esta talvez não passe de um arbusto. O ex-prefeito de Joaquim Nabuco é proprietário de uma rede de supermercados na região, já foi candidato a deputado estadual e acusado duas vezes por desvio de dinheiro. O irmão é prefeito em Água Preta; o filho, vereador na mesma cidade.

Um dos candidatos a prefeito na última eleição de Palmares é dono de uma rede de armazéns e supermercados e da usina de cana-de-açúcar do município. O ex-prefeito de Água Preta é um dos grandes proprietários de terra da região. O prefeito da vizinha Catende é dono de uma das maiores redes de material de construção da região. Nada diferente de muitas outras cidades, de muitos estados do país.

Em torno de Palmares

A cidade de Joaquim Nabuco fica a 12 km de Palmares, para quem vai pela BR-101 em direção ao Recife, e a menos de 15 minutos de Água Preta. Foi fundada em 1953, mas o lugar já era conhecido na segunda metade do século 19 por ser a estação de trem mais próxima de Água Preta, na época a principal cidade da região.

Hoje Joaquim Nabuco tem cerca de 16 mil habitantes, dez mil deles na área urbana onde casas geminadas se apertam em encostas protegidas por muros de pedra. Os trilhos da antiga ferrovia ainda estão ali, ao lado do bar dançante Redondinho, ponto de encontro que destoa do conjunto de casas antigas e do pouco que sobrou da estação.

Nessa semana de São João, a festa se concentra no "palhoção" armado na avenida Agamenon Magalhães, a principal da cidade. O forró não termina antes das cinco da manhã, animado por bandas como Menina Molhada e Toca da Gata.

As bandeirinhas de São João se misturam com as de cor verde e amarela, enfeitando as ruazinhas mais pobres e as casas mais simples. São rantas as fogueiras que não se nota que quase não há iluminação nas ruas que sobem as encostas.

Palmares também se desmembrou de Água Preta, mas isso ainda em 1873, assim que a cidade cresceu rapidamente com a chegada da estrada de ferro "Sul de Pernambuco", dez anos antes. A ferrovia instalou ali seus escritórios, oficinas e armazéns, transformando Palmares em pólo comercial da região. Hoje a cidade tem cerca de 56 mil habitantes, menos de 12 mil na zona rural.

O nome Palmares vem das palmeiras da região; nada a ver com o Quilombo dos Palmares, resistência de escravos negros comandada por Zumbi, que se estendeu pela vizinha Alagoas. Não por acaso, uma das vozes de Palmares, hoje, é a Rádio Quilombo, 100,9 FM, ouvida em boa parte da região por onde se estendeu o território de Zumbi, até sua morte, em 1695.

No ar, o programa Rádio Mulher

Transmitido pela Rádio Quilombo e realizado pelos Centros das Mulheres do Cabo e da Mata Sul, o programa é um dos mais ouvidos na região de Palmares e norte de Alagoas

“**L**igue para nós e dê sua opinião. Hoje nossa pergunta é: o que você acha da violência contra a mulher aqui na Mata Sul? Anote o telefone: 81 – 3662.2774...”

São 11 horas da manhã de sexta-feira, 30 de junho de 2006, e está entrando no ar o Rádio Mulher, um programa da Rádio Quilombo, 100,9 FM. A locução neste dia é da professora e produtora Adriana Amâncio, 26 anos. No comando técnico está Eliane Nascimento, da Associação de Mulheres de Joaquim Nabuco.

O programa é diário e se estende por uma hora. Traz as manchetes dos principais jornais do país, as últimas notícias colhidas pela Internet, e trata sempre de um tema relacionado à mulher –saúde, educação dos filhos, trabalho e, naturalmente, a violência. “Dois milhões de mulheres são espancadas por maridos ou namorados no mundo todo”, diz Adriana. Todos os dias, os ouvintes são convidados a opinar sobre um tema.

No programa de hoje, a locutora Adriana informa que só em 18 municípios da Mata Sul foram mortas 75 mulheres ao longo de 2006. “São

informações recolhidas por nós junto ao 10º Batalhão da Polícia Militar aqui de Palmares”, ela reforça.

O Rádio Mulher é considerado um dos programas de maior audiência da Rádio Quilombo, a julgar pelo retorno dos ouvintes dos 55 municípios cobertos pela emissora –toda a Mata Sul, parte do Agreste e norte de Alagoas.

“O que as mulheres mais pedem, quando falamos de violência, é uma delegacia da mulher e uma casa-abrigo onde possam se proteger quando são agredidas”, diz Eliane. “A mais próxima daqui fica em Cartuaru, uma hora e meia de estrada.”

As notícias são intercaladas com entrevistas e músicas. “Táxi Lunar” é a próxima. “Não tocamos brega, nem funk, nada que faça apologia à violência. E evitamos as internacionais”, diz Eliane.

O programa é uma realização dos grupos de mulheres do Cabo e da Mata Sul, com patrocínio da Fundação Ford.

A Rádio Quilombo fica entre árvores, às margens da BR-101, município de Palmares. A sede do programa Rádio Mulher está no primeiro andar de um pequeno sobrado na rua Letácio Montenegro, na região central, espaço que também é sede do Centro de Mulheres da Mata Sul.

Eliane e Alexandra Bezerra da Silva, 22 anos, graduada em História, são duas das “militantes” em tempo integral. São vizinhas também em Joaquim Nabuco, onde moram. Todos os dias, elas percorrem os cerca de 15 km em vans que evitam os buracos da BR-101 e cortam os canaviais, onde o asfalto das usinas é melhor conservado que o das estradas do governo.

Agressão e silêncio na Zona da Mata

Nessa região, 37% das mulheres já sofreram violência doméstica e 24% nunca haviam contado a alguém, segundo pesquisa da Organização Mundial da Saúde

Uma em cada três mulheres moradoras da Zona da Mata, em Pernambuco —um total de 37% delas—, já sofreu algum tipo de violência física ou sexual cometida pelo parceiro. O número é maior que entre as mulheres de São Paulo, onde 29% foram agredidas. As agressões no Nordeste também foram mais violentas, com maior número de fraturas, dias de internação e ameaças com arma de fogo. E mais caladas: 24% das mulheres que sofreram violência nunca tinham contado a alguém.

Foi o que apontou um estudo multinacional realizado de 2001 a 2002 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e divulgado no final de 2005. Foram entrevistadas 24 mil mulheres com idades entre 15 e 49 anos em dez países.

No Brasil, duas regiões foram pesquisadas: a cidade de São Paulo e a Zona da Mata pernambucana, que apresentaram índices de 29% e 37% de mulheres agredidas, respectivamente. São números alarmantes, embora o problema tenha se revelado ainda mais grave na Etiópia, no Peru, em Bangladesh, na Tanzânia e em Samoa. Nenhum motivo de orgulho para

um Brasil que se diz em desenvolvimento e que tem regiões culturalmente próximas às do Primeiro Mundo.

A Zona da Mata de Pernambuco é a região mais úmida do estado e se estende de norte a sul, em boa parte margeando o litoral. É dividida em três, a Mata Norte, Centro e Sul. Desde o século 16 a região foi dominada pela monocultura da cana-de-açúcar. Hoje, seus 43 municípios e 1,2 milhão de habitantes (Censo de 2000) se debatem com uma economia ainda açucareira, que oscila conforme as políticas e os preços.

Mas a Zona da Mata está longe de ser a região mais pobre de um estado ocupado em boa parte por sertão, agreste e semi-árido. O triângulo de canaviais formado por Palmares, Joaquim Nabuco e Água Preta, na Mata Sul [*região visitada neste livro-reportagem*], representa, em escala menor, o conjunto de toda a Zona da Mata de Pernambuco.

Alcool e ciúmes

Sob coordenação da OMS, a pesquisa foi realizada no Brasil pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em parceria com duas organizações da sociedade civil: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo, e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, de Pernambuco, além de pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da USP e do Núcleo de Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco.

Foram visitados 4.299 domicílios no município de São Paulo e na Zona da Mata pernambucana, tendo sido entrevistadas 2.645 mulheres de 15 a 49 anos.

Quando perguntadas em que situações o parceiro se torna violento, 40% das mulheres em Pernambuco responderam que isso ocorria quando ele estava alcoolizado; 27% citaram o ciúme; enquanto 19% afirmaram que a violência é gratuita, sem razão que elas saibam.

Noite no hospital

Por conta da subnotificação e falta de outros estudos, não é possível dizer se as mulheres da Zona da Mata sofrem mais violência que as moradoras de outras regiões de Pernambuco.

Mas quando se compara com São Paulo, a pesquisa da OMS revela

que as agressões sofridas pelas mulheres pernambucanas são mais violentas. "Aqui as lesões são mais graves, com fraturas e desmaios, perda de consciência", diz Ana Paula Portella, do SOS Corpo, ONG que realizou a pesquisa na Zona da Mata pela OMS. "Também aqui foi mais frequente o uso de arma de fogo nas ameaças - 12% em Pernambuco, 7% em São Paulo. As vítimas passaram mais noites no hospital, um maior número delas pensou em se matar e, pior, as tentativas de suicídio também foram mais frequentes entre as mulheres que sofriram violência em Pernambuco."

Segundo Ana Paula, entre as mulheres agredidas, cerca de 50% pensaram em suicídio. Entre as que não sofreram violência, o número foi de 12%.

No geral, as mulheres agredidas corriam três vezes mais risco de morte. Seja pela ameaça do próprio parceiro, seja pelo fato de se tornarem mais vulneráveis do ponto de vista de saúde, sofrendo com depressão, diferentes transtornos e problemas cardíacos e, finalmente, por tentarem elas mesmas tirar a própria vida. Das mulheres pesquisadas em Pernambuco, 11% declararam haver sofrido violência física durante a gravidez; destas, 38% receberam socos ou pontapés na barriga. Entre as mulheres que relataram haver sofrido lesões em decorrência da violência, 36% ficaram tão machucadas que precisaram receber assistência médica. Na Zona da Mata, 20% das que sofreram lesões afirmaram que tiveram que passar ao menos uma noite internada no hospital.

A pesquisa da OMS confirma a predominância de uma cultura coronelista, de domínio do homem, em que a violência conjugal é frequente e representa uma séria ameaça à saúde física e mental das mulheres. Revela também a inexistência de serviços e políticas que poderiam contribuir para mudar esse quadro. Na Zona da Mata, 24% das mulheres nunca haviam contado a ninguém sobre a violência sofrida. Pelo estudo, 48% das pernambucanas que disseram ter sido agredidas nunca saíram de casa sequer por uma noite. E 31% delas disseram que agiram assim porque perdoaram o marido.

A pesquisa da OMS mostra também o impacto da violência contra a mulher sobre as crianças. Os filhos de cinco a 12 anos de mulheres que declararam haver sofrido violência apresentam mais problemas, como pesadelos e os hábitos de chupar o dedo ou urinar na cama. E se mostram mais tímidos ou mais agressivos. Em Pernambuco, essas crianças também apresentaram maior índice de abandono da escola.

Olinda sem "beijos roubados"

A cidade foi a primeira do país a ter uma Ouvidoria da Mulher e conseguiu limitar o "corredor do beijo", prática de Carnaval em que jovens são beijadas à força

Para quem vem do Recife pela rua do Sol e segue pela movimentada avenida Genúlio Vargas, já no Bairro Novo de Olinda, basta perguntar onde fica o "Bolsa Família". O posto é referência para a Olinda pobre, que concentra 68 favelas e cuja população é formada por 63% de mulheres, e onde a maioria dos moradores só encontra trabalho na temporada de férias.

No primeiro pavimento dos fundos do "Bolsa Família" funcionam a Coordenadoria da Mulher e a Ouvidoria da Mulher de Olinda. Se fizesse jus ao nome, a Ouvidoria da Mulher não teria estrutura para tantas questões, já que as mulheres estão presentes em todos os cenários e conflitos da cidade, da falta de faixas para pedestres à violência nos bairros. Definiu-se então que a Ouvidoria cuidaria prioritariamente das questões de gênero e relacionadas à família.

"Os problemas mais frequentes, que as mulheres trazem para a Ouvidoria, têm a ver com a separação. A mulher quer terminar o casamento, mas tem medo do marido, medo do que será dos filhos", diz a advogada Ruth Coutinho, atual ouvidora. "O segundo motivo é a guarda dos filhos."

A Ouvidoria da Mulher de Olinda foi a primeira a ser implantada no Brasil, em 2001, como uma das ações prioritárias da Coordenadoria da Mulher, fundada no mesmo ano. A primeira coordenadora e responsável pela criação da Ouvidoria foi a parteira Suely Carvalho, fundadora e coordenadora da ONG Cais do Parto. Não por acaso, a primeira mulher escalada para ouvir outras mulheres já fez mais de cinco mil partos, a grande maioria deles na casa das pacientes, fora do espaço hospitalar. "Partejar exige saber ouvir, tocar, acolher", costuma dizer Suely.

Violência pública

Uma das queixas silenciadas ao longo de anos entre as mulheres de Olinda era a prática conhecida durante o Carnaval como "corredor do beijo". "Formava-se um corredor e as mulheres que passavam por ali eram agarradas e obrigadas a beijar, à força", relata Ruth Coutinho. "Muitos homens vinham de fora para participar do corredor, imaginando que tudo podia."

A Coordenadoria da Mulher tem representantes das várias secretarias de Olinda. Com iniciativas conjuntas, campanhas nas ruas e na mídia é material informativo para os foliões, a prática do "corredor do beijo" foi quase inteiramente abolida. Nos dias de Carnaval, todas as instituições ligadas à mulher passaram a dar plantões de 24 horas.

Um "estandarte lilás" em forma de abanador, distribuído nas ruas, traz de um lado os crimes mais comuns que podem ter a mulher como vítima; do outro lado, o "estandarte" diz: "Alguns homens, durante o Carnaval, submetem mulheres a uma situação de humilhação, agarrando, apalpando, agredindo e dizendo que no Carnaval vale tudo. Que tipo de homem age dessa forma? Os homens que não gostam das mulheres".

Outro folheto alerta: "é crime constringer mulher, formando um corredor, encurralando-a para a prática do beijo forçado. Não permita este tipo de fantasia. Denuncie".

"Os que vêm para Olinda não têm mais essa folga", diz a ouvidora.

O beijo forçado, prática adotada na maioria por visitantes, representa mais uma forma de violência contra as mulheres, muitas das quais sequer têm dinheiro para uma passagem de ônibus até a Ouvidoria.

O "corredor do beijo" ilustra a violência que tempos atrás era privada e agora virou pública. "O que antes só ocorria dentro de casa, agora está

acontecendo na rua, nas praças", diz Jadion Helena Santos, 31 anos. Jadion dirige a Coordenadoria da Mulher, é atriz e integrante da Sociedade de Mulheres Negras de Pernambuco e do grupo Uiala Mukaji, que em língua banto quer dizer "resistência feminina".

Falsa reconciliação

Jadion trabalha com grupos que enfrentam dois tipos de discriminação: ser mulher e ser negra. Na maioria dos casos, acrescenta-se o fato de serem pobres e de morarem em áreas esquecidas pelos serviços públicos.

Os índices de violência em Olinda não são menores que em cidades da Região Metropolitana do Recife. Mas Olinda conta com mais serviços voltados para as mulheres. Além da Coordenadoria e da Ouvidoria, a cidade tem um centro de referência da mulher, o Márcia Dangremom, um dos dois únicos do estado. O outro é o Clarice Lispector, do Recife.

Uma parceria entre as duas cidades permitiu a criação da única casa-abrigo de Pernambuco —das 12 vagas, para as mulheres e seus filhos, três são reservadas para as mulheres de Olinda. "Em muitos casos, se a mulher não for para este abrigo, ela morre", diz Jadion.

Impossível estimar quantas já morreram por falta de um abrigo que, teoricamente, protegeria a mulher do marido ou companheiro denunciado ou que decidiu matá-la.

Por sua militância, Jadion conhece bem a situação em Pernambuco. "Só existem quatro delegacias da mulher no estado, duas na Região Metropolitana do Recife, uma em Caruaru, outra em Petrolina. Nessas três cidades estão os únicos IMLs do estado. Cidades do Sertão do Pajeú, como Afogados da Ingazeira, conhecidas pelo grande índice de violência contra a mulher, ficam a pelo menos quatro horas de ônibus de uma delegacia da mulher e de um IML. Como uma mulher viajará tão longe para fazer uma denúncia ou pedir ajuda?"

Jadion diz que "nos últimos oito anos não foi criado nenhum mecanismo de atendimento à mulher em situação de violência". Sem acesso aos centros de referência —que contam com equipe especializada— e às delegacias da mulher, as poucas vítimas que se encorajam a denunciar ou a pedir ajuda se defrontam com policiais despreparados, diz a coordenadora de Olinda.

"A mulher denuncia, o homem ameaça ela de morte, ela vai e retira a queixa; os policiais se irritam ou riem dela. Outros delegados perguntam o que ela andou fazendo para apanhar. E outros sugerem que será melhor procurar um entendimento. E assim se faz uma falsa reconciliação que, muito breve, vai terminar em nova violência. E às vezes em morte."

A morte da rainha preta e pobre

Até final de outubro de 2006, o inquérito policial sobre a morte de Cristiane de Lima dos Santos ainda não tinha sido concluído. Cristiane foi a rainha do Carnaval do Cabo em 2002 e assassinada em abril do ano seguinte.

A morte de Cristiane, a "rainha do Carnaval do Cabo de Santo Agostinho", está na lista dos assassinatos que mais levantam suspeitas sobre as diligências policiais e reforçam o sentimento de impunidade. Especialmente quando a vítima é pobre e negra, mesmo que a cidade a tenha escolhido como rainha, como se deu com Cristiane.

O concurso aconteceu em fevereiro de 2002, e a passarela foi a praia do Gaibu, uma das mais conhecidas e procuradas do Cabo.

Cristiane de Lima dos Santos tinha 22 anos e em novembro daquele ano de 2002 foi contratada como gerente do Motel Califórnia, às margens da estrada que liga a BR-101 a Porto de Galinhas, no município de Ipojuca.

Na noite da Sexta-Feira Santa do ano seguinte, 18 de abril de 2003, Cristiane desapareceu. Na manhã do sábado seu corpo foi encontrado despido e atingido por quatro tiros às margens da estrada que leva ao Porto de Suape. O principal suspeito é José Apolônio de Oliveira, 55 anos, o "Bobinha", então vereador em Ipojuca e dono do Motel Califórnia. No dia em que

Cristiane desapareceu, ele ligou várias vezes para sua casa, pedindo que viesse ao trabalho, mesmo sendo sua folga. Os funcionários do motel viram Cristiane chegando e saindo logo em seguida, em um carro não identificado.

Na gaveta

No final de outubro de 2006, o promotor de Justiça Miguel Sales, que se ocupa do caso, ainda estava cobrando do Poder Judiciário notícias sobre o andamento do inquérito. Em casos de rotina, e de acordo com a lei, a fase de diligências deve estar concluída em 30 dias. No caso de Cristiane, o inquérito já foi devolvido várias vezes pelo Ministério Público, por conta de falhas nas investigações e nas perícias.

“Estou há dez meses sem notícias desse inquérito”, diz o promotor Miguel Sales, 59 anos, quatro filhos. “Não quero que fique na gaveta de algum delegado.”

Se o inquérito não foi concluído isso significa que ainda não há provas suficientes para denunciar alguém pela morte de Cristiane. Significa também que não há julgamento previsto e que não se sabe nem se um dia haverá alguém para julgar e punir.

Para a opinião pública, o culpado é o dono do motel e então vereador de Ipojuca, o “Bobinha”. Para a Justiça, ainda não há provas. José Apolônio perdeu o que seria seu quinto mandato nas eleições de 2004 para a Câmara da cidade, mas continua proprietário do Motel Califórnia e com “muitas influências na região”. “Por causa disso, pedimos que o caso fosse conduzido pela Delegacia de Homicídios do Recife, que é especializada e não está sujeita aos interesses locais”, diz o promotor.

A pedido do Ministério Público, reforçado depois pelo governador e pela Secretaria de Defesa Social, a morte de Cristiane passou a ser pauta de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que trata das mortes de Maria Eduarda Dourado e Tarsila Gusmão. As duas, então com 16 anos, foram mortas na praia de Serrambi, em maio de 2003, na mesma região em que Cristiane foi assassinada. “Minha preocupação é que, enquanto as mortes de Maria Eduarda e Tarsila ainda ganham destaque na mídia e envolvem pessoas importantes, o caso de Cristiane, por ela ser pobre, possa ficar esquecido”, diz o promotor.

O caso de “Serrambi”, como ficou conhecido, causa ainda mais es-

tranhamento, diz Miguel Sales. "Como é possível que um inquérito dessa monta, com a interferência de tantas autoridades, possa estar ainda tão cheio de lacunas e imperfeições?"

Motel Califórnia

A irmã mais nova de Cristiane, de 13 anos, ficou muda assim que viu a irmã morta. Recuperou a fala semanas depois, com acompanhamento especializado. Doracy de Lima Santos, mãe de Cristiane, tem medo de falar sobre a morte da filha. O Centro das Mulheres do Cabo e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, que vêm acompanhando o caso, dizem que a família procura não aparecer. "A mãe sempre diz: 'eu aqui em casa tenho duas meninas; já perdi uma, não quero perder outra'", relata a vereadora Ana Selma Santos, 40 anos, uma filha, socióloga e professora. "A gente sabe quem é, mas não tenho como me defender, tenho receio de insistir. Se denunciar, vou ficar sozinha", diz a mãe.

Doracy pode contar com as Mulheres do Cabo, com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, com o Ministério Público, até com a opinião pública. Para ela, nada disto basta. "Quando se trata de pobre, ninguém tem interesse", costuma dizer.

O inquérito de Cristiane continua cheio de falhas, embora já tenha sido devolvido mais de uma vez pelo Ministério Público à polícia. Havia uma suspeita de abuso sexual, mas não foi feito exame que pudesse comprovar o fato e identificar o assassino. O promotor Miguel Sales observa que o local do crime não foi preservado, nem foram feitas perícias no motel.

Suspeita-se, da mesma forma, que o então patrão possa ter contratado um terceiro para matá-la, o que invalida o alibi de que não estaria no local naquele horário. Os depoimentos revelam que Cristiane poderia ter um caso com o patrão e que passou a ser ameaçada depois que anunciou sua saída do motel.

Nos depoimentos, a mãe relata que, por várias vezes, o patrão chamou a filha ao telefone naquela sexta-feira, pedindo que fizesse um plantão extra, mesmo Cristiane já tendo anunciado a saída do trabalho. Depois de muita insistência, Cristiane teria tomado uma *van* até o motel e desaparecido em seguida. Segundo os depoimentos, os telefonemas que o patrão vinha fazendo com insistência à família cessaram logo depois das 19h. Nesse

horário, os funcionários relatam que viram Cristiane passar pelo motel e sair em seguida em um carro não identificado que a esperava na pista.

Doracy e as filhas continuam morando na casa paupérrima no bairro de Mauriti, periferia do Cabo de Santo Agostinho. Todos os dias, Cristiane descia até o centro do Cabo e tomava a van para Ipojuca, descendo na frente do Motel Califórnia.

Cristiane morreu porque era muito linda e muito pobre, costumam dizer as pessoas da cidade que sabem de sua história.

Quem segue pela estrada que liga a BR a Porto de Galinhas pode observar o mesmo luminoso e a mesma fachada do Motel Califórnia. Nada mudou.

A chacina de Maranguape

Neide Santana dos Santos, mãe de uma das três mulheres assassinadas em 2003, fala da saudade e da revolta pela impunidade. Os assassinos confessos estão presos, mas o julgamento continua sendo adiado.

Ricardo Santana dos Santos Júnior, 14 anos, refaz o caminho que teria sido feito por Verônica, Priscila e Andréa, seqüestradas e mortas na noite de 29 de junho de 2003. As mulheres eram suas tias e uma prima. Na época, Verônica Maria do Carmo tinha 41 anos, a filha Priscila Fernanda do Carmo, 13, e a sobrinha Andréa Carla Santana, 28. Juntas, elas voltavam da casa da tia Edileuza, a 15 minutos a pé seguindo pela avenida A.

As três mulheres não viviam conflitos familiares e nem estavam envolvidas em atividades criminosas. Foram mortas supostamente porque o marido de uma delas participara na disputa por um ponto de drogas. Em lugar de acertar as contas com o rapaz, mataram as mulheres. Eram as pressas mais fáceis. E a vingança garantida: o gesto provocaria um sofrimento muito maior, num grupo maior de pessoas, a começar pelos pais e pelas crianças. Conseguiram mais: apesar de presos, os três assassinos confessos ainda não foram julgados.

O crime ficou conhecido como a “chacina de Maranguape 2”, bairro

do município de Paulista, na Região Metropolitana do Recife, onde as mulheres moravam. As ruas e avenidas do lugar ainda são identificadas por letras e números. A avenida A corta todo o bairro, sem nada que possa chamar a atenção além do movimento dos ônibus e vans e do comércio igual a qualquer outro de cidade de subúrbio.

Faltava pouco para meia-noite quando as três mulheres retornavam da fogueira de São Pedro na casa de Edileuza, e Verônica quis acompanhar a sobrinha Andréa. Seguiram pela rua 48, onde se enfileiram três igrejas: a Casa da Benção, a Igreja Água da Vida e a Capela do Bom Jesus. A casa de Andréa fica bem próxima, no número 045-A da avenida D. Verônica e a filha Priscila moram na avenida A, esquina com a rua 84, algumas quadras abaixo do Palácio de Batro, uma lanchonete onde os criminosos teriam se encontrado.

"As pessoas dizem que três homens armados em uma Kombi atacaram as três aqui neste ponto, quando já chegavam na casa de Andréa. Mas elas correram pela rua 95, se afastando das casas conhecidas", conta Ricardo.

A cara dos "monstros"

As três foram agarradas e encontradas mortas na madrugada de terça-feira, depois que o pai de Andréa achou um dos seus chinelos na estrada e o irmão mais velho encontrou o corpo de uma delas num mato fechado em Maranguape. Segundo laudo da polícia, as três foram mortas com pauladas e pedradas, depois de lutarem muito. Verônica morreu com uma pancada na cabeça, tinha hematomas nas coxas e marcas de queimadura com pontas de cigarro pelo corpo. Andréa trazia vários ferimentos na cabeça e sinais de violência sexual. A menina Priscila foi encontrada com as mãos amarradas e a cabeça enfiada em uma poça de água.

A "mata do 70", como é conhecida, é de difícil acesso. As três mulheres teriam sido levadas na Kombi até uma porteira, depois arrastadas por mais de 500 metros e assassinadas nas proximidades de uma igreja em ruínas.

Seis meses depois, em 7 de janeiro de 2004, o diretor da Polícia Especializada, Gilvan Cavalcanti, responsável pelo inquérito, informou à imprensa que as três mulheres foram vítimas de vingança. O crime teria sido "praticado por integrantes de uma quadrilha que queriam se vingar do marido de Andréa, o marceneiro Édson Daniel Melo Filho, o Edinho, suspeito de fechar um ponto de venda de drogas no bairro". Edinho e dois

colegas teriam se passado por policiais, estourado a "boca de fumo" e roubado dinheiro e um "revólver de estimação do pai do chefe do grupo". "Por não encontrarem o Edinho, mataram as três mulheres", disse o delegado.

Os acusados foram presos. De acordo com os jornais, a juíza Dilza Christine Lundgren de Barros, da 1ª Vara Criminal de Paulista, proibiu que a polícia mostrasse os acusados. "Ninguém viu a cara desses monstros até hoje na televisão", diz a mãe de Andréa, Neide Santana dos Santos, 56 anos. Segundo a família, o julgamento tinha sido marcado para novembro de 2005. Às vésperas, uma das testemunhas foi morta. "A mãe de um dos criminosos, que é advogada, conseguiu que o julgamento fosse adiado e transferido para outra cidade", diz Neide. "Depois disso, ninguém mais deu notícia, nem para meu filho, nem para meu marido. Querem que o tempo passe e tudo caia no esquecimento."

Falar é um jeito de pedir justiça

Quatro meses antes da morte da filha Andréa, Neide perdeu uma nora. Adriana França, 17 anos, assassinada numa festa de rua em Maranguape 1, município de Olinda. "Era o Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Na multidão, um rapaz que estava trocando tiros agarrou ela como escudo. O tiro acertou no pescoço. Ninguém foi preso. Ninguém sabe quem atirou, nem vieram dizer o que aconteceu."

A nora Adriana deixou um filho, Pedro Henrique, que está completando sete anos. A filha Andréa deixou Edison Daniel, que também tem a mesma idade. Neide convive na mesma casa com dois netos órfãos e uma nora viúva. O genro Edinho, viúvo, foi embora. A casa também abriga o filho mais velho, casado e pai de Ricardo, o menino que mostra as ruas por onde passaram as tias e a prima antes de serem mortas. O pai de Andréa quase não aparece. "Quando vai chegando o São João, ou quando alguém fala nela, ele não se agüenta. Só chora."

Neide está contando sua história na casa de varandas amplas, na esquina da rua 96 com a avenida A, onde mora. "Falar é como um jeito de pedir justiça", diz. Quando as crianças se aproximam, ela abaixa a voz ou fica calada. Não quer que elas escutem.

É quarta-feira, 28 de junho de 2006, dia do aniversário do neto Pedro Henrique e véspera do São Pedro, dia em que sua filha morreu. Neide faz

seu relato, sempre entrecortado por silêncios. Além de sua voz, o único som vem dos meninos que fazem as lições na sala, dos ônibus no terminal bem próximo e do galo no quintal.

Os homens sempre ganham

“Eles disseram que queriam pegar meu genro, não minha filha. Queriam se vingar dele, mas se vingaram de nós, de mim, do pai dela, do filho que ela deixou com três anos. Eles são monstros. A gente está aqui, morta viva. Eu me agarro em Deus, fico esperando que haverá justiça, mas está difícil viver com essa saudade. O pai entra em desespero, é só chegar essa época de São João.

Tudo lembra minha filha. Ela fazia as festas, morava aqui perto, não sala daqui. Por essa época, tinha sempre fogueira, milho assado, um rádio com música. Este ano fizemos uma fogueirinha, porque os meninos gostam, mas bem cedo todo mundo foi dormir. Ninguém pode pensar nela. Na outra Copa, que foi de madrugada, ela pôs a televisão do lado de fora, passou o dia preparando as frutas. Ontem as crianças viram o Brasil, eu gosto de jogo, mas não dá para esquecer.

Está aumentando muito a violência contra as mulheres, por causa da impunidade. Veja minha nora assassinada, nada aconteceu com eles, ficou por isso mesmo. No caso da minha filha, a juíza não deixou mostrar os assassinos, o julgamento ainda não aconteceu. Umas semanas atrás vieram aqui umas pessoas da Anistia Internacional, dizem que são importantes. Mas o que isso vai mudar?

Os homens sempre saem ganhando. Com outro homem, eles têm de medir forças, mas com uma mulher, sempre têm vantagem. Eu só quero justiça, nunca quis vingança, porque a violência gera violência. Eu quero ver esses monstros mostrados na televisão, nem isso a Justiça deixou. Por que não deixaram mostrar? Eu nunca vi eles, não tive coragem de ir ver na delegacia, mas pela televisão eu queria ver. Um deles era daqui do bairro, foi ele que mostrou minha filha para os outros, mostrou que era a mulher do Edinho, que eu nem sei se fez o que disseram, porque nunca vi ele alterado, era de ficar em casa.

Um dia, quando todos eles forem condenados, talvez eu fique um pou-

co mais feliz. Vejo meu marido chorando, eu dizendo: 'deixe para Deus'; ele não é católico, não se apega como eu, mas Deus não faz as coisas pela metade. Enquanto eu tiver vida, tenho fé que um dia a justiça será feita.

Veja o senhor como deve estar sofrendo a família de Verônica. Mataram ela e a filha, daquele jeito. O marido trabalha no *Diário de Pernambuco*, nem fala sobre isso. A Priscila era uma criança, vinha aqui brincar de boneca. Como puderam fazer aquilo? Morderam ela, prenderam ela com fita, afogaram na lama.

Na semana seguinte a gente fez uma passeata aqui; saiu da frente da casa e foi até a porteira onde elas foram arrastadas, no meio da mata, um lugar feio e cheio de lama. Tinha muita gente, muita gente mesmo, porque todo mundo aqui conhece minha filha —eu moro aqui há 17 anos, fomos criados neste lugar. Naquele dia a gente ainda não sabia quem eram eles, dizem até que estavam na caminhada, no meio das pessoas.

Elas foram enterradas no Cemitério de Santo Amaro, no Recife, porque fica ao lado do IML. Foram veladas lá mesmo.

Meu marido é aposentado da Polícia Civil. Chegaram a perguntar se não era vingança, mas ele trabalhava na assistência social, não usava farda nem arma, dirigia ambulância.

Foi tudo aqui tão perto. Ninguém sabe por que, na hora de correr, elas foram para o outro lado. Podiam ter vindo na direção da nossa casa.

O Ricardo, meu neto, vai mostrar onde Andréa morava e por onde elas correram. O pai dele, que é meu filho mais velho, trabalha com telefonia. A mãe, Claudia, é professora. O Ricardo é centrado, é evangélico. Está vivo por Deus, porque naquele dia ele também estava saindo com elas, quando por alguma coisa decidiu ficar.

Aqueles monstros vieram pela rua de trás, o Ricardo vai mostrar, e elas correram para o lado de cima. Eu não sei ao certo como foi, eu não tenho coragem de saber como foi, o que aconteceu. Só quero a lembrança da minha filha alegre. Conservar ela sorrindo daquele jeito, como se estivesse falando com a gente. Mas sei que nunca mais vou vê-la, nem ouvir sua voz. Está muito doido viver com essa saudade. »

Quem ouve o grito do Sertão?

Numa região onde a casa mais próxima pode estar a quilômetros de distância, "não tem quem veja, nem denuncie" a violência contra a mulher, o idoso e a criança

"Não sei se no Sertão a violência é maior, nem mais freqüente, mas sei que lá ela é invisível e silenciada. Não se escuta o grito de uma mulher quando sua casa está longe oitro quilômetros da outra mais próxima. Assim como não se ouve o grito da criança, do idoso... Não tem quem veja, nem denuncie. A gente precisa encontrar uma outra forma de denunciar a violência nesses meios rurais."

Quem diz é Vanete Almeida, 73 anos, dois filhos e um neto, nascida e criada na comunidade de Jatúca, município de Santa Cruz da Baixa Verde, a 13 km de Serra Talhada e 420 km do Recife, no meio do Sertão Central.

Santa Cruz tem esse nome porque se estende numa baixada que fica verde boa parte do ano, bem diferente do sertão em torno, que fica esturricado quase o ano inteiro. Vanete é educadora popular, nasceu e se criou na Baixa Verde, mas suas causas não têm fronteira. Ela coordena o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Sertão Central, que reúne cerca de cem grupos de base nos 15 municípios da região. É coordenadora da Redelac, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe, que congrega mais de

200 organizações de trabalhadoras rurais de 25 países. Com ela à frente, as mulheres do Sertão saíram para o mundo.

Mas ainda não saíram de uma situação de isolamento e solidão que as deixa ainda mais vulneráveis que suas colegas pernambucanas e de outras áreas rurais. As duas delegacias da mulher e os dois IMLs mais próximos ficam a 350 km de distância. Um em Caruaru, no Agreste, a caminho do Recife, outro em Petrolina, no extremo sudoeste do estado, divisa com a Bahia. Uma comunidade rural pode estar a 80 km, 100 km de Serra Talhada, com transporte apenas duas vezes por semana. "A mulher que sofreu uma violência nesses lugares não tem dinheiro para fazer essa viagem", diz Vanete. "Se for espancada hoje, quando chegar no IML não terá mais marcas para mostrar."

Com tão poucos serviços e tantas distâncias, Vanete acredita que a violência contra a mulher seja ainda mais subnotificada nas áreas rurais. "Os números vergonhosos de Pernambuco não contam os espancamentos nessas regiões. Na delegacia de Serra Talhada os policiais informaram que, entre as denúncias recebidas, nenhuma vem de mulheres que moram no campo", diz Vanete. Segundo ela, mesmo as mortes são subnotificadas. "Nessas distâncias, mulher que morre não passa pelo IML. No atestado de óbito vai constar qualquer causa. Mulheres assassinadas são registradas como sendo morte natural."

"Cabra-macho"

A maioria dos habitantes dos 15 municípios do Sertão Central mora na zona rural. Vivem de plantios de subsistência, feijão, milho, abóbora, batata, na dependência das chuvas do inverno. "Na colheita do feijão e do milho, as famílias separam a parte do ano e vendem a outra parte. Se o inverno seguinte for ruim, vai se viver com a outra parte." As crianças começam a trabalhar com oito anos.

A vida das mulheres e crianças do Sertão Central reproduz com tons mais duros a realidade que predomina em boa parte do Nordeste. "Dentro do contexto da cultura do campo, as agressões contra as mulheres são tidas como naturais. Nessa região, longe de ser uma ofensa ou um desrespeito, um homem ser considerado e chamado de 'cabra-macho', um 'cabra da peste' valente, enaltece e valoriza o exercício da masculinidade." Nesse

contexto, "as próprias vítimas recebem a violência como um fato dentro da normalidade", diz Vanete.

Aceito desta forma, o agressor convive sem ser denunciado nem punido. Em alguns casos, diante dessa impunidade, a própria comunidade coloca em prática suas "regras", espancando e até matando esurupadores e assassinos. "A comunidade também entra no ciclo da violência, e respostas assim passam a ser vistas como naturais e até incentivadas como forma de se tentar inibir a violência no campo."

Agricultora sim, ajudante não

Para quem olha o Sertão Central de 20 anos atrás, muita coisa mudou e outras vêm mudando, observa Vanete. As mudanças estão se dando principalmente pela organização das mulheres trabalhadoras rurais. Até os anos de 1980, as mulheres não eram associadas aos sindicatos. Hoje, cerca de 30% delas estão sindicalizadas — e seis dos 15 sindicatos da região têm mulheres nas suas diretorias. Uma Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais está instalada na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag.

Mas Vanete chama a atenção para uma "violência silenciosa" que existe nos meios sindicais rurais, com mulheres afastadas de disputas por ameaças, agressões e até abusos sexuais que não se denunciavam. Os sindicatos, como instituições, ainda não incluíram em sua pauta o tema da violência contra a mulher, seja no trabalho, seja em casa e mesmo nos meios sindicais. Vanete diz que só movimentos organizados farão com que o governo efetive políticas que possam proteger as mulheres no campo e inibir a violência silenciada praticada contra elas. "É preciso romper o silêncio e o isolamento que têm caracterizado a violência no campo."

A ação das mulheres já conseguiu pelo menos um resultado, mesmo que simbólico: durante muito tempo, as mulheres que trabalhavam no campo eram vistas apenas como ajudantes de seus maridos. "Você não é uma ajudante, você trabalha na roça, você é uma agricultora, estamos dizendo a elas. E você tem direito a um pagamento igual. São conceitos que já duram séculos e que estamos mudando agora."

Prostituta apanha em casa e na rua

A história de Laudence, 37 anos, 13 nas ruas de Boa Viagem. "Quando ele dormia apontando o revólver para mim, eu podia matá-lo, mas ajeltava ele no sofá e cobria com o mosquiteiro."

Tarde de segunda-feira, 3 de julho de 2006, e Laudence está falando do seu cotidiano na roda de mulheres em um dos espaços do SOS Corpo, no bairro da Madalena. Laudence Iraci, 37 anos, três filhos, um neto, é uma das diretoras da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo.

A sede da associação ocupa uma sala modesta na rua da Palma, no centro do Recife. São 86 associadas; muitas não pagam a mensalidade de R\$ 3 por falta de dinheiro. O aluguel é custeado pelo Ministério da Saúde. No Recife e região, a associação já fez contato com 2 mil prostitutas, menos de 5% delas quiseram se filiar. A associação faz parte do Fórum de Mulheres de Pernambuco, o que confere um mínimo de proteção, dignidade e visibilidade ao grupo, certamente um dos mais expostos à violência e ao risco de morte.

As agressões que as mulheres sofrem em casa, as profissionais do sexo sofrem em casa, nas ruas, nos motéis, dentro dos carros. Lidam com o preconceito, o desrespeito, a violência de muitos clientes e os achaques da polícia.

Laudenice Iraci mora na Imbiribeira, entre o Aeroporto e Afogados. Há 13 anos trabalha na rua. Às quintas-feiras fica nos bares da BR, onde param os caminhoneiros. Em outros cinco dias faz ponto em Boa Viagem, junto ao Citibank da avenida Conselheiro Aguiar, rota de turistas hospedados em hotéis da orla e de jovens em busca de diversão. Laudenice não tem mais o perfil das garotas jovens que disputam clientes nessa área sofisticada do Recife. Mas conta com clientela conhecida e a escolha daqueles que buscam preços mais baixos e preferem a "experiência", como ela diz.

A seguir, trechos do relato de Laudenice:

Se voltar sem dinheiro, apanha em casa

"Eu trabalho na rua, na madrugada, sei o que acontece, sei o risco que corro, mas fui aprendendo. A idade ensina a gente, mas é nossa inimiga, porque vão chegando as meninas novas, vai ficando difícil. Por mim não saíria dessa vida, prefiro não ter homem para cuidar de mim. Muitas mulheres apanham em casa, as prostitutas apanham em casa e na rua. Se voltar sem dinheiro, apanha do marido. Se não souber lidar com cliente e com a polícia, apanha na rua também. Comigo já não é assim, não tenho homem para dar satisfação.

A grande maioria delas tem parceiros que usam droga, são dependentes. Muitos obrigam a mulher a fazer programas só para comprar drogas. Tem homem que fica do outro lado da rua, esperando que ela arrume um cliente, e já pede o dinheiro antes, para poder comprar o crack. A mulher, com jeito, diz que está precisando, e o cliente adianta.

O programa lá em Boa Viagem sai por R\$ 40, R\$ 50, dá para o homem, o café, comprar quatro ou cinco pedras de crack. Isso acaba rápido, a mulher sabe disso, então tem que arrumar outro programa antes que a pedra termine e ele fique violento. Se não fizer assim, vai acabar apanhando ali mesmo.

Já vi marido de amiga minha, viciado, chegando com revólver na cabeça do cliente, dizendo 'passa a grana, depois você faz o programa', porque ele alugou o revólver só para tomar o dinheiro adiantado e comprar crack, e o aluguel do revólver fica em R\$ 50.

Onde eu moro todas as vizinhas apanham. A do lado de casa, o ma-

rído quebrou os ossos do rosto, espancou os dois filhos. Eu já fui até lá, 'vamos chamar a polícia'. Ela diz, 'não, meu marido eu não denuncio'.

Na casa de trás, a mulher está grávida, eu escuto os tapas, isso dói em mim. Aí um dia entrei lá e disse: 'em mulher grávida você não bate'. Ela veio na defesa dele, 'aqui, o problema é nosso'.

Ali na rua, e até na frente da casa dele, têm cartazes denunciando a violência, que eu mesma coleí. Ele passa e vai arrancando.

Dos sete anos em que vivi com um homem, eu apanhei seis. Ele era evangélico, não bebia. Eu já tinha um filho de outro homem, mãe solteira, mas quando engravidei deste homem, ele ficou tão feliz, tão feliz, que saiu para a rua para comemorar, saiu como homem de Deus, a bíblia na mão, que ele pregava. Voltou no outro dia, bêbado, fumando, coisa que nunca fez.

Sempre que ele chegava costumava me chamar no portão, me fazia agrado. Nesse dia, ele já chegou estourando a porta, meteu o pé no meu peito. Meu menino de três anos viu aquilo, pegou uma faca, 'se você bater na minha mãe, eu furo você'.

Eu perdi um feto porque ele me batia na barriga com uma barra de ferro. Ele me dava choque elétrico, era técnico em eletricidade. Colocava uma chapa de zinco no chão do banheiro, que eu nem sabia; quando eu ligava o chuveiro, ficava pulando com os choques, gritando. Enfiava fios na tomada para encostar em mim.

Tive três filhos com esse homem. Ele pedia para eu pôr o menino menor para dormir e dizia que ia me matar; mas dizia, 'eu vou te matar, mas só quando o menino dormir, porque não quero que ele veja você morrendo'. E, enquanto o menino não dormia, ele ficava brincando de roleta russa, mostrava que só tinha uma bala, rolava o tambor, ficava mirando e apertava. Ele ficava tanto tempo assim, esperando o menino dormir e com a arma na minha cara, que acabava dormindo e o revólver caindo do lado. Eu podia matar aquele homem, mas ajeitava ele no sofá e cobria ele com o mosquiteiro.

Me separei dele e cada um foi para um canto. Um dia ele apareceu dizendo que queria tirar foto com o menino. A vizinha me avisou com um gesto que ele tinha uma arma escondida nas costas. Eu corri para dentro e

chamei a polícia. Ele agarrou o menino e disse: 'arruma a criança que estou indo para São Paulo'. Era dia primeiro do ano à tarde. A polícia, no telefone, dizia que não tinha carro. Quando eu disse que ele tinha dois revólveres, aí já saíram correndo, queriam o revólver dele. Os policiais chegaram e bateram muito nele, muito mesmo, na minha frente e na frente do meu menino, e ainda levaram ele para a cadeia, acho que bateram mais ainda, mas só queriam o revólver dele, nem quiseram saber o que estava acontecendo.

Quando soltaram esse homem, ele me perturbou por mais dois anos. O menino desapareceu, ele tinha seqüestrado meu filho. Perdi tudo buscando esse menino. Soube que ele estava em Itambé, na Bahia. Juntei o que tinha e paguei R\$ 250 para um matador ir até lá comigo e trazer o menino. Ele ainda me perseguiu por muito tempo, até que, graças a Deus, um 1002 –esses ônibus que faziam linhas aqui na cidade– passou por cima desse homem. Dei graças a Deus.

No tempo em que a gente viveu separado, eu tinha um namorado. Esse meu ex-marido sempre dizia: 'se eu encontrar um filho no colo desse homem, eu mato ele'. O namorado respondia: 'do portão esse homem não passa'.

Um dia viajei para o enterro da minha avó, a casa ficou sozinha. Meu medo era que os dois se encontrassem, porque os dois iam se matar –e eles se encontraram mesmo. Quando cheguei de volta, os dois tinham tomado dois engradados de cerveja e comido todas as calabresas da geladeira. O namorado me disse, 'esse homem nunca mais vai te dar preocupação'. Eu não sei o que aqueles dois conversaram, mas nunca mais o homem me procurou, nem me incomodou. Até que soube do ônibus que passou por cima dele.

Criei os três filhos sozinha, e foi aí que tive que ir para a rua, mas não me arrependo. O menino que tinha três anos, e que via o pai querendo me matar, fazia tudo o que o pai fazia: pegava o revólver de espoleta e encostava na cabeça, ficava puxando o gatilho, enfiava fios na tomada, como se estivesse tomando choque. O Thiago está com 16 anos e estuda capoeira, fica ouvindo som e vendo TV a noite inteira. É o melhor aluno da classe, mas não dorme nunca. A menina tem 14 anos e acaba de ter um filho.

Faz tempo que eu não confio em homem nenhum. Eu nasci debaixo de pancada. Meu avô batia na minha avó, meu pai batia na minha mãe.

Eu não durmo com cliente. Não fecho os olhos ao lado de homem, mesmo quando ele dorme. Saio para conversar com as camareiras do motel, mas não durmo, não fecho os olhos.

Eu sei o que faço na rua, sei reconhecer o perigo, mas isso não basta. Um homem parou e me convidou para um programa, combinamos, saímos. No farol seguinte quatro homens entraram no carro, todos fizeram sexo comigo, sem camisinha. Já entrei em carro onde dois outros homens se escondiam no porta-malas. Fizeram sexo com um revólver na minha cabeça.

Um dia um cliente que passou por aqui me levou para a Serra da Russa, de onde se vê toda a cidade. De sábado para domingo eu só trabalhei até às 3h, depois durmo no posto de gasolina. Esse homem me ofereceu R\$ 100 e eu fui. Não passou muito tempo ele puxou a lona da caminhonete e mostrou —eram armas, maconha e muita cocaína. Me segurou presa por 48 horas. Dizia: 'você sabe demais, vai ter que morrer'. Já de manhã, juntou-se a um amigo, os dois me mandavam ajoelhar com o revólver apontado para minha cabeça. Eu dizia, 'pode matar, mas eu morro em pé'. Me levaram para uma cachoeira gelada, ele dizia: 'quero matar você tremendo de frio'. Não paravam de fumar maconha e cheirar cocaína, e o amigo dizia: 'solta ela, matar só vai te dar trabalho'. Andavam com a caminhonete sem saber para onde, até que teve um acidente na estrada, um monte de policiais. Eu disse: 'me solta ou saio correndo'. Ele me deixou ir embora. Mas ele tinha feito muita foto, me ameaçando de todo jeito, com as armas, a cocaína, e eu saí correndo com o filme. Esse homem me perseguiu por muito tempo, até que mataram ele por aí.

Eu estou viva. Mas lá no ponto na Boa Viagem, na frente do Citibank onde eu fico, duas meninas já morreram, isso que eu saiba. Uma não quis dar maconha para um cliente conhecido. Ele voltou com um revólver e disse: 'são cinco balas, dá para todo mundo'. Aí todo mundo correu e ele matou essa amiga com quatro tiros. Ela estava comendo um pedaço de pizza e o sangue esguichava na pizza que ela tinha na boca. Eu conheço esse homem e às vezes ele passa bêbado pelo ponto, mas não digo a ninguém. A amiga que morreu, eu sempre vejo a imagem dela ali sentada, a saíinha *jeans*, bem curta, a blusinha estampada, mas sem a cabeça. Já vi gente passando ali, me ameaçando de morte. Ali

mesmo no ponto mataram uma juvenzinha, tinha o meu nome, mas eu nem conhecia.

A polícia que passa ali na Boa Viagem sempre oferece drogas para as moças. Eles sabem quem fuma, quem cheira. De polícia **de farda** ninguém cobra. Eu encaro eles, digo: 'estou trabalhando e ganho por isso'.

Eu tenho 13 anos de profissão só em Boa Viagem. Ali o programa sai por R\$ 40, R\$ 50. No centro, por uns R\$ 10, mas lá você vai andando com o cliente, entra num hotel, é tudo mais seguro.

Eu quero ser prostituta, gosto desta vida, mas as mocinhas estão chegando, tomando o lugar. Eu tenho cliente certo, que não troca experiência por um corpinho duro. Mas menina de 12, 13 anos, tem cliente toda hora. Eu, em cinco dias, consigo dois. Nas quintas-feiras, eu faço os bares da BR, onde ficam os caminhoneiros. O programa não passa de R\$ 10, é perigoso, mas tem serviço certo. ”

Quando morte de mulher é notícia

Ao informar e numerar cada morte de mulher no estado, a imprensa passou a dar à violência contra as mulheres uma visibilidade inédita. Com essa preocupação, a mídia e o Fórum de Mulheres de Pernambuco se tornaram parceiros informais e cotidianos.

Onze da manhã da segunda-feira, 18 de setembro de 2006, e a repórter Bianka Carvalho, da TV Globo do Recife, está iniciando outra reportagem sobre violência contra as mulheres. Saldo daquele final de semana: três assassinatos e pelo menos cinco mulheres internadas por agressões graves, apenas na Região Metropolitana do Recife. Uma, cortada pelo ex-marido com um gargalo de garrafa; outra, atingida pelo genro com uma barra de ferro ao defender a filha; uma terceira, agredida a faca pelo ex-companheiro; outra, atingida por um tiro de desconhecido que procurava por seu marido.

Bianka, 34 anos, diz que em 12 de profissão não viu período tão violento para as mulheres. "Não sei se a violência era escondida, mas de uns anos para cá o número de casos vem aumentando muito. A impressão que se tem é que, quanto mais se fala, mais as agressões acontecem."

Na segunda-feira anterior, todos os jornais tinham noticiado o assassinato de três mulheres de uma mesma família no Guabiraba, zona norte

do Recife. "Por motivo absolutamente banal, coisa à toa", diz Ana Paula Neiva, 34 anos, há oito como repórter de polícia do *Diário de Pernambuco*. Um rapaz matou a namorada, a mãe dela e uma cunhada porque não gostou de uma discussão e de uma "troca de tapas" que a noça teve com sua ex-mulher. "Foi uma afronta para mim a namorada ter reagido dessa forma", teria dito o assassino na delegacia.

Há pouco mais de três anos a imprensa começou a dar atenção e espaços maiores à morte de mulheres. "Os números vinham crescendo e o perfil dos crimes, mudando", diz Ana Neiva. "É um cuidado que sempre tomamos, saber o que de fato provocou a morte daquela mulher", diz a repórter do *Diário*. Bianca Carvalho, da TV Globo, observa que "há mais mulheres participando do crime, levando droga, guardando o dinheiro... Mas elas continuam sendo agredidas e mortas pelos companheiros, pelo ex-marido, pelo cunhado..."

Karina Maux, 32 anos, há oito como editora do caderno Grande Recife e Polícia da *Folha de Pernambuco*, diz que, ao contabilizar as mortes, o jornal dá visibilidade a assassinatos de mulheres pobres e da periferia, que de outra forma não seriam noticiados. "Mortes na classe média alta sempre são investigadas e viram notícia. As outras, se não saírem no jornal, vão ficar esquecidas. É uma maneira de dar voz a essas mulheres."

Algumas mudanças nas políticas públicas "só estão ocorrendo por pressão da mídia", diz Karina. "Governo nenhum quer ver esses números nos jornais. Então pede mais ação de sua equipe, fala com delegados, alguma coisa se faz."

Gerlândia Bezerra, 44 anos, um filho, paupreira do *Jornal do Commercio* é produtora da TV Jornal, diz que crimes contra a mulher sempre têm visibilidade, mas destaca o aumento dos assassinatos de mulheres envolvidas com o crime. "As mortes, que antes se concentravam nas madrugadas e fins de semana, estão acontecendo durante o dia e em qualquer dia da semana." Para ela, a polícia não está fazendo sua parte. "Não há policiais suficientes; quando há, falta carro ou falta gasolina. Há muito policial corrupto e a polícia tomou conta das corporações. A politização da polícia complica muito. Em certas áreas a polícia só chega bem depois da morte, e crimes menores não são investigados, poucas vezes se chega ao autor", diz a jornalista.

"A violência contra a mulher é um tema que mexe com todo mundo,

por isso está na mídia com destaque", fala Blanka. "Duzentas mulheres mortas até o meio de setembro é muita morte, é um escândalo sério."

Todos os meios de comunicação do Recife –jornais, rádios e TVs– noticiam o assassinato de mulheres. "A gente destaca o crime quando tem um diferencial, e a morte de uma mulher é sempre um diferencial", diz Verônica Almeida, 39 anos, repórter do *Diário do Comércio*.

Monitorando as mortes

Por conta dessa preocupação, mídia e grupos feministas acabaram fazendo uma parceria que se contrapõe às dificuldades criadas pelos órgãos públicos. Três anos atrás, quando os números fornecidos pela polícia eram ainda menos confiáveis e chegavam com mais atraso, o Fórum de Mulheres de Pernambuco se valia do noticiário dos jornais para fazer seus balanços. Com a criação do Observatório da Violência, o SOS Corpo passou a montar seu próprio banco de dados, trabalhando com números da imprensa e da Secretaria de Defesa Social. Desta forma, o Observatório se transformou ao mesmo tempo em fonte para os jornalistas e usuário das informações divulgadas pela mídia e fornecidas pelos órgãos oficiais.

Na segunda-feira, 18 de setembro, Karina Maux, da *Folha de Pernambuco*, trabalhava com o número de 226 mulheres mortas em 2006. "Eram 224 até sábado. Do domingo para segunda, mais duas." Uma porque teria se recusado a fazer sexo com um conhecido, outra porque discutiu com um tio. "Nenhuma envolvida com crime. Mararam por machismo."

Quase todos os dias, além das rondas nas delegacias e hospitais, os repórteres ligam para o Fórum de Mulheres. "Mas qualquer número que se dê é com certeza subnotificado", diz Karina. "Nós sabemos do Grande Recife, dos dois IMLs daqui. Muitas vezes quando ligamos para os IMLs de Petrolina e Caruaru, eles se recusam a passar os dados. A Secretaria de Defesa Social procura dificultar o acesso aos números."

De todo modo, os números são sempre lembrados pela imprensa, estão nas manchetes e títulos de página. "Em 15 dias, 18 mulheres mortas", dizia a *Folha de Pernambuco* de 16 de janeiro de 2006. "Quatro mulheres mortas em menos de 48 horas", destacavam os jornais de 16 de março de 2006. Todas as vigílias organizadas pelo Fórum de Mulheres –passatas onde militantes carregam faixas com os nomes das mulheres assassinadas

a cada mês— são acompanhadas pela mídia. No dia 25 de julho, a *vigília* denunciava 193 mulheres mortas em 2006. Os números saíram em todos os jornais e nos noticiários de rádio e TV.

Além de compilar números e divulgá-los, a imprensa vem contribuindo para traçar o perfil das mortes ao buscar detalhes das ocorrências. São dados fundamentais para que se entenda o que está acontecendo. Foram relatos de homicídios múltiplos de mulheres, com mais de um matador, e ocorrências em praça pública que levaram o SOS Corpo a procurar, ainda em 2003, respostas para um novo cenário da violência de gênero. Com a criação do Observatório da Violência, alimentado pela mídia e por dados oficiais, vem sendo possível saber onde os crimes estão ocorrendo e por quais razões. Um monitoramento essencial para a proposição de novas políticas públicas de proteção e assistência às mulheres.

Um Fórum feminista e político

Criado em 1988, o Fórum de Mulheres de Pernambuco vem atuando como um mecanismo de fortalecimento, dando visibilidade e capacitação aos grupos, especialmente os menores e mais populares

Nicinha Silvia Viana, 65 anos, quatro filhos e um neto, é do Grupo de Mulheres da Vila 27 de Abril, no Ibura, um dos bairros mais violentos do Recife. O 27 de abril é dia dedicado a Santa Zita, "a protetora das domésticas", explica Nicinha. "É uma vila da Cohab onde a polícia só entra depois que mataram alguém."

As Mulheres da Vila 27 de Abril chegaram a ser maioria no conselho de moradores do local, até que passaram a ser ameaçadas. "Houve mesmo tentativa de morte" e as mulheres se recolheram. "Então, com tanta ameaça, o Fórum de Mulheres foi lá, organizou palestras, colocou faixas denunciando a violência", diz Nicinha. "O grupo sozinho era desconhecido, sem força. Com o Fórum, as mulheres aumentaram muito o poder lá no bairro, mas é verdade que a violência dos homens também aumentou."

Edicleia Santos, 49 anos, três filhos, faz parte do grupo de teatro Loucas de Pedra Lilás. O grupo encena peças nos bairros periféricos e no sertão, tratando temas difíceis como a violência, o aborto, a cidadania. "A

ação do Fórum vem mudando a atuação de todos os grupos", ela diz. "As oficinas preparam a gente. Muitas de nós não sabíamos nem falar com o público, hoje somos preparadas para dar entrevistas."

As cerca de dez mulheres de diferentes grupos conversam na tarde de terça-feira, 4 de julho, num dos espaços do SOS Corpo, ONG feminista fundada há 25 anos e que cede uma sala para as reuniões do Fórum de Mulheres. A integração dos grupos ao Fórum não resulta apenas em uma troca de aprendizado. Significa, especialmente, o fortalecimento e a visibilidade de um movimento feminista que luta pelos direitos das mulheres.

Radicalmente político

O Fórum foi criado em 1988 com o objetivo de reunir os grupos de mulheres de Pernambuco em uma articulação que fortalecesse a ação política feminista no estado. Desde então, vem abrigo um número cada vez maior de organizações, mas não deixou de contar com a maioria dos grupos feministas fundadores. "O objetivo do Fórum, desde a sua criação, foi o de articular forças", diz Maria Betânia Serrão, que integra a coordenação do Fórum como feminista independente.

Hoje o Fórum é uma articulação que reúne 67 organizações, incluindo os sindicatos, ONGs feministas, grupos populares, secretarias de partidos políticos, núcleos universitários e feministas autônomas. De acordo com suas integrantes, o Fórum nasceu do empenho da sociedade civil em enfrentar a exclusão social das mulheres, trabalhando a partir de uma perspectiva feminista.

Na prática, o Fórum atua na defesa dos direitos humanos e de melhores condições de vida para as mulheres, priorizando três frentes: participação política feminista; ações pelo fim da violência contra a mulher; e saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

"Trata-se de um Fórum feminista", elas lembram. O que significa dizer que participam do Fórum grupos e mulheres que se identificam com os princípios e defendem o ideário feminista. Isto inclui autonomia em relação aos partidos e outras instituições. O Fórum também é "radicalmente político", alertam as feministas, no sentido de que "elabora, defende e dissemina propostas de transformação social".

Articulação à esquerda

Na sua prática, o Fórum não utiliza a idéia de representação, não é hierárquico e não tem filiação. Busca ser “radicalmente democrático”, como costumam dizer suas integrantes. Todas as decisões são tomadas pelo coletivo, sem votação, a partir de debates intensos e, muitas vezes, conflitivos.

O Fórum se reúne duas vezes por mês. Um dos encontros é temático, trata de educação, saúde, questões da cidade, do meio ambiente, da política, da violência. O segundo encontro discute questões administrativas, problemas que estão afetando o Fórum ou os grupos participantes.

Cada um dos grupos que integram o Fórum pode mandar para os encontros quantas participantes quiser. Mas muitos deles ficam tão distantes do Recife que realizam reuniões em suas regiões, como no Sertão do Araripe e na Zona da Mata. Duas ou três vezes por ano, participantes dos grupos se encontram no Recife, mas os contatos são mantidos rotineiramente pela Internet e pelo telefone.

Um colegiado é definido a cada dois anos para coordenar o Fórum. Neste ano de 2006, a coordenação é constituída por: Joana Santos, do SOS Corpo; Rejané Pereira, do Grupo de Mulheres Cidadania Feminina; Eliane Nascimento, do Centro de Mulheres de Joaquim Nabuco, na Zona da Mata; e Betânia Serrano, feminista autônoma.

Embora conte com a presença de mulheres de classe média e de ONGs, o Fórum é basicamente popular. A maioria das integrantes e dos grupos vêm de áreas pobres do estado. A maior parte das mulheres é negra.

Ao se definir como uma articulação “à esquerda”, o Fórum “toma como prioridade a defesa dos direitos das mulheres pobres e negras e de um projeto de sociedade igualitária, justa e democrática”, diz Ana Paula, do SOS Corpo.

Madalena

O Observatório da Violência é um projeto do SOS Corpo. Desde 2005, as pesquisadoras Emanuela de Castro, 23 anos, e Sheila Bezerra, 26, recortam dos jornais e “retiram” da Internet cada notícia que trata de alguma forma de violência contra a mulher. É desse material que saem os números sobre as mortes de mulheres e são produzidas as análises que tratam do crescimento da violência.

Na Madalena, bairro da região central do Recife, os espaços do SOS Corpo e do Fórum são identificados também pela movimentação dos grupos de mulheres e pelas duas casas de cor lilás que ocupam. Ficam na rua Real da Torre, quase diante do Mercado da Madalena, que funciona ali desde 1925. Como no início só abria à noite, foi chamado de Mercado Bacurau, referência a um pássaro noturno. Ao lado do mercado está a Feira dos Passarinhos, uma interminável animação de pássaros negociados com a devida autorização do Ibama.

Novas redes

É nos espaços do sobrado lilás dessa rua animada que deságuam as denúncias e se organizam as ações. Uma situação especial que possa estar ocorrendo no Sertão Central, por exemplo, poderá ser levada para as associações de base na região, que farão chegar ao Fórum – que por sua vez poderá levar o fato à imprensa. Nataly Queiroz, assessora de imprensa, faz essa ponte entre o Fórum e a mídia. A denúncia, que pode começar no campo, nas pequenas cidades ou nos bairros, passa pelas associações, é discutida pelo Fórum, para então chegar à mídia e à mesa dos governantes. Na realidade, esse é um processo ainda incipiente. Muitos abusos e violências não saem de suas localidades, a maioria não sai das casas onde acontecem.

O Fórum tem funcionado como um mecanismo de fortalecimento dos grupos de mulheres, especialmente os menores e mais populares. A ação coletiva e o debate por ele produzido têm colaborado para a formação política das militantes, para a visibilização das ações dos grupos e para o surgimento de novas redes de solidariedade e ação política em diferentes áreas do estado. “A visibilidade e o respeito que o Fórum conseguiu se devem a esta aglutinação de forças. Isolados, os grupos certamente não conseguiriam o que juntos estão conseguindo”, diz Betânia.

“É o trabalho do Fórum com a imprensa que está pautando o debate sobre a violência contra as mulheres, levando o governo a discutir e a dar respostas a questões sobre as quais vinha silenciando.”

A morte contada pelos jornais

O assassinato de mulheres em Pernambuco, de janeiro a agosto de 2006, pelo olhar e pelo registro de repórteres dos três principais jornais do estado

Assassinatos na periferia não costumam sair no jornal. Mas em Pernambuco, o grande número de mulheres mortas levou a imprensa a criar um outro critério: os assassinatos passaram a ser quantificados e informados à parte, sempre chamando a atenção para o fato de as vítimas serem mulheres. Mesmo em um estado onde dez homens são mortos por dia, a morte de uma mulher a cada 24 horas transformou-se de notícia em denúncia.

A leitura dessas mortes diárias é o retrato em preto e branco de um "femicídio" que vem crescendo pelo machismo, o aumento da criminalidade e a impunidade. As notícias a seguir foram transcritas dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*. As datas citadas se referem ao dia da publicação.

São fatos acontecidos de janeiro a agosto de 2006. Diante de um número muito maior de ocorrências, foram selecionadas aquelas que ilustram de alguma forma o perfil da maioria das mortes de mulheres em Pernambuco — assassinatos por ciúmes, poder, intolerância, vingança, aqueles com envolvimento no crime ou por razões consideradas banais. Em todas as mortes, de uma forma ou de outra, a questão do gênero está presente; em outras palavras, foram mortas por serem mulheres.

11 de janeiro de 2006 – Mais uma mulher assassinada

Pernambuco registrou, na manhã de ontem, a décima mulher assassinada no estado, só este ano. Desta vez, a vítima foi a doméstica Maria Lúcia de Lima, 50 anos, executada com um tiro de espingarda calibre 12, em frente de casa, no Engenho Arabiba da Pedra, zona rural do município do Cabo de Santo Agostinho. De acordo com a polícia, o autor do crime foi Marco Antonio dos Santos, 21 anos, cuja irmã foi casada com um filho de Maria Lúcia. Maria Lúcia sempre incentivou o término do relacionamento porque o casal vivia brigando, mesmo estando separados. Marco Antonio possivelmente tomou as dores da irmã e se vingou em Maria Lúcia.

16 de janeiro de 2006 – Em 15 dias, 18 mulheres mortas

Quatro das mortes ocorreram no período entre sábado e domingo. Na Comunidade do Tururu, no Janga, Grande Recife, Janaina Maria da Silva, 39 anos, foi assassinada na frente de sua casa com golpes de faca. O companheiro, Israel Feliciano dos Santos, 30 anos, foi preso e confessou a autoria do crime. Janaina saiu para beber com amigos e na volta Israel a esperava com uma faca na mão. O acusado disse à polícia que matou a companheira por ciúmes e que costumavam brigar diariamente. Familiares de Janaina disseram que o casal estava junto há quatro anos e que ela sempre arrumava desculpas pelas marcas de espancamento. As outras três mulheres foram mortas em Calumbi, no Sertão, e nos bairros do Ibura e Estância, no Recife.

19 de janeiro de 2006 – Sobre para 25 o número de mulheres mortas em PE

Os dois casos mais recentes aconteceram em Itaquitinga, na Zona da Mata Norte, e em Caruaru, no Agreste. No último deles, uma mulher foi assassinada por dois desconhecidos enquanto costurava em sua casa, no bairro de Santa Rosa. Em Itaquitinga, a adolescente Leonice Maria da Silva, 17 anos, foi morta com um disparo de espingarda no olho direito. O autor teria sido o namorado da jovem, mas a polícia conta com a hipótese de um tiro acidental. Leonice morava na rua Esperança, bairro do Chá de Fogo.

24 de janeiro de 2006 – Trinta mulheres já foram mortas este ano

A primeira das duas mortes do dia aconteceu no Beco da Morte, em Afoga-

dos, na capital. O corpo de Daniele Maria Maia, 18 anos, foi reconhecido por sua mãe no IML, mas não pôde ser retirado porque a mãe não apresentou documentos. Ontem pela manhã, no Morro do Cuscuz, no bairro do Zumbi do Pacheco, em Jaboatão dos Guararapes, a vítima foi Ana Cristina Lima, 24 anos, atacada em casa por dois homens. De acordo com a polícia, Ana Cristina já havia prestado queixa contra um homem e uma mulher, que teriam ameaçado a vítima de morte por causa de uma dívida de R\$ 60. No mesmo dia, duas mulheres foram atendidas no Hospital da Restauração após serem agredidas por seus companheiros. No domingo, Erundina Maria Sátiro Sobrinho teve parte da orelha decepada. Ela já recebeu alta. No início da tarde, Perla Maria dos Santos, 27 anos, deu entrada na Restauração, vítima de golpes de faca na face, boca e pescoço, em Goiânia, Grande Recife. O autor da agressão, o marido Fábio Rogério de Souza Santos, 24 anos, tentou se matar em seguida com uma facada no peito. O casal está internado no mesmo Hospital da Restauração.

28 de fevereiro de 2006 – Chega a 60 o número de mulheres mortas

Três mulheres, entre elas uma adolescente de 13 anos, foram assassinadas e uma outra está gravemente ferida no Hospital da Restauração. Com esses casos fatais, chega a 60 o número de mulheres mortas no Estado, em menos de dois meses deste ano.

12 de março de 2006 – 54ª morte do gênero este ano

O corpo da vítima, uma mulher ainda não identificada, com quatro perfurações de bala na cabeça, estava na comunidade do Sôvaco da Cobra, em Jaboatão.

14 de março de 2006 – Ex-marido mata mulher e quase é linchado

Leonildo Miguel da Silva, agricultor, 45 anos, matou a ex-mulher Maria Cristina da Silva, 35, e foi quase linchado no bairro de Pau Santo, em Camaraju. Segundo o delegado da cidade, Leonildo disse que não aceitava ver a ex-mulher com outro. A tragédia começou com uma discussão quando Leonildo viu sua mulher com outro homem e foi tirar satisfação. Irritado, ele tirou uma peixeira e acertou o corpo de Maria Cristina com 14 facadas. Vizinhos de Maria agarraram o agricultor e o espancaram até quase a morte.

O irmão de Maria disse que Leonildo já tinha dito que mataria a mulher se a pegasse com outro. Os dois estavam separados há um mês.

16 de março de 2006 – Em menos de 48 horas, mais quatro mulheres assassinadas

Duas delas mortas em via pública na Região Metropolitana. A primeira, uma jovem aparentando 25 anos e grávida, foi assassinada com 14 tiros, na rua do Ganso, em Santo Amaro. Durante o recolhimento do corpo pelos agentes da polícia, rojões foram disparados nas proximidades. A segunda vítima foi estrangulada no bairro do Pina, região central. A terceira foi a rendeira Cleide Henrique de Barros, 31 anos, morta com 20 facadas dentro de sua casa em Brejo da Madre de Deus, no Agreste. O principal suspeito é o companheiro, Antonio Duque dos Santos, 46 anos. A quarta vítima foi a aposentada Maria das Neves da Silva, 74 anos, assassinada por desconhecidos com dois tiros de espingarda em Vicência, na Mata Norte.

21 de março de 2006 – Mais três mulheres mortas na RMR

Em menos de 24 horas, mais três mulheres foram assassinadas no Grande Recife. No primeiro crime, Cristiane da Silva Ribeiro, 27 anos, foi assassinada a tiro no mercado público do Pina, zona sul da capital. De acordo com a polícia, o principal suspeito é o companheiro de Cristiane. No segundo crime, a doméstica Luiza Maria de Souza, 60 anos, foi assassinada a facadas em sua casa em Caeté, em Abreu e Lima, no Grande Recife. A polícia suspeita que tenha sido vítima de latrocínio, assalto seguido de morte. Luiza morava sozinha. No terceiro, a doméstica Mariza Santa, 41 anos, foi morta com um tiro na nuca quando chegava em casa na comunidade do Espinhaço da Gata, em Jaboatão dos Guararapes. A polícia descarta a possibilidade de assalto, já que a bolsa da vítima estava fechada.

1º de abril de 2006 – Ciúme termina em tragédia

Uma garota de 17 anos foi assassinada a facadas pelo companheiro em Bezertós, a 107 km do Recife. Miriam de Lima Silva estava bebendo na companhia de dois homens quando foi surpreendida pelo companheiro, o borracheiro José Roberto da Silva, 29 anos. Ao presenciar a cena, o borracheiro foi em casa, pegou a faca, matou a adolescente e fugiu.

4 de abril de 2006 – Mulher morta com cinco tiros

A costureira Mauricélia Helena do Nascimento, 36 anos, foi morta com cinco tiros na tarde do domingo no distrito de São Domingos, em Brejo da Madre de Deus, no Agreste. Segundo a polícia, o segurança e ex-companheiro de Mauricélia, José Galdino da Silva, 30 anos, invadiu a casa da costureira e efetuou os disparos, que também acertaram uma filha de 12 anos. Mauricélia teria se separado porque José Galdino era violento e ameaçava a ela e aos filhos. A separação deve ter sido a causa do crime, acredita a polícia.

7 de abril de 2006 – Mais duas mulheres mortas na Região Metropolitana do Recife

Uma das vítimas foi a catadora de lixo Suelene da Silva Souza, 43 anos, morta com um golpe de faca no pescoço, por uma vizinha. Uma testemunha disse que o assassinato foi praticado por uma mulher identificada como Fuá. Suelene teria dito que o marido de Fuá a traía com outras mulheres. Fuá não gostou e foi logo puxando a faca e furando a outra. A vítima morava na comunidade Abençoada por Deus, na Torre. A outra vítima, Maria José da Costa, 45 anos, foi surpreendida por dois homens, que estavam numa motocicleta, quando saía de casa para trabalhar. O crime ocorreu no bairro de Socorro, em Jaboatão. Nada foi roubado da contadora. Informações não confirmadas dão conta de que a contadora teria testemunhado um crime duas semanas atrás.

9 de abril de 2006 – Mais uma mulher assassinada no Recife

Aumentou para 101 o número de mulheres assassinadas em Pernambuco este ano. Viviane Lacerda da Silva, 18 anos, voltava para casa caminhando com duas amigas na área central do Recife quando foi abordada por dois homens. Um deles disparou seis tiros contra a jovem, que morreu em seguida. Segundo a família, Viviane fazia um curso ligado ao Programa Pró-Jovem, não tinha namorado e não levava valores.

18 de abril de 2006 – Balas matam empregada doméstica

Cristiane Silva de Souza, 32 anos, foi assassinada a tiros por volta das 21h do domingo quando chegava à sua casa, em Socorro, Jaboatão dos Guararapes. De acordo com o marido da vítima, o servente de pedreiro

Aldemir Genézio, a esposa trabalhava como doméstica no bairro de Boa Viagem e no retorno costumava parar em bares para beber com amigos.

24 de abril de 2006 – Estudante é morta pelo ex-sogro

O ex-sogro e ex-policial Adalberto Pereira de Lima matou a estudante Kety Simone dos Santos Silva, 31 anos, porque foi impedido de ver o neto que estava de castigo. *[O caso de Kety Simone é relatado em um dos capítulos deste livro.]*

29 de abril de 2006 – Dona de casa é assassinada em cidade

Maria Claudia Ferreira, 41 anos, foi assassinada com dois tiros, às 9h30 de ontem, dentro da residência que pertence a seu genro, o suíço Remo Schenawiler, 33 anos. A casa, que fica em Piedade, em Jaboatão, e permanecia fechada a maior parte do tempo, era cuidada por Maria Claudia e já tinha sofrido várias tentativas de arrombamento. Segundo a polícia, os assassinos são dois rapazes que nada levaram da casa.

2 de maio de 2006 – Mulher é morta diante do filho

A dona de casa Simone de Andrade Araújo, 19 anos, foi encontrada morta na frente do filho de um ano, em sua casa na rua Canindé, Alto da Macaíba, em Olinda. Para entrar, o assassino arrombou a porta. Embora a morte tenha ocorrido por volta das 23h30, a polícia só chegou ao local na manhã de ontem *[seguinte]*. Os vizinhos resgataram o bebê que chorava muito ao lado do corpo da mãe. A polícia suspeita do adolescente de 17 anos que vivia com Simone há três meses.

20 de maio de 2006 – Pedreiro mata mulher e se suicida

O ajudante de pedreiro Josafá dos Santos Nascimento, 24 anos, efetuou três disparos contra sua companheira, a dona de casa Jane Gleice da Silva, 20 anos. Em seguida, Josafá se ajoelhou junto ao corpo da mulher e efetuou um disparo contra sua própria cabeça. A tragédia aconteceu no final da tarde de ontem, no dia em que o filho mais novo do casal completou um ano de vida. Vizinhos disseram que o casal brigava muito e que Josafá ameaçava a mulher com uma faca. Segundo um primo, Jane tinha ido à delegacia prestar uma queixa contra o marido e foi morta ao voltar para

casa. As mortes aconteceram na comunidade do Córrego do Sargento, no bairro da Linha do Tiro.

24 de maio de 2006 – Mãe e filho são assassinados

A dona de casa Ivanise Caetano da Silva, 38 anos, e seu filho de 12 anos, identificado apenas como Biscoito, foram assassinados com diversos disparos de arma de fogo, numa casa do Beco da Marinete, em Rio Doce, Olinda. Na hora do crime, eles assistiam à novela da noite na casa de uma vizinha, que tinha ido ao quintal preparar o café em um forno a lenha. A mulher recebeu dois tiros e o garoto, quatro. Segundo uma testemunha, a vítima já tinha sido casada com dois homens. Eram irmãos e ambos foram assassinados.

29 de maio de 2006 – Jovem é assassinada a tiros

Anailde da Paz Cavalcanti, 22 anos, foi assassinada a tiros, na manhã do sábado, no bairro de Cavaleiro, em Jaboatão dos Guararapes. Segundo a polícia, Anailde passava pela rua dos Coqueiros, por baixo de um pontilhão, nas proximidades da feira do troca, quando dois homens em uma moto se aproximaram e atiraram diversas vezes contra a vítima. Nenhuma testemunha quis revelar detalhes. A família informou que Anailde não era usuária de drogas e não tinha rixa com ninguém. Tinha saído de casa para fazer compras no mercado público, para o filho único, de dois anos.

31 de maio de 2006 – Dentista assassinada em Boa Viagem

A dentista Ísis Rosa Cedro, 27 anos, foi morta com um tiro no pescoço quando tentava fugir a um assalto em uma esquina do bairro de Boa Viagem. O crime ocorreu por volta das 22h. Ísis fazia mestrado na Universidade Federal de Pernambuco.

5 de junho de 2006 – Assassinada em casa de shows

A ambulante Cristiana Maria Barbosa de Lima, 33 anos, foi morta na noite do domingo quando dançava numa casa de *shows*, no km 43 da BR-101, em Cruz de Rebouças, município de Igarassu. Cristiana dançava com um rapaz quando alguém sacou uma arma e efetuou três disparos; um deles atingiu a cabeça da mulher. Segundo testemunhas, o alvo seria o homem com quem Cristiana dançava, mas ela acabou sendo alvejada. No dia se-

guinte, parentes disseram que era a primeira vez que Cristiana tinha ido àquela casa de *shows* e que o rapaz não era conhecido. Cristiana deixou dois filhos pequenos.

6 de junho de 2006 – Adolescentes executadas na beira-mar de Piedade

Amanda Priscila Barbosa, 14 anos, e Vanessa Camila Nicácio de Souza, 16, foram assassinadas a tiros de revólver, na madrugada de ontem, quando saíram do MPBar, na avenida Beira-Mar, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, Grande Recife. De acordo com informações da polícia, elas foram mortas por dois homens que estavam numa motocicleta Titan, cor prata. A polícia trabalha com a hipótese de que um ex-namorado de Amanda tenha participado do duplo homicídio. O pai de Amanda, Severino Fortunato, disse que chegou a prestar queixa na Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente contra um ex-namorado da filha. A mãe da adolescente, Maria Barbosa, diz que o ex-namorado de Amanda “destruiu a vida dela”. “Não tenho certeza se ele é realmente o culpado, mas ele disse que só a morte separaria os dois.”

9 de junho de 2006 – Desempregado mata avó a facadas

O desempregado Edcarlos da Silva Santos, 19 anos, é acusado de ter assassinado a facadas a própria avó, a aposentada Josefa Luísa da Silva, 69, em sua casa, em Caruaru. O rapaz teria chegado embriagado em casa, exigindo que sua avó lhe entregasse o pagamento da aposentadoria. Diante da negativa, atacou-a com uma faca.

10 de junho de 2006 – Agricultor mata mulher e enterra corpo no quintal

Uma suposta traição motivou o agricultor Antônio Pereira da Silva, 39 anos, a assassinar por estrangulamento a esposa Erondina Maria do Nascimento, 29, e enterrar o corpo dela no quintal da residência. O crime aconteceu no município de Vertentes, no Agreste. Segundo a polícia, Antônio ainda continuou vivendo na casa com o filho de dois anos por vários dias, até que uma denúncia anônima levou a polícia até sua casa. Em depoimento, Antônio afirmou que cometeu o crime porque estava sendo traído por Erondina Maria.

13 de junho de 2006 – Mulher assassinada em suíte de motel

Uma mulher, de nome ainda não divulgado, foi assassinada pelo companheiro, na manhã de ontem, numa suíte do Sunshine, motel de luxo localizado no bairro de Boa Viagem, zona sul do Recife. O crime ocorreu por volta das 10h, quando o local registrava um movimento intenso por causa do Dia dos Namorados. O acusado, o representante comercial Fernando do Amaral Junior, 27 anos, foi detido pelos seguranças do motel e confessou o crime. Segundo a polícia, o casal teria participado de um seqüestro e a morte ocorreu durante uma discussão pela divisão do resgate.

17 de junho de 2006 – Mãe e filha executadas em casa

Dois homens assassinaram com tiros na cabeça a dona de casa Marluce de Lima Dias, 49 anos, e sua filha Agrinaura Dias de Andrade, 18, diante do filho de três anos. Segundo a polícia, os dois homens em motocicleta não foram identificados porque vestiam capacetes. O crime ocorreu no bairro de Peixinhos, em Olinda. A polícia ainda não sabe as razões dos crimes.

26 de junho de 2006 – Mulher é assassinada por inquilino

Duas mulheres são ameaçadas de morte por um homem, mas não recuam e decidem denunciá-lo. Diante do perigo, elas vão à Delegacia de Cavaleiro, em Jaboatão, contar que podem morrer a qualquer momento e pedem ajuda policial. Os agentes pedem que voltem na segunda-feira. Tarde demais. Horas depois, uma delas é assassinada. A morte aconteceu no bairro de Sucupira e a vítima foi Janaina Alves de Lima, 24 anos. A amiga que escapou disse que as duas tinham ido cobrar o aluguel de R\$ 50 que o inquilino não vinha pagando há três meses. Foram recebidas a bala.

29 de junho de 2006 – Jovem é morta em barra do Jangada

Joana Xavier de Freitas, 21 anos, foi morta a tiros na noite da terça-feira no bairro do Jangada, próximo ao Shopping Janga, em Jaboatão dos Guararapes, Grande Recife. Segundo relatos de testemunhas à polícia, Joana trabalhava numa fábrica de balões e à noite foi vista correndo pela avenida e tentando entrar num ônibus. O motorista não abriu a porta e ela foi morta com seis tiros por um homem que a perseguia de bicicleta. Segundo conhecidos, Joana não tinha rixas nem estava envolvida com drogas. O assassino fugiu.

7 de julho de 2006 – Mulher é morta na rua após celebração religiosa

Maria Vanda da Silva, 37 anos, rezava o terço na casa de sua mãe, que mora perto, quando apareceu o ex-marido Pedro João de Oliveira Neto, 33 anos, que segundo a polícia não se conformava com a separação. Cerca de 20 pessoas estavam na rezar. Maria estava ao lado do companheiro, o pedreiro Edson Pereira da Silva, 28 anos. O casal tentou fugir pela rua quando viu que Pedro estava armado. Edson ficou ferido. Ao lado do corpo de Vanda ficou a imagem de Nossa Senhora que a vítima carregava nos braços no momento do homicídio. Familiares de Vanda disseram que ela já havia sido ameaçada de morte por Pedro, mas nunca havia prestado queixa contra ele. O crime aconteceu em Cumaru, no Agreste.

8 de julho de 2006 – Mulher é morta por vizinho com mais de 20 facadas

O crime aconteceu em Cumaru, no Agreste do estado. José Adrião Monteiro de Lima, 28 anos, foi detido depois de matar a dona de casa Maria do Carmo da Silva, 53 anos, com mais de 20 golpes de faca peixeira. A polícia, José Adrião disse que Maria do Carmo o vinha difamando pela cidade, provocando a ele e a seu filho menor, e colocando seu casamento em risco. "No dia em que ela rasgou a carteira de meu filho de 4 anos, para me irritar, não agüentei de raiva, fui até a casa dela e a matei."

10 de julho de 2006 – Mais duas mulheres são mortas no Grande Recife

Uma das vítimas foi a aposentada Severina Maria da Conceição, 78 anos, espancada até a morte e encontrada agonizando por populares próximo à sua casa, no sítio Piranga, em Abreu e Lima, no Grande Recife. A outra foi a dona de casa Ana Carolina Aquino de Oliveira, 24 anos, mãe de três filhos, morta com um tiro no rosto próximo a um bar que costumava frequentar. Ana Carolina foi morta em uma das avenidas da comunidade da Beirinha na Estância. Embora várias pessoas tenham visto o assassinato, nenhuma desobedeceu a lei do silêncio que predomina na região. Nos dois casos, a polícia não tem pistas dos autores do crime.

11 de julho de 2006 – Mais três mulheres são assassinadas

No Jardim Brasil, em Olinda, a empregada doméstica Dulcilene Rodrigues da Silva, 46 anos, foi morta com golpes de resoura em sua casa, por volta das 21h. O suspeito é Luciano da Silva Punciano, 21 anos. Em seu depoimento, ele disse ser amante de Dulcilene e que a teria matado porque a mulher insistia em fazer sexo com ele. Em Quipapá, na Mata Sul, outra dona de casa, Beatriz Maria da Conceição, 67 anos, morreu com três tiros na cabeça, supostamente ao tentar reagir a uma tentativa de assalto em sua residência, no Sítio Gruta Funda, área rural do município. Em Carpina, também-na-Zona-da-Mata, a-polícia encontrou o-corpo-de uma mulher não identificada, aparentando 40 anos, no interior de uma oficina abandonada, no bairro do Texaco. Havia sinais de violência sexual e indícios de que teria sido estrangulada. Com essas mortes, sobe para 171 o número de mulheres assassinadas este ano no estado.

12 de julho de 2006 – Agricultora é morta a golpes de serra

A agricultora Marcione Maria da Conceição, 24 anos, foi morta com golpes de uma serra utilizada para cortar capim. O crime aconteceu na roça da família, no Engenho Tomé, município de Glória do Goitá, na Zona da Mata. Segundo a polícia, a mulher teria lutado com o agressor e o ferido, mas não resistiu aos golpes de serra no tórax e no pescoço. O suspeito é Hélio José da Silva, 24 anos, casado com uma prima da vítima. Marcione Maria teria reagido a uma tentativa de estupro.

15 de julho de 2006 – Mulher é asfixiada com saco plástico

Fabiola Fabiane da Silva Souza, 18 anos, foi encontrada morta em sua casa, no loteamento Parque, em Igarassu, no Grande Recife. Fabiola estava com o rosto coberto por fita adesiva, tinha uma cebola na boca e apresentava sinais de violência sexual e de espancamento. *[Três dias depois, o tio de Fabiola, o estampador Marcione José da Silva, 40 anos, foi preso e confessou o crime. No depoimento, ele contou que mantinha relações sexuais com a sobrinha havia três anos e que sempre brigavam porque ela usava drogas e ameaçava se prostituir.]*

18 de julho de 2006 – Doméstica assassinada em canal

Populares encontraram ontem o corpo da dona de casa Ana Lúcia Melo

da Silva, 26 anos, boiando no canal de Itapissuma, no Grande Recife. Segundo familiares, ela estava grávida de três meses. Para a polícia, Ana Lúcia teria sido obrigada pelo ex-companheiro Washington Alves Medeiros, 25 anos, a pular do alto da ponte que liga Itapissuma, no Grande Recife, à Ilha de Itamaracá. Ele afirma que a mulher caiu sozinha.

21 de julho de 2006 – Mulher é morta com tiro no coração

Elivânia Batista da Silva, 22 anos, saiu da casa de jogos onde trabalhava, pegou uma carona e foi encontrada morta com um tiro a 200 metros do local. O crime ocorreu no bairro do Capibaribe, em São Lourenço da Mata.

24 de julho de 2006 – Mais quatro mulheres assassinadas no final de semana

Em Santa Cruz do Capibaribe, a dona de casa Selma Maria da Silva, 34 anos, foi morta a pauladas e o corpo, encontrado pelo companheiro na propriedade rural em que morava, a cinco quilômetros do centro da cidade. Segundo a polícia, Selma morreu de traumatismo craniano e sofreu violência sexual. Em Goiânia, na Mata Norte do estado, a dona de casa Maria José Rodrigues foi morta com dois tiros na cabeça por um homem mascarado que também atirou no marido e no neto de 13 anos. Segundo a polícia, o assassino entrou na casa para matar um dos filhos do casal e, não o encontrando, atirou na mãe. Em Ponte dos Carvalhos, município do Cabo de Santo Agostinho, a dona de casa Maria Helena da Silva, 50 anos, foi morta por espancamento. O acusado é Lourival Adolfo dos Santos, 63 anos. Segundo a polícia, os dois mantinham um relacionamento amoroso, mas brigavam com frequência. De acordo com os filhos, que não moravam com a mãe, Maria Helena estava sempre com ferimentos e hematomas pelo corpo, mas arrumava desculpas, dizendo que havia caído ou batido a cabeça na parede. Ainda no Cabo de Santo Agostinho, na Cohab, o aposentado Maurício Cruz esperou a esposa sair de casa para um passeio em Olinda e convidou uma jovem, com quem manteria relacionamento. Por motivo ainda não conhecido, Maurício matou a moça com facadas no peito e depois tentou se matar, cortando os pulsos e tomando veneno para ratos.

25 de julho de 2006 – Mãe e filhas executadas no Agreste

Duas irmãs adolescentes e a mãe foram encontradas mortas na casa onde moravam, no povoado de Fazenda Velha, município de Brejo da Madre de Deus, no Agreste. O suspeito do crime é o pedreiro Fernando Alves Bezerra, 55 anos, companheiro da dona de casa Rosineide Santos Valentim de Souza, 40 anos, assassinada junto com as filhas Kátia Flávia Valentim de Souza, 18 anos, e Cláudia Valentim de Souza, 16. Os corpos foram encontrados esfaqueados e atingidos por golpes de barra de ferro. Segundo a polícia, uma das jovens teria sofrido violência sexual antes de ser estrangulada com um fio de náilon. O suspeito vivia com Rosineide havia seis meses e antes tinha sido casado com outra mulher por 30 anos. Como a casa fica isolada, embora o crime tenha ocorrido na madrugada do domingo, só no final da tarde a polícia chegou ao local, alertada por um telefonema ao Disque Denúncia do Agreste.

26 de julho de 2006 – Mais duas mulheres são assassinadas

No primeiro caso, no início da madrugada, dois homens encapuzados invadiram a residência da dona de casa Maria Auxiliadora Silva, 50 anos, e a mataram com cinco tiros. Maria morava na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife. Segundo o marido, o entalhador Luiz Carlos da Silva, 44 anos, que presenciou a morte, os assassinos disseram que estavam matando Maria porque ela seria “avião” de Nego Oíão, um dos maiores traficantes de droga do Coque –bairro com alto índice de violência na região central do Recife. No Sertão, em São Jose do Egito, Maria Aparecida Silva, 35 anos, foi morta com uma facada no peito quando saía de uma festa, no centro da cidade. O principal suspeito é um ex-companheiro da vítima, conhecido apenas como Chacal.

29 de julho de 2006 – Garçonele é a 194ª mulher morta no estado

A garçonele Edilene de Jesus Menezes, de 26 anos, cujo corpo foi encontrado na noite de quinta-feira na zona rural de Escada, Região Metropolitana do Recife, é a 194ª mulher morta este ano. Segundo a polícia, ela foi morta com dois tiros na cabeça e apresentava sinais de abuso sexual. Os policiais e a família suspeitam que Edilene tenha sido vítima de um latrocínio, assalto seguido de morte, pois fora vista saindo da casa da irmã. no

Cabo de Santo Agostinho, para trocar cerca de 700 francos suíços. Edilene tinha chegado recentemente da Suíça, onde trabalhara por dois períodos como garçonec.

1º de agosto de 2006 – Mulher é assassinada por vingança

Maria José Gomes de Freitas, 25 anos, moradora do Alto Buriti, em Casa Amarela, foi morta no bairro de Nova Descoberta, zona norte do Recife. Pelas cicatrizes de sete perfurações a bala no corpo, verificou-se que ela tinha sido vítima de outros atentados. Segundo a polícia, ela saiu para comprar maconha para o pessoal que tinha feito uma vaquinha, mas gastou o dinheiro em um bar. O pai da vítima foi morto a tiros no ano passado no bairro do Iburá e seu irmão foi degolado.

2 de agosto de 2006 – Grupo de extermínio matou pelo menos dez

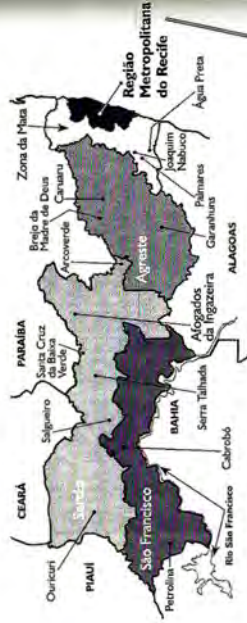
A polícia prendeu um grupo de extermínio que matou dez pessoas em Olinda. Em 8 de junho, Carina Darlen dos Santos Silva foi morta porque o namorado estava envolvido com o grupo, e “porque estava na bora, no local errado”, disseram os assassinos. Em 13 de junho, Maria das Neves de Arruda, 21 anos, foi assassinada porque os criminosos procuravam drogas e armas na casa e, não encontrando, mataram três da mesma família.

13 de agosto de 2006 – Mulheres assassinadas no estado chegam a 201

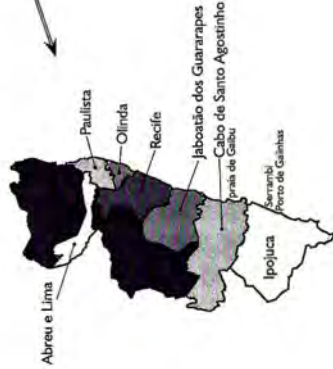
Ednalva Maria da Conceição, 30 anos, foi encontrada no sábado, no canal do Engenho Estevão, em Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho, com um tiro na testa. O namorado disse à polícia que um assaltante levou o carro e a mulher.

31 de agosto de 2006 – Alunos matam colega em Petrolina

A estudante Gleiciane Gomes dos Santos, 13 anos, que cursava a 7ª série da Escola Municipal Santa Terezinha, na zona leste de Petrolina, morreu depois de espancada pelos colegas com socos e pontapés. Entre os seus agressores, cinco eram meninas. Gleiciane teria sido agredida porque há um ano chamava de “piolho” uma colega de turma, de 14 anos, apontada como líder da agressão.



Estado de Pernambuco e Região Metropolitana do Recife





EMILIANO CAROZZI

Aureliano Biancarelli, 56 anos, três filhos, é jornalista pela Escola de Comunicações e Artes da USP, com especialização em mídia pela Universidade de Paris 2. Foi repórter da revista *Véja* e dos jornais *Movimento*, *Jornal da Tarde* e *Folha de S.Paulo*.

Seus principais trabalhos tratam de saúde pública, a "doença" das cidades, a violência urbana, gravidez e parto, o cotidiano da Aids, redução de riscos no uso de drogas e álcool, o luto na sociedade, diversidade sexual, o feminismo, o "masculismo" e os direitos humanos. É autor dos livros *Cirurgia em Campo Aberto*

(Brasiliense, 2001), sobre relatos de cura, doença e violência na Grande São Paulo; e *Criança e Vida* (Publisher, 2006), um programa para o câncer infantil da Fundação Banco do Brasil.

E-mail: biancare@uol.com.br

"Este livro nos traz, de forma direta e coloquial, a violência como dimensão maior da existência de mulheres e homens que vivem relações de 'proximidade' calcadas na agressão, no ódio, na destruição do outro, ou enfrentam-se no universo fechado da transgressão e da criminalidade, no qual dívidas se pagam com a própria vida."

Jacqueline Pitanguy

Diretora da CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

"A história da violência contra a mulher não pode ser contada sem que se relate as histórias das mulheres que lutaram contra o medo, a brutalidade machista, o acatamento, o pacto oficial de silêncio e o sarcasmo sexista."

Luiz Eduardo Soares

Professor da UERJ e da UCAM

"Quem agride a mulher não pode ser tratado como alguém que a assalta na rua. Esse assaltante rouba você e sai correndo, você não o vê mais. O sujeito que bate, você acorda com ele todos os dias. A violência é muito maior."

Ana Paula Portella

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

"O homem tem sido seletivo na utilização dessa agressividade. Porque mesmo o homem que bebe no barzinho com os amigos não sai agredindo esses amigos; ele agride aqueles que ele percebe como sendo sua propriedade, agride a mulher, os filhos."

Westei Conde, promotor, coordenador do

Centro de Apoio às Promotorias de Defesa da
Cidadania de Pernambuco

Parcerias



SOS CORPO
Instituto Feminista
para a Democracia

Realização

**INSTITUTO
PATRICIA
G A L V A O**

Apoio

FORD FOUNDATION

"Quando escureceu ele voltou com uma faca na mão. Me agarrou pelos cabelos, me jogou na parede, chutava os filhos, até que dei uma joelhada na barriga dele, agarrei o bebê, as chupetas, fui gritando para as crianças me seguirem."

Lucileide Maria Soares, dona de casa em Cabo de
Santo Agostinho

"Eles queriam se vingar do meu genro, mas mataram as mulheres, porque era mais fácil. Eles se vingaram de todos nós."

Neide Santana dos Santos, mãe
de Andréa Carla Santana, uma das três mulheres
mortas na "chacina de Maranguape"

